

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

ROZÂNGELA DO NASCIMENTO PEREIRA

**UMA MÉMORIA ESCOLAR: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO
COLÉGIO DOM BOSCO NA CIDADE DE PETROLINA- PE (1926-1976)**

**JUAZEIRO- BA
2019**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS
SEMIÁRIDOS

ROZÂNGELA DO NASCIMENTO PEREIRA

UMA MÉMORIA ESCOLAR: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO DOM
BOSCO NA CIDADE DE PETROLINA- PE (1926-1976)

Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Campus III, para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristiana de Cerqueira Silva Santana.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Andrea Cristiana Santos

JUAZEIRO- BA
2019

Pereira, Rozângela do Nascimento

P429m Uma memória escolar: a trajetória histórica do Colégio Dom Bosco de Petrolina- PE (1926-1976). / Rozângela do Nascimento Pereira. -- Juazeiro, 2018.
136 fl.

Orientadoras: Cristiana de Cerqueira Silva Santana, Andréa Cristiana Santos

Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. PPGESA. Campus III, 2018.

Bibliografia

1.Educação - história 2. Escola confessional 3. Memória I. Santana, Cristiana de Cerqueira Silva Santana II. Santos, Andréa Cristiana III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas

CDD 377.8

FOLHA DE APROVAÇÃO

"UMA MEMÓRIA ESCOLAR: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO DOM BOSCO
NA CIDADE DE PETROLINA-PE (1926-1976)"

ROZÂNGELA DO NASCIMENTO PEREIRA

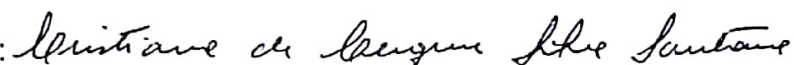
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 21 de fevereiro de 2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Professora Dr.^a CRISTIANA DE CERQUEIRA SILVA SANTANA (Orientadora)

Universidade: Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em: Geologia

Universidade: Universidade Federal da Bahia – UFBA

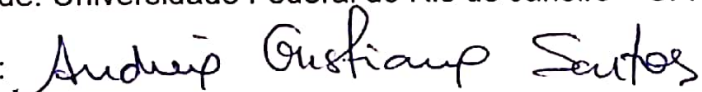
Assinatura: 

Professora Dr.^a ANDRÉA CRISTIANA SANTOS (Coorientadora)

Universidade: Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Doutorado em: COMUNICAÇÃO E CULTURA

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

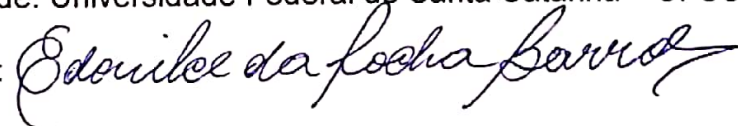
Assinatura: 

Professora Dr.^a EDONILCE DA ROCHA BARROS (Examinadora Interna)

Universidade: Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em: Ciências Humanas

Universidade: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

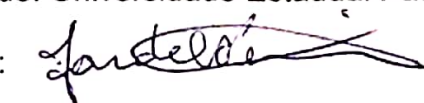
Assinatura: 

Professor Dr. JARDEL COSTA PEREIRA (Examinador Externo)

Universidade: Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Doutorado em: Educação Escolar

Universidade: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

Assinatura: 

Dedico este trabalho a todos aqueles que mesmo diante do improvável, lutam persistentemente, para alcançar seus objetivos, que não se deixam levar pela arrogância, nem pelas adversidades, que olham para os momentos difíceis com a certeza de que tudo passa. Que segue adiante teimando e combatendo o preconceito, o racismo, a intolerância, a vaidade exacerbada. Avança humilde e gentilmente, com respeito, fé em Deus, força para lutar e vencer todos os desafios, com sorriso no rosto, alegria e amor no coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda luz da providência divina que me conduziu durante todo o percurso percorrido, pois sem a minha fé não teria alcançado tamanha vitória.

Agradeço à minha família: ao meu marido, grande companheiro de luta. Aos meus filhos Jorge e Thalita que são o melhor de mim. À minha mãe Dona Alcina, exemplo de força, coragem e fé. A todos os meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas pelo apoio.

À minha fiel escudeira Tatiane pelo carinho e cuidado. A todos os meus colegas do PPGESA 2017.2, grandes companheiros de jornada, pelo auxílio na hora do sufoco.

Ao amigo Enos André pelo grande incentivo, ao querido amigo Paulo Paz pelo seu apoio, sensibilidade e companheirismo. Aos irmãos que a vida me deu: Rosa Santos e David Souza pela parceria, carinho, amor, paciência e apoio incondicional.

Às orientadoras prof.^a Dr.^a Cristiana de Cerqueira Silva Santana pela gentileza e generosidade de me acolher num momento tão difícil do processo, e a prof.^a Dr.^a Andréa Cristiana Santos pela sua gentileza, esforço e disponibilidade em dividir comigo o seu conhecimento. À Prof.^a Dr.^a Carla Paiva pela sua disposição e competência.

À Lorena Santiago Simas pela doce parceria. Aos componentes da banca prof.^a Dr.^a Edonilce da Rocha Barros pela sua competente e grande contribuição e ao prof.^o Dr.^o Jardel Costa Pereira, pela sua competência, contribuição e generosidade.

À prof.^a Terezinha Teixeira Coelho pela sensibilidade, delicadeza e carinho. À prof.^a Raimunda Teixeira Coelho pela presteza e amabilidade.

À minha família de Salvador, e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Gratidão.

“O conhecimento serve para encantar as pessoas, não para humilhá-las”.
Mário Sergio Cortella.

RESUMO

Esta pesquisa faz uma análise da trajetória histórica do Colégio Dom Bosco de Petrolina- PE (1926-1976), com o objetivo de investigar a influência das relações sociais e políticas presentes no processo de criação, fundação e desenvolvimento da referida instituição de ensino. Como objetivos específicos, buscou-se: traçar o percurso de como se estabeleceu a Diocese na cidade de Petrolina, resultando na criação do Colégio Dom Bosco; averiguar quais as intenções religiosas e políticas que proporcionaram investimento no segmento educacional em uma cidade, recentemente, emancipada politicamente; e investigar quais as contribuições do Colégio Dom Bosco para o desenvolvimento educacional da cidade de Petrolina. Para a fundamentação teórica, foi utilizado referencial do campo da história da educação, cultura escolar e obras de memorialistas regionais para compreensão dos aspectos referentes à história local. No que se refere ao processo metodológico, adotou-se a pesquisa de caráter histórico documental, desenvolvendo-se a partir da análise de documentos oriundos de fontes primárias e secundárias, localizadas em acervos públicos e particulares. Para tanto, na coleta de dados, foram analisados documentos normativos da instituição escolar (estatutos), listas de beneméritos, regimentos, documentos pessoais (cartas, crônicas, relatórios de gestão), fotografias e materiais periódicos (jornal, livretos, revistas). Destaca-se, nesta pesquisa, a utilização como documento histórico do jornal *O Pharol*, no qual foram obtidas informações do contexto regional e da instituição escolar. A partir da análise documental, verificamos que a instituição foi fundada pela Diocese de Petrolina no ano de 1926 a partir da influência do bispo Dom Malan, no contexto de poucas escolas existentes na cidade de Petrolina que não atendiam às necessidades da população, especificamente, da elite local. A fundação do Colégio ocorreu no contexto de implantação de uma ordem educacional de ensino confessional com apoio do poder político, que buscava novas estratégias para amenizar a deficiência do setor educacional, e cuja expansão do ensino também foi concomitante às normas propostas pela política educacional adotada pelo Estado brasileiro. Assim, comprova-se que o Colégio contribuiu para o desenvolvimento da educação, possibilitando avanço educacional para a cidade e região.

Palavras Chave: História da educação. Cultura escolar. Memória Escolar. Instituição confessional.

RESUMEN

Esta investigación hace un análisis de la trayectoria histórica del Colegio Dom Bosco de Petrolina – PE (1926-1976), con el objetivo de investigar la influencia de las relaciones sociales y políticas presentes en el proceso de creación, fundación y desarrollo de la referida institución de enseñanza. Como objetivos específicos, se buscó: delinear el camino hecho por la Diócesis en la ciudad de Petrolina, llevando a la creación del Colegio Dom Bosco; averiguar cuales fueron las intenciones religiosas y políticas que proporcionaron inversión en el segmento educacional en una ciudad, recién, emancipada políticamente; e investigar cuales fueron las contribuciones del Colegio Dom Bosco para el desarrollo educacional de la ciudad de Petrolina. Para la fundamentación teórica, utilizó una referencia de campo de la historia de la educación, cultura escolar y obras de memorialistas para la comprensión de los aspectos referentes a la historia local. Se trata de una investigación documental con la utilización de fuentes primarias y secundarias, ubicadas en acervos públicos y particulares. Así que, en la colecta de datos, fueron analizados documentos normativos de la institución escolar (estatutos), listas de beneméritos, regimientos, documentos personales (cartas, crónicas, relatos de gestión), fotografías y materiales periodísticos (periódicos, libros, revistas). Darse relieve ,en esta investigación, la utilización de documento histórico del periódico O Pharol, donde fueron obtenidas informaciones de contexto regional y de la institución escolar. De acuerdo a la análisis documental, se constató que la institución fue fundada por la Diócesis de Petrolina en el año de 1926 con la influencia del Obispo D. Malan, en el contexto de pocas escuelas existentes en la ciudad de Petrolina que no atendían las necesidades de la población, específicamente, de la élite local. La fundación del Colegio ocurrió en el contexto de implantación de un orden educacional de enseñanza confesional con apoyo del poder político, que buscaba nuevas estrategias para amenizar la deficiencia del sector educacional, y cuya expansión de la enseñanza también fue concomitante a las normas propuestas por la política educacional adoptada por el estado brasileño. Se comprueba que el colegio contribuyó para el desarrollo de la educación, posibilitando el avance educacional para la ciudad y región.

Palabras clave: Historia de la educación. Cultura escolar. Memoria escolar. Institución confesional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Passagem de Juazeiro- Distrito de Santa Maria da Boa Vista- PE.....	37
Figura 2	Mapa de Pernambuco.....	39
Figura 3	Dom Malan, primeiro Bispo de Petrolina- PE.....	45
Figura 4	Jornal <i>O Pharol</i> , 1917.....	50
Figura 5	Propaganda do Colégio Mineiro publicada no <i>O Pharol</i> em 1925.....	59
Figura 6	Primeiro diretor do CDB, Padre Ezequiel Fraga.....	62
Figura 7	Primeiro Prédio do Colégio Dom Bosco, Rua Dr. José Mariano n. 05,1927.....	63
Figura 8	Caderneta escolar utilizada no Colégio Dom Bosco até a década de 1980.....	64
Figura 9	Caderneta escolar utilizada no Colégio Dom Bosco até a década de 1980.....	64
Figura 10	Segundo diretor do CDB, Padre Sidrack Vallarino.....	70
Figura 11	Quarto diretor do CDB, Padre Manuel de Paiva Neto.....	72
Figura 12	Nota do jornal <i>O Pharol</i> sobre a equiparação do CDB ao ginásio Nacional, para instalação do curso secundário.....	74
Figura 13	Carta do Colégio Pedro II para o Colégio D. Bosco em vista da equiparação pelo ensino secundário.....	76
Figura 14	Continuação da carta do Colégio Pedro II para o Colégio D. Bosco em vista da equiparação pelo ensino secundário.....	77
Figura 15	Primeiros exames de admissão do Colégio Dom Bosco em 1936, publicação do jornal <i>O Pharol</i> do mesmo ano.....	83
Figura 16	Publicação Boletim (resultado) do Primeiro Exame de Admissão do Colégio D. Bosco em 1936 no jornal <i>O Pharol</i> do mesmo ano.....	85
Figura 17	Palácio Episcopal.....	88
Figura 18	Convite da inauguração da nova sede do Colégio Dom Bosco 1945.....	89
Figura 19	Novo prédio do CDB, Rua Cel. Amorim S/N, Centro, Petrolina- PE em 1945.....	90
Figura 20	Turma masculina do Colégio Dom Bosco de 1943.....	91
Figura 21	Listas das pessoas que concorrem com o auxílio para o Gynasio “D. Bosco”.....	94
Figura 22	Importância Arrecadada para auxiliar o ginásio D. Bosco.....	94
Figura 23	Turma masculina do CDB de 1956.....	97
Figura 24	Desfile cívico da turma masculina do CDB, década de 1960.....	98
Figura 25	Professora Yeda Nogueira, primeira mulher a dirigir o CDB.....	99

Figura 26	Momento cívico, hasteamento da bandeira brasileira na década de 1970.....	101
Figura 27	Tuma Mista (sem data).....	101
Figura 28	Padre Reginaldo Lins Aquino sexto diretor do CDB 1974.....	104
Figura 29	Professora Terezinha Teixeira Coelho, elencou a sétima posição na lista de sucessão de diretores do CDB (1976).....	106
Figura 30	Solenidade dos cinquenta anos do CDB em 1976.....	108
Figura 31	Placa comemorativa do Jubileu de ouro do CDB de 1976.....	110
Figura 32	Solenidade em comemoração aos 50 anos do CDB 1976.....	111
Figura 33	Revistas comemorativas de 80 anos	113
Figura 34	Revista edição especial	113
Figura 35	Prédio (sede) do CDB na atualidade.....	115
Figura 36	Memorial Dom Bosco fundado em 1996 – situado na parte externa do prédio sede do Colégio Dom Bosco.....	116

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACODINE	Associação dos Colégios Diocesanos do Nordeste
CDB	Colégio Dom Bosco
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EMAAF	Escola Marechal Antônio Alves Filho
FACAPE	Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina
FFPP	Faculdade de Formação de Professores de Petrolina
GEPHESF	Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação do São Francisco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPGESA	Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
SciELO	Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Eletrônica Científica Online)
UPE	Universidade de Pernambuco
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UVESF	União dos Vereadores do Submédio São Francisco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 TESSITURAS TEÓRICAS.....	15
1.2 TESSITURAS METODOLÓGICAS.....	19
1.2.1 COLETA DE DADOS.....	24
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	27
2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO CONFSSIONAIS NA ESTEIRA DO TEMPO	28
3 DA PASSAGEM DE JUAZEIRO À IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PETROLINA	36
3.1 A EDUCAÇÃO EM PETROLINA NOS SEUS PRIMEIROS TEMPOS.....	45
4 COLÉGIO DOM BOSCO: ENTRE O RIO E A HISTÓRIA	56
4.1 PADRE FRAGA E OS PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS DO COLÉGIO DOM BOSCO.....	61
4.2 PADRE SIDRACK VALLARINO E A EQUIPARAÇÃO GINASIAL.....	69
4.3 PADRE MANUEL DE PAIVA NETO E A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO.....	71
4.4 MARIA YEDA NOGUEIRA E A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO MISTA.....	99
4.5 PADRE REGINALDO LINS AQUINO E O ENSINO MÉDIO.....	103
4.6 TEREZINHA TEIXEIRA COELHO: JUBILEU DE OURO E A MODERNIZAÇÃO.....	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
6 REFERÊNCIAS	123
6.1 LIVROS.....	123
6.2 ARTIGOS, MONOGRAFIAS, TESES E DISSERTAÇÕES.....	125
6.3 LEGISLAÇÃO.....	127
6.4 DOCUMENTOS.....	128
6.4.1 ARQUIVOS.....	128
6.4.2 PERIÓDICOS.....	128
6.5 ENTREVISTAS.....	129
6.6 PORTAIS.....	129
ANEXOS	131

1 INTRODUÇÃO

Durante o curso de especialização em Psicopedagogia pela Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina- PE, no ano de 2015, participei do projeto de iniciação científica do Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação do São Francisco (GEPHESF). Nesse período, realizei um estudo sobre as instituições escolares, que me propiciou ampliar os conhecimentos acerca da História da Educação, principalmente, referente à importância da preservação e conservação dos acervos escolares como material de pesquisa.

Assim, a partir das vivências no grupo de pesquisa, surgiu o interesse de investigar a trajetória histórica do Colégio Dom Bosco de Petrolina- PE, como objeto de estudo, pelo fato da referida instituição ter sido uma das primeiras instituições escolares da região e possuir um rico acervo histórico a ser pesquisado. O Educandário foi fundado em 18 de outubro de 1926 em regime de externato e internato.

Um dos *lócus* de estudos do GEPHESF no período da pesquisa foi o Memorial Dom Bosco, um espaço de memória que na época continha uma massa documental preservada e mantida com zelo, repleto de registros que podem desvelar a história escolar da nossa região, porém pouco explorado pela pesquisa científica. Diante desse material, resolvi realizar um estudo da instituição para desenvolver uma proposta que atendesse a linha de pesquisa Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido do Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Juazeiro- BA.

A investigação é pertinente a linha de pesquisa supracitada por abordar aspectos da cultura escolar do Colégio Dom Bosco, que traz informações que podem desvendar não somente a história da educação, como aspectos da história cultural do povo dessa região do Semiárido brasileiro.

Assim, a partir da experiência e conhecimentos adquiridos no GEPHESF, e com a minha participação como aluna do PPGESA pude me aproximar e obter conhecimentos sobre história da educação, história das instituições escolares e o campo da cultura escolar. Conhecimentos que se fizeram essenciais para a

consolidação desta pesquisa que tem como objeto de estudo analisar a trajetória histórica do Colégio Dom Bosco, com ênfase nos aspectos da sua cultura escolar.

Para melhor compreensão da trajetória histórica do Colégio Dom Bosco, esta dissertação buscou investigar a seguinte problemática: quais as influências sociais e políticas presentes no processo de criação, fundação e desenvolvimento do Colégio Dom Bosco em Petrolina- PE? Para isso, estabelecemos o recorte temporal entre 1926, ano de fundação, e 1976, ano do Jubileu de Ouro, e de mudanças significativas na cidade e na gestão do Colégio, que assumiu uma postura inovadora, elegendo para a direção a professora Terezinha Teixeira Coelho que ficou responsável pela instituição por 40 anos. Dizemos mudanças significativas, pois a escola até então era mantida por padres salesianos e apenas outra diretora, que teve um mandato curto de cinco anos.

Assim, para solucionar o problema apresentado, temos como objetivo geral investigar as influências das relações sociais e políticas presentes no processo de criação, fundação e desenvolvimento do Colégio Dom Bosco em Petrolina- PE. Para tanto, definimos os seguintes objetivos específicos: traçar o percurso de como se estabeleceu a diocese na cidade de Petrolina, resultando na criação do Colégio Dom Bosco; averiguar quais as intenções religiosas e políticas que proporcionaram investimento no segmento educacional numa cidade, recentemente, emancipada politicamente; e investigar quais as contribuições do Colégio Dom Bosco para o desenvolvimento educacional da cidade de Petrolina.

Sendo assim, a tessitura da pesquisa se fez a partir da investigação dos aspectos peculiares da instituição, que nasceu a partir da influência social, cultural e econômica da Diocese de Petrolina entrelaçada ao desenvolvimento da cidade, principalmente, no contexto educacional.

Assim, o Colégio Dom Bosco foi idealizado por D. Antônio Maria Malan, primeiro bispo da cidade de Petrolina, sendo organizado e mantido pela diocese da cidade, concebido no contexto da Primeira República (1889- 1930). Desse modo, para melhor entender o contexto político da época e sua dinâmica, Peixoto (2013, p. 19) destaca que “[...] é necessário relacionar o modo como operava a dinâmica do poder das relações sociais e produtivas no plano da política nacional”.

Nesse sentido, é relevante destacar que o Colégio Dom Bosco está inserido no contexto das ações do Estado Novo¹ para a criação de escolas e de uma legislação educacional, tendo também nesse cenário, o interesse de ampliação da atuação da igreja católica no campo educacional em todo o país (PEIXOTO, 2013).

Assim, no contexto social de criação da Diocese, “[...] uma cidade pequena ainda subdesenvolvida, teve, a partir da religião e da figura de um líder religioso, a possibilidade de mudar o seu meio de vivência” (AQUINO, 2013, p. 318). A chegada da diocese supostamente se deu pela sua logística territorial, por ser uma cidade fronteira entre os estados de Pernambuco e Bahia. Para Aquino (2013), provavelmente, uma das forças mobilizadoras foi a religiosidade da população local.

No processo de formação da instituição escolar, buscou-se verificar as origens do ensino confessional, inspirado nos conceitos pedagógicos de Dom Bosco que compartilhava da concepção de que a educação é uma forma de prevenção da marginalização e de melhoria da sociedade (SANTOS, 2015).

É nesse contexto histórico, que mergulhamos para pesquisar uma instituição de ensino confessional de estatuto privado, tendo como pressupostos teóricos aspectos da história da educação e da cultura escolar.

1.1 TESSITURAS TEÓRICAS

De acordo com as experiências de Nosella e Buffa (2009), os estudos acerca das instituições escolares são norteadores pela relevância social e a tradição no processo de formação dos estudantes ao longo dos anos. Pois, não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do passado da instituição escolar estudada, ainda que a busca do passado apresente sempre:

¹Estado Novo ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. Instituiu as leis orgânicas, também conhecidas como Reforma Capanema, no qual constituíram-se numa série de decretos-leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. O Estado Novo teve duração de 1937 a 1945. (ROMANELLI, 1998).

[...] um sutil e instigante fascínio, tal motivação não é suficiente para justificar tanto trabalho de pesquisa e tanto emprego de energias; quando muito, pode alimentar, nos educadores, saudade de um passado que, frequentemente, parece ter sido mais glorioso (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 29).

Dessa forma, o conhecimento histórico proporciona liberdade ao pesquisador, pois a possibilidade de um horizonte mais aberto é uma perspectiva de trabalho adotada a partir de suas opções, generosidade e também de seus egoísmos e medos (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Para a realização desta pesquisa, foi essencial realizar um levantamento de produções científicas, teses e dissertações referentes ao tema “história das instituições escolares”, no portal da CAPES, SciELO e sites de grupos de pesquisas nos quais foram encontrados cerca de 30 trabalhos relacionados ao tema proposto entre o período de 2009 a 2016.

Após ter acesso a esses materiais, identificamos que as produções de Silva (2008), Junqueira (2010), Bezerra (2015), Pacheco (2012) e Peixoto (2013) estão diretamente relacionadas com a temática história das instituições escolares. Também recorreremos à bibliografia local e entre os principais autores estão os memorialistas Brito (1995), Padilha (1982) e os estudos de Chilcote (1991), Santos (1995) e Santos (2015).

Desse modo, as pesquisas realizadas proporcionaram maior aprofundamento na área, de forma que o pesquisador possa superar as lacunas existentes sobre o tema, produzindo conteúdos históricos. Assim, identificamos que, apesar do Colégio Dom Bosco ser uma das primeiras instituições de ensino da região e exercer função social na história da educação, constatamos que existem poucas pesquisas acadêmicas.

Na revisão bibliográfica, encontramos a monografia de conclusão de curso de Rafael Pereira dos Santos (2015) e o livro organizado pelo ex-aluno José Elmo dos Santos (1995) lançado em comemoração aos 69 anos do CDB, que aborda de forma resumida a trajetória do educandário, bem como foram localizados encartes, livretos e revistas feitos pelo próprio Colégio com edições comemorativas que enfatizam de forma fragmentada a respeito da trajetória do Colégio. Sendo assim, faz-se necessário, portanto, um estudo que demonstrasse a contribuição social do Colégio Dom Bosco na formação

educacional na região.

Além disso, este estudo pretendeu mostrar à comunidade escolar e científica a importância de se estudar a história das instituições escolares, pois a cultura escolar produzida pelos estabelecimentos de ensino representa a comunidade na qual está inserida. Nessa perspectiva, para Julia (2001):

[...] esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular (JULIA, 2001, p. 10).

No entanto, a cultura escolar ganha espaço no campo de estudo da história da educação, principalmente no que concerne à história local, às narrativas, categorias que não tinham foco anteriormente e não eram tidas como relevantes no meio acadêmico (COSTA, 2013). Quanto ao empenho com a cultura escolar reconhecemos a existência de muitos estudiosos que desenvolveram discussões acerca das categorias: cultura material, escolar e educacional (CURY, 2012). De acordo com Nosella e Buffa (2009), o termo “cultura escolar” tem sido mais utilizado como categoria, com maior abrangência nos estudos da historiografia. Na definição de Julia (2001, p. 12), “[...] as escolas são locais produtores e portadores de fontes de informações importantes que podem propiciar a pesquisa, a análise e a interpretação sobre a cultura escolar, o processo de ensino e tudo o que tange a história da educação”.

Nessa premissa, percebe-se que a escola é um espaço de autonomia de produção de sua própria cultura, que se emancipa dentro de um sistema geral de educação. Apesar de seguirem as diretrizes dos sistemas educacionais nacionais, estaduais e municipais, cada instituição escolar pode construir sua cultura escolar de forma particularizada, constituindo-se a partir das suas próprias normas de conduta educativa, bem como influencia e é influenciada pela localidade onde está inserida, interferindo e atuando na formação dos sujeitos.

Desse modo, as escolas confessionais, ao contrário das escolas laicas, têm uma cultura escolar peculiar que define como objetivo de sua prática pedagógica o desenvolvimento de uma opção religiosa e a adoção de uma conduta moral em seus alunos. Para atingir essa meta, a escola confessional dissemina os conhecimentos filosóficos e teológicos e os princípios educacionais da ordem religiosa à qual está

vinculada (SANTOS, 2015).

Nesse sentido, Magalhães (1999) aponta que para se constituir a história de uma instituição de ensino deve-se fazer uma investigação coerente a partir da complexificação crescente, que englobe a triangulação entre histórias anteriores, memória e arquivo. Nessa concepção, segundo Pesavento (2012), a história é composta de questionamentos elaborados pelo homem em todas as épocas, pois a história é sempre reescrita no decorrer de gerações, sendo elaboradas novas indagações e projetos para o presente e para o futuro, por aqueles que buscam sempre reinventar o passado.

Conforme Burke (1992), os filósofos tradicionais compreendem a história em sua essência como uma narrativa dos acontecimentos, enquanto os historiadores da nova história trazem uma ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. Pesavento (2012) considera que a história cultural se propõe trabalhar as diversas formas que os sujeitos representam a si mesmos e ao mundo a partir da história. É o caso desse estudo que aborda a trajetória do Colégio Dom Bosco.

Para Junqueira (2010), a história das práticas escolares surgiu, juntamente, com as práticas culturais e sociais a partir do desenvolvimento das pesquisas em história cultural que objetiva introduzir e desvendar as alterações existentes nos fenômenos sociais. Desse modo, os pesquisadores muitas vezes recorrem às fontes primárias (documentos), por remeterem para o presente, ações passadas já esquecidas e até mesmo desconhecidas, tais documentos mesmo que demonstrem neutralidade no espaço temporal foram produzidos e trazem marcas de determinadas estratégias e intenções de seus autores.

Para Julia (2001), as histórias das instituições educativas não são diferentes das demais instituições, sejam jurídicas, militares, entre outras. No entanto, os estudos das entidades escolares tiveram seu foco mais voltado para os mecanismos de seleção e exclusão social praticados na escola do que para os trabalhos escolares, estabelecendo assim, a discriminação. Como lembra Le Goff (1994, p 152), “[...] é da análise e interpretação dos registros, da memória que se reconstitui a história, que, por sua vez, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

Entretanto, vale ressaltar como vem sendo tratada a memória escolar. Costa (2013) afirma que pesquisadores da educação têm demonstrado grande interesse sobre estudos referentes à temática, principalmente a partir da década de 1990.

Atualmente, as pesquisas a esse respeito direcionam um olhar especial para estudos sobre a constituição histórica das instituições escolares.

Diante disso, podemos ressaltar a importância da conservação da memória escolar para a reconstrução da história. Na concepção de Nora (1993), a memória é a vida carregada e composta por grupos vivos, sempre em evolução, que dialoga entre a lembrança e o esquecimento, fenômeno que sempre se renova ligando o passado e o presente. A memória “[...] se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras e projeções” (NORA, 1993, p. 50).

Nessa direção, notamos a relevância da materialidade escolar para constituição da memória da instituição e as contribuições que trazem para a análise histórica da educação. Ademais os acervos documentais de uma instituição escolar, pela sua dimensão de materialidade não apenas pode retratar um percurso sócio histórico de uma região, mas possibilitam a apreensão do ideário pedagógico e educativo do processo escolar que se intencionou disseminar na sociedade brasileira (GATTI, 2015).

Nesse sentido, como aponta Chervel (1990, p. 188), “[...] a instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentaram fazer um modelo”. É necessário que a comunidade escolar possa desenvolver “[...] o exercício de conhecer, ouvir e contar a história da própria escola, porque muitas vezes falamos de várias histórias, mas não sabemos falar do lugar onde estudamos ou atuamos como educadores” (LARROSA, 2004, p. 98).

Nessa premissa, como expressa Pereira (2005), devemos considerar tais aspectos na interpretação histórica através das fontes, para a partir daí criar formas de apropriação de novos objetos e novas abordagens metodológicas. Assim, com o uso metodológico das fontes é possível estabelecer um diálogo constante com o presente, investigando as experiências históricas passadas para que haja o entendimento dos processos de escolarização vivenciado no país.

1.2 TESSITURAS METODOLÓGICAS

Lançar-se ao desafio de analisar a trajetória histórica de uma das mais importantes instituições de ensino de Petrolina e região no período de 1926 a

1976, faz-se necessário traçar um caminho que não permita tanto afastamento da teia historiográfica que durante 50 anos foi alicerçada. Para tanto, é necessária uma metodologia que alcance os objetivos propostos, como salienta Gil (1999, p. 8) “[...] pode-se definir um método como caminho para se chegar a determinado fim”, ou seja, traçar um percurso para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Dentro da proposta de recorte temporal, buscamos analisar as práticas educativas e alguns sujeitos imbricados nos processos de implantação, estruturação e consolidação desta instituição.

Sendo assim, no que se refere ao processo metodológico, adotou-se a pesquisa de caráter histórico documental, desenvolvendo-se a partir da análise de documentos oriundos de fontes primárias e secundárias, localizadas em acervos públicos e particulares. Neste sentido, compreendemos, como afirmam Karnal e Tatsch (2009), que todo documento é identificado como “[...] histórico em função de uma determinada visão de uma época [...] o documento existe em relação ao meio social que o conserva”.

Assim, esse estudo também apresentou caráter descritivo, já que recorreremos à análise do acervo documental da instituição escolar, priorizando investigar, analisar e identificar os documentos da escola. Nesse sentido, Cellard (2008) expõe que:

[...] a pesquisa documental exige, desde o início, um esforço firme e inventivo, quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação, e isto não apenas em função do objeto de pesquisa, mas também em função do questionamento. Uma preparação adequada é também necessária, antes do exame minucioso de fontes documentais previamente identificadas. Nesse estágio, o principal erro consiste em se precipitar sobre o primeiro bloco de documentos obtido, antes de um inventário exaustivo e uma seleção rigorosa da informação disponível (CELLARD, 2008, p. 298).

Então, para o levantamento da documentação histórica necessária ao desenvolvimento desta pesquisa, foram realizadas consultas aos arquivos do acervo digitalizado do jornal *O Pharol* no período de 1916 a 1976, do Colégio Dom Bosco, que pertence ao banco de dados do GEPHESF, e do arquivo pessoal de Terezinha Teixeira Coelho e Raimunda Teixeira Coelho. Para tanto, foram selecionados e analisados documentos normativos da instituição escolar

(estatutos), listas de beneméritos, regimentos, documentos pessoais (cartas, crônicas, relatórios de gestão), fotografias e materiais periódicos (jornal, livretos, revistas), os quais serão discriminados na coleta de dados posteriormente.

Também buscamos ter acesso aos documentos contidos no Memorial Dom Bosco que possui um rico acervo composto por fotografias, livros de registros, diário oficial, contendo a autorização para funcionamento do educandário, atas, moções, panfletos, diários oficiais do estado de Pernambuco, jornais, cartas negócio, memorandos, produções de alunos, entre outros. No entanto, ficamos impossibilitados de consultar o acervo do memorial por causa de uma reforma na sua estrutura, conforme informado pela gestão do Educandário.

Assim, foi feita uma varredura em toda a documentação que tivemos acesso, com o intuito de compor a base empírica da pesquisa, e, a partir desse conhecimento, identificar os aspectos particulares para definir as seguintes categorias de análise: o Colégio Dom Bosco no tempo e no espaço; e os sujeitos envolvidos na criação e desenvolvimento do processo educativo como, por exemplo, alunos, professores e diretores.

Destaca-se, nesta pesquisa, a utilização como documento histórico do jornal *O Pharol*², no qual foram obtidas informações do contexto regional e da instituição escolar. Em relação ao *O Pharol*, a sua escolha se deu devido a importância da imprensa como fonte documental para a pesquisa histórica, uma vez que os veículos de comunicação são capazes de carregar em suas páginas discursos e expressões diversas. É interessante destacar que, até os anos de 1970, os historiadores tinham receio ao uso do jornal impresso como fonte histórica, por considerá-lo suspeito ou repositório da verdade, mas com o passar do tempo compreendeu-se que o periódico é um documento histórico, que colabora com a pesquisa historiográfica, desde que seu uso seja abarcado por metodologia e aprofundamento teórico (LAPUENTE, 2015).

Assim, é fundamental que o jornal não seja estudado de forma isolada,

² Pioneiro na imprensa petrolinense, *O Pharol* foi criado em 10 de setembro de 1915 por João Ferreira Gomes (Seu Joãozinho), e se apresentava como um órgão independente e noticioso, publicava notícias locais, nacionais e internacionais e relatos da vida social, política, econômica e educacional da cidade de Petrolina e região do Vale do São Francisco. Circulou durante 74 anos, sendo extinto em 1989 (SANTOS; SANTOS, 2018).

pois o contraponto com outras fontes possibilita interpretar o texto escrito de forma objetiva e subjetiva ao compreender o contexto histórico da época. Desse modo, a contribuição desses meios de comunicação para a pesquisa em História da Educação assume o papel de uma fonte riquíssima de informações e dados relevantes para a compreensão do processo educacional da cidade de Petrolina (SANTOS, 2015).

Ressalte-se também a utilização da bibliografia de autores locais como: Antônio de Santana Padilha (1982), Elza Queiroz (1983), Ronald Chilcote (1991), Maria Creuza de Sá y Britto (1995), José Elmo dos Santos (1995), Marta Luz (1995), Francisco José Pereira Cavalcante (2013), que escreveram obras com caráter memorialista para trazer informações do contexto histórico, bem como recorreremos a autores clássicos nacionais e internacionais que abordam a história cultural, memória, história das instituições escolares, como Le Goff (1994), Nora (1993), Nosella e Buffa (2009), Faria Filho (2000) para conceituar a cultura escolar tivemos como mote o autor Dominique Julia (2001).

Sendo assim, no jornal *O Pharol* analisamos os arquivos relativos às publicações que retratam a história de Petrolina, a história da educação da cidade, a implantação da diocese, a formação do bispado e a criação do Colégio Dom Bosco. Ressaltamos que o material jornalístico foi escrito na íntegra, considerando a escrita da época. Já, nos arquivos do GEPHESF sobre o Colégio Dom Bosco, averiguamos os estatutos, termo de abertura do ensino secundário, lista de beneméritos, fotografias.

Assim, no trabalho com os arquivos escolares, percebemos que o pesquisador da educação não se limita mais às tradicionais fontes relacionadas à legislação e estatísticas educacionais, pois tem se dedicado ao movimento de ampliação documental para melhor fazer a pesquisa. De acordo com Furtado (2011), torna-se relevante para o campo de pesquisa o trabalho com a materialidade, uma vez que, através dela conhecemos o percurso da instituição e os discursos gerados por ela, como registros documentais que carregam os indícios das práticas escolares, constituindo uma cultura própria da escola. Tais fontes permitem observar as maneiras como os sujeitos envolvidos com a escola elaboram suas práticas cotidianas e as diferenciadas formas de sua apropriação dentro dessa instituição.

Além da pesquisa documental, utilizamos a pesquisa bibliográfica como livros, artigos científicos, teses e dissertações, pois possibilita que o investigador tenha acesso amplo sobre as produções referentes à temática pesquisada. Assim, o estudioso tem acesso a tudo que foi escrito, podendo tratar o tema com inovação e ineditismo (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Nesse sentido, ressaltamos que o estudo da história é uma atividade que não cessa. Da análise do tema selecionado ao confronto com obras de autores diversos que tratam de um mesmo assunto, observamos o constante refazer das interpretações do passado. Nesse quadro é que se insere a importância da historiografia – ou do estudo da História -, incluindo autores e/ou “escolas”, bem como, associando os resultados das pesquisas com o contexto histórico em que foram produzidos. Desse modo, “[...] fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas” (KARNAL; TATSCH, 2009).

Assim, o levantamento historiográfico possibilitou ao pesquisador encontrar diversas referências até mesmo digitalizadas devido ao desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, favorecendo o contato com documentos de âmbito internacional, ou mesmo, o acesso a arquivos que se deterioraram com a ação do tempo (SAMARA; TUPY, 2007).

Também empregamos o uso do diário de pesquisa que, de acordo com Holly e Altrichter (2015, p. 80), pode conter “[...] dados obtidos mediante observação, entrevistas e conversas informais, discussões entremeadas e grupos de interesse”. Assim, o diário documenta o percurso percorrido durante a pesquisa.

A pesquisa é de caráter documental, no entanto, utilizamos entrevista individual com um aluno egresso do Colégio, como previsto no projeto aprovado pela Plataforma Brasil, com a finalidade de obter informações objetivas e subjetivas. De acordo com Haguette (1997, p. 86), a entrevista é um “[...] processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Optamos pela entrevista aberta, pois nela o investigador tem ampla liberdade para realizar as perguntas e/ou para fazer intervenções, permitindo flexibilidade diante cada situação.

1.2.1 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi iniciada em 20 de outubro de 2017, por meio de uma visita formal a direção do Colégio Dom Bosco, que autorizou a pesquisa. Porém, houve um entrave, a interdição do Memorial para reforma por tempo indeterminado, impossibilitando o início da pesquisa no referido local. Assim tivemos que redirecionar a pesquisa, visto que até então o memorial Dom Bosco seria o *lócus* da mesma.

Mediante tal notícia, para não prejudicar a pesquisa, buscamos outras fontes. Nesse entremeio, fomos até o palácio do Bispo de Petrolina, no intuito de analisar os arquivos da diocese, porém não tivemos muito sucesso. Conforme informações do tutor do acervo Pe. Francisco Cavalcante o arquivo não possuía qualquer informação que pudesse auxiliar nesta pesquisa, visto que no acervo só teriam informações pertinentes à diocese, como fichas de batismo, casamentos entre outros documentos específicos da mesma.

O padre Francisco nos ofertou dois livros de sua autoria: “O bispado de Petrolina” (2004) e “Petrolina, Pedro, Pedras” (2013). Diante o exposto, buscamos outras fontes que pudesse dar início à pesquisa. Nesse encaixo, visitamos o acervo do GEPHESF, conseguimos uma cópia digitalizada do arquivo de *O Pharol*, e posteriormente, do arquivo D. Bosco, pertencente ao banco de dados do grupo. Bem como recorreremos aos acervos da ex-diretora Terezinha Teixeira Coelho e da ex-vice-diretora Raimunda Teixeira Coelho.

A partir dessa experiência, podemos citar Bourdieu (1988) quando esse declara que a construção do objeto não é algo que se produz de forma aligeirada, tão pouco, por análises teóricas superficiais, pois não se pode desenhar um programa de análise e observações, antecipadamente, é um processo gradativo, laboral que exige fôlego do pesquisador, com recortes recorrentes e emendas, compostos por um conjunto de princípios e práticas que orientam as opções decisivas. Nesse sentido, Nosella e Buffa (2009, p. 56) destacam que o objeto de estudo nunca é dado; é construído, pois “[...] é um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim aos poucos, o seu objeto [...]”. Assim, a construção do objeto depende, de um lado, da formação do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes.

Desse modo, o jornal *O Pharol* foi de grande relevância para a pesquisa, tendo em vista, que o periódico tinha como foco a sociedade petrolinense, pois, além de sua função informativa com notícias e fatos regionais, nacionais e internacionais, se tornou também um documento histórico.

De postura política, *O Pharol* trazia em suas publicações desde anúncios de vendas, obituários, crônicas, publicidades, poesias, cartas, telegramas, publicações oficiais, religiosas até críticas sobre os problemas de estrutura da cidade. O jornal se apresentava como grande defensor da educação, e também era parceiro da diocese, e respectivamente, assíduo apoiador e admirador do Colégio Dom Bosco.

Devido a relevância do *O Pharol*, realizamos uma investigação dos arquivos digitalizados do jornal, entre 1915 e 1937. A maioria desses arquivos foi encontrada no banco de dados do GEPHESF que realizou um trabalho de conservação e preservação do acervo do Memorial Dom Bosco em 2015, e outros arquivos foram cedidos pela professora da Universidade de Pernambuco (UPE), Ana Clara F. Brito.

Assim, a coleta de dados foi dividida em cinco etapas, por arquivo. Destacamos que tivemos dois arquivos distintos do jornal *O Pharol* em períodos diferentes, um intitulado *O Pharol* digitalizado (1916 -1925) e outro *O Pharol* catalogado (1926-1937), ambos são virtuais.

A primeira parte, começamos com organização do arquivo do jornal *O Pharol* digitalizado entre 1916 e 1925, visto que a maior parte desse arquivo está organizada por série de tiragem, data de publicação e número de página. Assim, fizemos uma pasta digital, um tipo de subarquivo e, diante da consulta de identificação, coletamos os documentos que nos interessaram, os quais foram acondicionados na então pasta digital com o nome: “*O Pharol*- projeto D1”. Foi feita uma tabela (vide anexos) no *word*, organizada por: assunto, data de publicação e título de reportagem, para facilitar o manuseio na identificação do documento no momento da análise documental.

Nesse sentido, Pimentel (2001) salienta que

[...] organizar o material significa processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o

controle e manuseio (PIMENTEL, 2001, p. 184).

Essa técnica nos auxiliou durante as idas e vindas em vistoriar o documento, diante das possíveis dúvidas no momento da escrita. Esse processo teve duração de cinco dias, devido a gama de material existente no arquivo, e pela própria complexidade de pesquisar um jornal, visto que algumas páginas possuíam muitas informações, que requeriam minúcias para enxergar pequenas notas que diante de um olhar aligeirado não seriam percebidas.

Na segunda etapa, a coleta foi feita com o arquivo de *O Pharol* catalogado de 1926 a 1937, organizado por número de exemplar, data de publicação, e alguns com série da tiragem. Utilizamos a mesma dinâmica de organização anterior, porém, com a pasta digital com o nome “O Pharol- projeto D1.2”, assunto: Colégio D. Bosco. A coleta com esse arquivo demandou mais tempo e causou certa tensão, pois devido o arquivo ser digitalizado, algumas páginas não estavam legíveis, e outras se encontravam deterioradas, com algumas partes comprometidas, dificultando a leitura de datas, impossibilitando assim, a utilização de alguns documentos na pesquisa. Também foi realizada tabela da mesma forma anterior (vide anexos). Essa coleta teve duração de sete dias.

A terceira etapa foi realizada com o arquivo denominado “D. Bosco Digitalizado”. A coleta aconteceu de forma mais tranquila, pelo fato de já termos conhecimento do arquivo e pela própria organização do mesmo.

Assim também foi feita uma catalogação virtual em pasta intitulada “Arquivo D. Bosco- projeto D3”, organizando os documentos coletados por tipo e data. Em seguida, foi feita uma tabela com a mesma dinâmica (vide anexos), nesse arquivo contém: estatutos, cartas administrativas, fotos, convites, listas de beneméritos, relatórios, entre outros.

Na quarta etapa, trabalhamos com os acervos particulares de Terezinha Teixeira Coelho e Raimunda Teixeira Coelho, não foi feita pasta digital, visto que o acervo era físico, assim construímos uma tabela com o nome das professoras, identificando os documentos por ordem numérica, cronológica e descrição.

Na quinta etapa foi feita uma espécie de fichamento (texto analítico descritivo). Essa forma de coleta de dados foi realizada para viabilizar o acesso aos documentos, já introduzindo a análise e a descrição dos documentos, que facilitou no momento da escrita textual. Nesses arquivos foram encontrados:

encartes, revistas, livretos, fotos, relatórios, tabelas, crônicas (ver anexos).

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Salientamos que esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: introdução, mais três capítulos e considerações finais. Na “Introdução”, apresentamos a temática, questão de pesquisa, objetivos, fundamentação teórica e o percurso metodológico trilhado pela pesquisadora.

No segundo capítulo, “As instituições de ensino confessionais na esteira do tempo”, fizemos explanação breve sobre a implantação das instituições confessionais. Julgamos relevante trazer essas informações para situar o contexto de criação das instituições confessionais católicas e o estabelecimento desse modelo de educação no Brasil. Esse capítulo serviu como norteador para compreender como uma tradição secular contribuiu para que, no século XX, fossem implantadas as escolas confessionais em Petrolina.

No terceiro capítulo, “Da passagem de Juazeiro à implantação da Diocese: história da educação em Petrolina” apresentamos alguns aspectos contextuais sobre a cidade de Petrolina- PE, a fim de correlacionar o contexto histórico da formação do município aos aspectos sociais, econômicos e culturais que promoveram o desenvolvimento das primeiras instituições escolares. A intenção foi trazer dados que permitissem compreender a criação do Colégio Dom Bosco, objeto deste estudo, de modo a entender a contribuição do educandário para a história da educação na cidade de Petrolina- PE e região.

No quarto capítulo, “Colégio Dom Bosco: entre o rio e a história”, mostramos o percurso do Colégio Dom Bosco, desde sua gênese até sua consolidação, evidenciando os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos da cultura escolar, e as particularidades inerentes a cada gestão, como: as realizações, as normas que vigoraram a regulamentação e implantação dos cursos, o apoio político, as práticas e métodos de ensino, as disciplinas, os professores e os alunos.

E nas “Considerações finais”, realizamos um apanhado geral da investigação, abordando a trajetória do Colégio Dom Bosco e a cultura escolar, dando abertura ainda a novas inquietações e possibilidades de pesquisas acerca dessa temática.

2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO CONFSSIONAIS NA ESTEIRA DO TEMPO

Por conta da industrialização, o avanço do liberalismo na França e em outros países da Europa, motivou uma grande reação da cúpula da Igreja Católica, por acreditar na existência de uma ruptura entre o homem e a fé, pois, o que estava em jogo, era a perda de poder e espaço da igreja. Partindo do princípio que a Igreja Católica sempre foi arauto da verdade e da virtude, definição postulada pelo Concílio de Trento. Nesse contexto, em 1870, os ultramontanos presumindo que para que o homem e a sociedade obtivessem a salvação temporal e eterna seria necessário a recristianização do mundo, incumbência atribuída, exclusivamente, a classe eclesiástica católica (CURY, 1988).

Nesse embate, para ser fiel ao e a tudo que ele representa e defender as tradições romanas, surgiu o ultramontanismo³ nas montanhas alpinas do continente europeu como reação ao liberalismo, provocando a divisão da Igreja, entre aqueles que aprovavam as atitudes aceitas pela sociedade advindas pelos ideais socialistas e a cúpula tradicional intransigente composta pelo clero e por fiéis católicos, resistentes às novas mudanças, que defendiam o poder temporal do papa, que buscavam recuperar os privilégios perdidos proporcionados pela influência da Igreja (PACHECO, 2012).

No entanto, o interesse dos ultramontanos era defender, veementemente, as diretrizes romanas, sem se importar com outros interesses, de ordens culturais ou políticas de países ou sujeitos, pois, primavam pela fidelidade a causa, com isso, essa proposta foi abraçada amplamente pelos católicos em todo o mundo e passaram a referenciá-los como ultramontanos (PACHECO, 2012).

Buscando defender os valores cristãos em detrimento dos valores liberais surgidos a partir do iluminismo, em oposição a tal movimento, a Igreja Católica criou

³ Ultramontanismo significa literalmente "além das montanhas" (Alpes), o termo geralmente se refere a um movimento dentro da Igreja Católica Romana no século XIX, que se opôs a descentralização conciliar e nacionalista e centralização do poder defendida no papado, a fim de restaurar o vigor espiritual da igreja. O conceito em si, na verdade, remonta à Idade Média, quando o papado procurou aumento de potência, a fim de libertar-se do controle secular, como na controvérsia investidura do século XI, um movimento que alguns chamam de "ultramontanismo de idade." Cunhado como um termo de escárnio, no século XVII, "ultramontanismo" ressuscitou na pós - era napoleônica para se referir a uma tentativa liderada pelos românticos católicos franceses para terminar a influência do racionalismo iluminista e governos seculares nos assuntos da Igreja e para restaurar o poder papal, um movimento que alguns chamam de "ultramontanismo novo" (PEIXOTO, 2012, p. 69).

as missões religiosas, e por meio de várias congregações passou a atuar no campo educacional e assistencial, implantando instituições educacionais particulares e filantrópicas, ofertando o ensino masculino e feminino, tendo como objetivo maior preservar e disseminar os valores católicos. Para isso, suas ações são justificadas em prol da construção e manutenção de espaços de instrução declaradamente cristãos, ou normatizações oficiais de como deveria ser educado um bom devoto. Assim:

Em muitos casos com efetivo sucesso. Afinal, a igreja católica e seus respectivos líderes, enquanto corpo institucional, bem como seus intelectuais, a perceber a potencialidade da instrução como ponta de lança na afirmação de seus ensinamentos e de seus universos simbólicos manteve-se coesa na proposta cristocêntrica de seus projetos educacionais. Daí a elaboração de estratégias para sua efetiva divulgação e/ou implantação em dadas épocas e circunstâncias. Decididamente houve um corpo a corpo prescritivo inclusive para a sobrevivência do dogma católico legitimado pela formação doutrinária, tanto de padres e freiras, quanto do imenso corpo discente espalhado pelo ocidente e pelo mundo a descobrir (SILVA; SANTOS, 2012, p. 6).

Esse esforço da Igreja em recuperar algumas perdas de influência, causou grande conflito entre os defensores do liberalismo e os católicos radicais, por meio de um documento gerado pela Santa Sé, o *Syllabus*, publicado, juntamente, com Encíclica Quanta Cura, que expressava a indignação da alta cúpula católica criada pelo papa Pio IX, em relação às mudanças geradas pelo novo cenário sociocultural do período. No documento, o que estava em questão era a eliminação da interferência da Igreja na instrução e educação dos jovens, desse modo, a Igreja reagiu em defesa da sua própria liberdade contra o regalismo e o laicismo (PACHECO, 2012).

Desse modo, podemos entender que a partir daí se estabeleceu um processo maior de secularização da instrução com significados mais contundentes, à medida que assentavam conquistas revolucionárias nas mais diversas áreas, bem como, a partir dos grandes embates sociais, econômicos e políticos, nesse período de grandes transformações, onde se expressava o avanço do cientificismo, a maçonaria e as posturas anticlericais (SILVA; SANTOS, 2012).

Sobre esse embate, buscamos em Cury (1988), a visão ideológica dos grupos católicos e liberais. De acordo com o autor, para os católicos

A questão principal é a visão de homem. O homem é bom, mas ferido pelo pecado original, está sujeito ao mal e a raiz do mal é intelectual. Então a educação é o veículo indispensável para a cura do mal intelectual, cujo fundamento está ligado à visão de homem, do mundo e de Deus, que estão diretamente ligados ao processo da educação [...] Afirmando que “o acordo harmonioso entre estas sociedades: a Escola, o Estado e a Família, resultará em vantagens para o cidadão, para o cientista e para o crente. [...] à Igreja compete educar porque recebeu esta missão de Jesus Cristo a fim de elevar o homem da natureza à graça. No ensino do dogma e moral ela é infalível e deve gozar da mais completa autonomia e autoridade [...] nesta missão a Igreja tem o direito de, em qualquer lugar ou instituição, vigiar pela educação moral e religiosa de seus fiéis batizados (CURY, 1988, p. 80- 81).

Cury (1988) relata que de acordo com os conservadores católicos, o ideal humano deve ser feito de forma integral, pois a educação é um meio dessa condição, que se baseia e media a verdadeira concepção do homem do bem, da virtude, da bondade e da ordem social. Essa educação, só o catolicismo pode oferecer, por ser a missão legítima da Igreja ordenada por Jesus Cristo, e para a sociedade mais perfeita deve se aproximar do verdadeiro objetivo que é o Criador, e de sua verdadeira natureza que é a integralidade da felicidade.

Quanto à visão dos reformadores sobre a educação, Cury (1988) afirma:

A Educação é vista como “veículo integrador” das gerações às novas condições de um mundo em mudança. Ela é instrumento de adaptação as situações novas de um meio social essencialmente dinâmico, nesse sentido a educação é tão imprescindível que do seu sucesso ou não depende o crescimento ou perecimento da civilização. Por isso, rever seus meios e fins, para reciclá-los às novas circunstâncias. [...]. Ela é tida como o maior e mais difícil problema proposto ao homem, já que ela deve formar o espírito e a unidade da nação, restabelecer o equilíbrio social e aproximar cada vez mais os homens. [...] O que determina a política educacional é a assinalação dos princípios filosóficos que a regem. E tal assinalação deve ser feita de modo claro, firme e que não deixe dúvidas quanto aos seus objetivos (CURY, 1988, p. 80- 81).

Como expressa Cury (1988) na concepção dos liberais, o mundo estaria ávido por mudanças, essas reformas já seriam realidade após a Segunda Guerra Mundial, na qual surgiram novos pensamentos, novas formas políticas, avanços científico-tecnológicos e as ciências biológicas que viriam apontar novos caminhos para a educação, pois essa deveria ser pensada de forma mais complexa, como integradora do homem e transformadora da sociedade, tendo em vista a plasticidade

e relatividade dos seus ideais, que se moldam de acordo com as intenções que devem ser claras quanto a sua finalidade.

Assim, desde a implantação da república brasileira já se assistia no campo educacional, uma importante disputa entre os defensores dos interesses católicos e dos interesses laicos, que a partir da década de 1920 ganhou força com ideias católicas apregoadas pelo Centro Dom Vital e o laicismo proposto pela Associação Brasileira de Educação (ABE) (AMARAL, 2014).

Na tentativa de se fortalecer, como afirma Silva e Santos (2012), o movimento de reação eclesiástica desembocou uma série de iniciativas, que ao longo, significaram o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológico, cultural e religioso do mundo contemporâneo.

Com isso, houve um grande empenho em remanejar as antigas ordens católicas, tidas como fenômeno da renovação e ligação dos católicos com Roma, tendo em vista o grande prestígio que alavancavam as instituições confessionais pelo mundo, pela sua distinta organização, com objetivo de se solidificarem frente às escolas de instrução laica, contrariando anseios cívicos-normativos da instrução laicante. Assim, a Igreja tinha urgência no processo de afirmações de instituições cristãs na Europa e nas Américas. Tendo no continente americano, um lugar de manifestação de uma espécie de salvaguarda missionária de manutenção do cristianismo, a partir da instrução realizada por congregações: jesuítas, beneditinos, franciscanos, oratorianos, entre outras ordens. Conforme Silva e Santos (2012) apontam:

No final do século XIX, é perceptível uma profusão de ordens e congregações que se deslocaram para a América, por exemplo, tendo como missão a instalação de colégios. Respondiam aos apelos dos pontífices e de suas Encíclicas que animavam os católicos a formarem uma tenaz resistência à cultura secularizante dos colégios e grupos fundados pelas repúblicas nascedouras. Sendo urgente no processo de afirmação (SILVA; SANTOS, 2012, p. 79).

De acordo com os autores (2012), as ordens católicas criadas pelo movimento ultramontano se espalharam pelo mundo e viam na América novas possibilidades de instalarem escolas confessionais, estimuladas pelo comando clerical, buscando formar alianças políticas e se afirmarem culturalmente em terras

ainda pouco exploradas ou influenciadas pelos movimentos reformistas. A primeira congregação a chegar ao Brasil foi a Companhia de Jesus, que fundou escolas, e ensinou as crianças indígenas a ler e escrever, porém o colégio era o ponto chave, pois seu objetivo era formar novos missionários. A princípio, essas escolas eram voltadas para os índios, mas depois passaram a atender à outras crianças, no intuito de abrigá-los e doutriná-los.

Trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes, que por meio da educação se organiza a sociedade e essa organização é quem determina e seleciona o acesso a instrução, no qual uns aprendem mais e outros menos. Num dado momento da catequese, os jesuítas julgaram desnecessário que todos aprendessem, e os colégios foram voltados para os filhos da elite. O currículo dos colégios jesuítas seguia o *Ratio studiorum*, ou seja, era ministrada a gramática média, a gramática superior, as humanidades, e a retórica. Para quem escolhesse o sacerdócio era ofertado, filosofia e teologia. Nesses colégios, a presença greco-romana era incontestável (PAIVA, 2015).

Nessa direção, Cury (1988) afirma que:

O Brasil não foi uma exceção neste papel civilizador da igreja. A obra dos jesuítas prova o quanto ele é devedor aos religiosos e à Igreja. As bases da sociedade civil, fundada nos preceitos da justiça e da moral, foram também sustentadas pela obra jesuítica especialmente pela abertura de escolas. Sempre que os Jesuítas fundaram uma cidade, concomitantemente fundaram um colégio. Assim, o ensino no Brasil iniciou-se sob o bafejo protetor da Igreja Católica (CURY, 1988, p. 60- 61).

A ordem dos jesuítas atuou na educação por mais de dois séculos na colônia brasileira (1545- 1759), sendo expulsa do Brasil por Sebastião José de Carvalho e Melo, o então Marquês de Pombal, que adotou as ideias inovadoras e originárias do Iluminismo. Conforme Pombal, os métodos dos jesuítas estavam defasados, pois a preparação educacional dos jovens deveria ser voltada, para as novas profissões, para cargos administrativos, bem como, para a vida sociopolítica. Um dos fatores importantes nesse embate seria que as missões controlavam grande parte das riquezas produzidas na colônia e a coroa precisava assumir e controlar melhor essas questões financeiras (SILVA, 2012).

Com isso, a Igreja Católica encontrava no ultramontanismo, uma forma de reagir a essa perda de poder na colônia. Movimento trazido para o Brasil no século

XVIII, pelos padres lazaristas com seus colégios e seminários (PEIXOTO, 2013). Nesse sentido, a educação seria mais um meio de se aproximar da população e de manter uma relação com os governantes, e assim, ajustar sua estrutura de poder e atuar ativamente na sociedade (SILVA, 2012).

Após a Proclamação da República, em 1889, o estado nacional herdou da monarquia portuguesa o regime do padroado, que postulava como religião oficial do país, o catolicismo. E com a implantação do Estado republicano, baseado nas correntes positivistas que a Igreja fez veemente oposição, ocorreu o rompimento entre a Igreja Católica e o governo. A Igreja consciente das perdas de certos privilégios que gozava durante o Império, em face às novas propostas inquiridas pela república, como a constituição do casamento civil, a entrega dos cemitérios às prefeituras, a retirada do ensino religioso das escolas públicas, bem como a suspensão do pagamento dos salários do clero pelo Estado, assim, passou a investir em educação, na implantação de colégios em várias partes do território nacional (CAVALIERE, 2007).

Contudo, diante de tal bravata, a Igreja Católica aliada à Santa Sé, buscou uma reorganização interna com intuito de fortalecer as bases do catolicismo no país, buscando enquadrar os fiéis de acordo com o modelo romano, tido como uma proposta inovadora do catolicismo, no qual a autoridade eclesiástica teria total autonomia por meio da espiritualidade internalizada na prática e frequência dos sacramentos (JUNQUEIRA, 2010).

Em conferências episcopais realizadas nos anos de 1901, 1904, 1907 e 1911, era imperativo a retomada do poder político da Igreja, no qual priorizava a reinserção do ensino religioso nas escolas públicas. No final do século XIX e início do século XX, com a laicização do ensino no Brasil, o clero católico promoveu uma reestruturação interna na sua base, que resultou na fundação de um número significativo de instituições confessionais (JUNQUEIRA, 2010).

O cenário ganhou outro contorno a partir do ano de 1916, notadamente, com a Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, recém nomeado arcebispo de Recife e de Olinda, que “[...] propunha uma ação decisiva e operante com o fim de alterar as bases agnósticas e laicistas do regime” (CURY, 1988, p. 14-15). A carta pastoral enquanto modelo oficial disciplinador/apologético das dioceses, e de seus líderes, serviu na república legitimadora dos discursos que fundamentavam a importância dos colégios confessionais naquela ordem de transformações socioculturais que se

desenrolavam. Na guerra de oposições dos intelectuais católicos, cartas tais como essa era verdadeiro opúsculo doutrinador. Não é à toa, que as ordens religiosas dedicadas à instrução entre os séculos de XVII a XIX mantinham o método jesuítico como fundamento.

A maioria dessas instituições foram trazidas pelas congregações, as ditas missões religiosas que começaram a ser instaladas em várias partes do território brasileiro, principalmente, com o intuito de atender as classes mais abastadas da sociedade, ofertando instrução de forma distinta, para moças e rapazes dentro dos preceitos cristãos, tendo como premissa os conceitos de Pio XI, no qual os sexos são diferentes, assim a educação deve ser diferente. Desse modo, a educação das meninas ficava a cargo das congregações femininas (freiras) e dos meninos das ordens masculinas (padres). Nessa perspectiva como conceitua Bittar (2010):

Caracteriza-se uma instituição confessional aquela que segue a confissão de uma determinada ordem religiosa, ou congregação, podendo ser uma católica, evangélica, presbiteriana, etc.. “Por ser confessional, esse tipo de escola professa, por via de regra, uma doutrina ou um princípio filosófico a ser seguido e que se dissemina em suas práticas cotidianas e em seu próprio marketing perante a sociedade” (BITTAR, 2010, p. 12- 15).

Uma escola confessional que segue uma das doutrinas da Igreja Católica, a jesuíta, fundamentada na doutrina teológica de Santo Inácio de Loyola; a franciscana, seguidora dos princípios educacionais da ordem religiosa de São Francisco de Assis; a salesiana, baseada nos princípios educativos de Dom Bosco. Mas há também as escolas confessionais presbiterianas seguidoras da doutrina de Martinho Lutero, entre outras (DALLABRIDA; SILVA; ROSA, 2004).

As escolas confessionais se propagaram pelo Brasil de forma significativa no final do século XIX e início do século XX, enaltecendo ideias e costumes doutrinários, principalmente para as classes mais ricas, as quais não se furtavam em preservar comportamentos próprios, distintos, específicos para homens e para mulheres (BITTAR, 2010). No escopo desse projeto estavam todas as congregações religiosas de origem estrangeira que trabalharam em estreita sintonia com os bispos, atuando em diversificados campos pastorais, como paróquias, colégios, seminários, pregação de missões, retiros e hospitais (DALLABRIDA; SILVA; ROSA, 2004).

Nesse sentido, como outras instituições confessionais, o Colégio Dom Bosco,

é instalado nos anos 20, auge da expansão dos colégios confessionais no território brasileiro e na região nordeste do país, porém se enquadrando como ginásio diocesano, assim como outros educandários criados por dioceses no nordeste como: Colégio Diocesano Santa Luzia, Mossoró- RN (1901); Colégio Diocesano Cristo Rei, Pesqueira- PE, 1918; Diocesano de Caruaru, Caruaru- PE, 1927, entre outros.

Nos próximos capítulos, abordaremos a chegada da diocese em Petrolina, a implantação dos Colégios Confessionais Nossa Senhora Auxiliadora e Dom Bosco e suas contribuições no contexto educacional da região do Vale do São Francisco.

3 DA PASSAGEM DE JUAZEIRO À IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PETROLINA

A cidade de Petrolina está situada no sertão pernambucano, localizado no submédio São Francisco, cerca de 750 km da capital Recife- PE e a 500 km de Salvador- BA. Banhada pelo rio São Francisco, faz divisa com o município de Juazeiro- BA e juntas formam o maior aglomerado urbano do Semiárido brasileiro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de habitantes das duas cidades em 2015, era de, aproximadamente, 550.000 habitantes. Em conjunto com os municípios pernambucanos de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, e Cabrobó, e os municípios baianos, Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Sobradinho, forma a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do São Francisco⁴.

Petrolina possui a sexta maior economia de Pernambuco, representando 3,37% da riqueza pernambucana, e também é o maior polo agroindustrial do estado. A cidade obteve crescimento econômico por meio dos recursos provenientes da agricultura irrigada, tornando-se um importante centro de produção de frutas tropicais, principalmente, pelo cultivo de uvas e mangas. Esse desenvolvimento decorreu de um longo processo histórico, no qual se entrelaçam aspectos sociais, econômicos e a influência da Diocese de Petrolina no início do século XX, para a constituição do município, que, na segunda metade do século XVIII, era conhecido como a “Passagem de Juazeiro”.

Por volta de 1750 a 1799, a denominada Passagem de Juazeiro fazia parte do município de Santa Maria da Boa Vista e se constituiu em uma rota dos viajantes do Maranhão, Ceará, Piauí e Pernambuco que necessitavam chegar à cidade de Juazeiro, pertencente à Província da Bahia. Nessa época, Pedro, o primeiro habitante conhecido da Passagem de Juazeiro, auxiliava no transporte de pessoas e cargas por meio de embarcações na travessia do rio (PADILHA, 1982). Atraídos pela via de transporte entre as duas cidades, várias pessoas passam a morar na localidade, visto que, o rio também possibilitava a subsistência por meio da pesca.

Por volta de 1849, o Pe. Manoel Joaquim da Silva, vigário de Santa Maria da

⁴ Disponível em: <http://petrolina.pe.gov.br/historia/>. Acesso em: 10/11/2017.

Boa Vista, percebeu a necessidade de uma capela e um padroeiro para a Passagem de Juazeiro como símbolo de devoção aos católicos. Assim, transferiu a imagem de Nossa Senhora Rainha dos Anjos para o vilarejo, cuja comunidade já era devota.

Nesse contexto, a Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos teve sua pedra fundamental assentada em 1858 quando a Passagem foi reconhecida como povoado. A construção da Igreja foi iniciativa do Pe. Manoel Joaquim e pelo capuchinho frei Henrique, missionário italiano que de passagem para Minas Gerais fez algumas pregações na região (CAVALCANTE, 2013).

Na imagem abaixo, observamos a vista panorâmica da cidade de Petrolina-PE, onde podemos visualizar a Igreja Nossa Senhora Rainha dos Anjos, a primeira a ser construída na cidade (atual Igreja Matriz).

Figura 1- Passagem de Juazeiro- Distrito de Santa Maria da Boa Vista- PE.



Fonte: A Catedral de Petrolina profecia e evocação (CAVALCANTE, 1999).

Segundo Cavalcante (2013, p. 4), na primeira metade do século XIX, a Igreja Católica, por meio do papa Pio IX, “[...] buscava a afirmação de Maria como sendo concebida sem pecado original [...], afirmação da primazia da graça sobre o pecado e da obra da Providência na vida do homem”. Era justamente esse preceito que o Pe. Manoel Joaquim e o frei Henrique procuravam difundir entre os fiéis e afastá-los dos movimentos anticlericais combatidos pela cúpula da Igreja Católica.

Em 1862, pela Lei 530 da Assembleia Provincial, por solicitação do bispo D. João da Purificação foi criada a Freguesia, dando direito de maior assistência

religiosa ao povoado, nomeando Pe. Manoel Joaquim da Silva como o primeiro vigário (CAVALCANTE, 2013). A partir de então, a localidade passou a se chamar “Petrolina”; essa denominação tem versões controversas, a primeira se refere a uma homenagem a D. Pedro II, que teria ancorado na cidade em expedição pelo rio São Francisco; já a segunda relata sobre uma grande pedra que existia na margem do rio, chamada pedra linda.

Já em 1870, o povoado foi oficializado como Vila e constituído como município em 25 de abril de 1893, desligando-se de Santa Maria da Boa Vista. O primeiro prefeito foi Manoel Francisco de Souza Júnior e subprefeito Febrônio Martins de Souza. Foi elevada à categoria de cidade em 21 de setembro de 1895, pela Lei 130, de 28 de julho 1895 (PADILHA, 1982).

No final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a cidade procurava se organizar administrativamente com a construção de instituições culturais como o teatro; arborização da Avenida Marechal Deodoro; alargamento dos passeios; prolongamento da Avenida Dantas Barreto; início das obras do hospital Nossa Senhora da Piedade; a via ferroviária Petrolina-Teresina; inauguração do *jockey club*, cartório e cine independência. Também iniciou a implantação do setor fabril com a instalação das fábricas de cigarros Globo e a fábrica de bebidas Rainha dos Anjos, em 1923. A fábrica se inclinava para produção de vinhos de frutas, uvas e aguardentes, porém ainda necessitava de empenho governamental para seguir crescendo.

Nesse contexto, em 1925, surgiu a empresa Melhoramentos de Petrolina pelo então prefeito Pacífico da Luz, subprefeito Manoel Sant’Anna e o coronel Clementino Coelho. A instituição foi criada para angariar fundos dos associados com o objetivo de trazer melhorias para a cidade como luz elétrica e água encanada. A iluminação pública foi oficialmente inaugurada em 1926 (O PHAROL, 1926).

Essas conquistas foram decorrentes das manifestações públicas como a do promotor público Felix de Valois que publicou, em 1923, artigo na *Tribuna de Recife*, o qual foi republicado no *O Pharol*, em que reconheceu a riqueza territorial do município, destacando a situação topográfica, planificada e as margens do rio, o clima agradável e a riqueza do seu povo. Admitiu, contudo, no artigo que a cidade estava estacionada, “escravizada em tudo a um outro Estado”, no caso a Bahia (O PHAROL, 1923).

Dessa forma, o artigo clamava a imprensa e a população a “unir todas as

vozes em um só grito” contra a suposta omissão do governo de Pernambuco para a carência do povo de Petrolina, que isolada por sua posição geográfica, se sentia abandonada “à sorte ou azar” ao fazer fronteira com outro estado. O promotor reivindicava a estrada de ferro Petrolina-Recife, uma promessa antiga dos governos do estado de Pernambuco à população petrolinense, que à época dependia da estrada de ferro Juazeiro-Salvador. Félix de Valois concluía o artigo que seria necessário “[...] despertar os responsáveis, os dirigentes, fazendo-os conhecerem o valor, a utilidade da obra reclamada” (O PHAROL, 1923, p. 1).

De acordo com o mapa de Pernambuco, podemos observar a posição geográfica da cidade de Petrolina, a qual faz limites com o estado da Bahia, e seu extremo posicionamento em relação à capital pernambucana Recife.

Figura 2- Mapa de Pernambuco.



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+mapa+de+petrolina+atualizado>.

Dessa forma, a cidade vizinha explorava as vias fluviais do rio São Francisco, mantinha um comércio ativo, do qual os petrolinenses dependiam para fazer suas compras, tendo que atravessar o rio de barca. Com isso, a população ficava, totalmente: à mercê da fronteira cidade e da tutela do estado da Bahia, no qual era tributária.

A preponderância da cidade de Juazeiro foi descrita em uma crônica do geógrafo Teodoro Sampaio⁵ que, após a viagem ao município, se deslumbrou com o

⁵ Teodoro Sampaio nasceu em 1855 na cidade de Santo Amaro, Bahia. Um dos maiores engenheiros do país, além de geógrafo e historiador foi o primeiro a mapear a região da Chapada Diamantina. Suas anotações ajudaram Euclides da Cunha a escrever “Os Sertões”. Foi também um dos homens públicos de maior importância nos debates e projetos urbanísticos do país, no final do século XIX e

progresso da cidade. Segundo Sampaio, Juazeiro era com justiça considerada o empório de desenvolvimento do sertão do São Francisco, no qual conjugava uma zona de influência comercial fluvial significativa desde às cidades dos sertões de Pernambuco, Piauí, Minas Gerais e Goiás. Teodoro Sampaio ficou impressionado com a estrutura urbana, a arquitetura das construções residenciais, o comércio ativo, a profundidade do porto, a extensa frota fluvial, a alegria da população, a impressão de progresso e riqueza que a cidade inspirava, denominando Juazeiro de Corte Sertaneja.

Nesse contexto, conforme Aquino (2013), a disparidade entre a cidade de Petrolina e a cidade de Juazeiro podia ser observada ao se considerar que, na década de 1920, Juazeiro já era considerada uma cidade desenvolvida para época. Segundo Cavalcante (2013), nesse período, a cidade já possuía uma bela Igreja, o Hospital de Caridade, viação do São Francisco (transporte fluvial), matadouro público, Câmara Municipal, telégrafo, Mercado Público, Correio, Banco do Brasil, sede da capitânia dos portos, prédio escolar, Club comercial (instituição beneficente), estação de trem, tipografia, bem como, o jornal o *Echo*. Soma-se a isso, uma nota do jornal *O Pharol*, que faz a comparação de desenvolvimento entre as duas cidades, sendo Juazeiro como cidade que se destacava na administração pública, enquanto a cidade de Petrolina enfrentava dificuldades financeiras:

[...], nós, no que se refere as cosas da prefeitura, vamos retrogradando.[...] o povo bom e paciente, escorchado de impostos, espera que os ouvidos de vv. ss. estejam abertos para estes insignificantes pedidos esperando também que os olhos de vv. ss. vejam o grande exemplo vizinho (O PHAROL, 1929, p. 1).

No entanto, a chegada da referida estrada de ferro poderia promover algum progresso para a cidade petrolinense, viabilizando a fluência do comércio, do transporte, da indústria, inclusive, possibilitando preços mercantis mais baixos, barateando assim, o custo de vida dos petrolinenses, tendo em vista, que os impostos baianos eram muito altos (BRITO, 1995).

Segundo Chilcote (1991), em fins do século XIX até a primeira guerra mundial, Petrolina enfrentava o isolamento político e as intempéries do clima como a seca incessante. As autoridades estaduais e federais davam pouca atenção aos

3.500 habitantes que viviam sobre o domínio patriarcal. De acordo com o autor (1992):

Em seus primeiros anos de município, Petrolina tinha fama de “atrasada”, “resistente ao progresso e carente de iniciativa, para promover uma mudança social e material que desse origem a um núcleo humano relativamente civilizado”; esse atraso era visto como resultado de “nossa burguesia” e sua limitada atividade empreendedora, sua pecuária primitiva e sua incapacidade de instalar uma só indústria que fosse: não existia nada que se assemelhasse a ideia de trabalho (CHILCOTE, 1991, p. 80- 81).

A partir da criação da diocese em 24 de maio de 1924, foram promovidas mudanças sociais significativas no espaço urbano. O bispado de Petrolina foi constituído em 11 de janeiro de 1924. A nomeação de Dom José de Oliveira para dirigir a nova diocese foi publicada no jornal em Recife, bem como, as providências proferidas ao cônego Antônio José da Costa Rêgo para os preparativos da posse do primeiro bispo da cidade (LUZ, 1995).

Para a constituição do bispado, a diocese lançou uma campanha pedindo ao povo petrolinense, católicos em sua maioria, que se mobilizassem para receber o novo bispo. Isso é notório em publicações do jornal *O Pharol* que dispôs uma coluna exclusiva para o assunto, intitulado “O bispado de Petrolina”. Nessa coluna, foram publicadas várias notas, buscando manter a população envolvida no processo religioso, mobilizando a sociedade para arrecadar recursos em prol do evento. Podemos observar essas ações por meio de uma carta publicada por Cardoso de Sá na coluna, chamada “Saúde desejo”, que discorreu sobre o bispado:

Permita que de longe dê minha opinião sobre a criação de um bispado ahi. Devemos empregar toda nossa boa vontade, para em breve ser uma realidade este grande e útil melhoramento e como é difícil para nosso meio, sem grande fortuna, aliás muito pobre, apresento ao seu espírito progressista e luctador a idéa de uma grande loteria, de 10 ou 20 contos em bilhetes de 10\$000, com um ou vários prêmios em dinheiro, lotes de terra no perímetro da cidade, animais etc. Para ser vendida por todo o Estado. Estude bem minha desvalorizada idéa, ponha em prática e conte com os meus pequenos serviços.

Disponha do amigo - CARDOSO DE SÁ, Bahia 29 de agosto de 1923 (O PHAROL, 1923, p. 5)⁶.

⁶ Carta publicada no jornal *O Pharol*, em setembro de 1923. O título da reportagem: A Carta do Dr. João Cardoso de Sá foi emitida para Dr. Félix Valois Correia, prováveis aliados políticos de Petrolina, no qual o Dr. Cardoso se encontrava na época cursando medicina em Salvador- BA. Cardoso de Sá

De acordo com a carta, notamos a expectativa com a chegada do bispo, tendo em vista, que a religião católica nessa época dominava o país e era fortemente defendida na sociedade petrolinense, inclusive publicamente, por meio de notas diárias na coluna de *O Pharol*, intitulada “Alerta povo de Petrolina”. Eram frequentes textos incisivos, alertando o povo da cidade, para a vinda do protestantismo transgressor americano ao Brasil como seita ameaçadora dos conceitos cristãos católicos (O PHAROL, 1922).

Enfim, em 14 de agosto de 1924, Petrolina recebeu com festejos aquele que, posteriormente, definiria projetos e ações para o desenvolvimento da cidade: Dom Antônio Maria Malan⁷. Nesse sentido, o bispo foi o idealizador de grandes obras que alavancariam o desenvolvimento da cidade. Como define Britto (1995):

Com a chegada do seu primeiro Bispo Dom Antônio Maria Malan um italiano, vindo das missões do sul do Brasil, com ideias inovadoras, é que a cidade de Petrolina ganha fôlego para seu desenvolvimento, empreendedor e inovador ele tem como objetivo transformar aquela cidadezinha do interior de Pernambuco, chamada de “passagens para Joazeiro” numa cidade moderna (BRITTO, 1995, p. 129).

Nessa conjuntura, após a chegada, o então recém-empossado bispo empreendeu uma série de reformas na cidade, seguindo os preceitos da romanização. Partia-se do princípio de que a Igreja Católica foi arauto da verdade e da virtude, segundo o postulado pelo Concílio de Trento. Além disso, o bispo Dom Malan seguia os princípios ultramontanos, nos quais defendia que o homem e a sociedade pudessem obter a salvação temporal e eterna, atribuição que competia, exclusivamente, ao clero católico (CURY, 1988). Nesse embate:

[...] o ultramontanismo apareceu exatamente como reação ao mundo moderno, isto é, aquele conjunto de novas relações políticas, novas propostas e contornos definidos e se efetivou após as Revoluções Industriais e Francesa. (...) O mundo moderno havia rompido o selo

foi prefeito de Petrolina de 1934-1937(QUEIROZ, 1995).

⁷ Dom Antônio Maria Malan nascido em 16 de dezembro de 1862 em São Pedro de Coni, Itália, de origem francesa, concluiu o curso secundário e teologia em Paris- França e recebeu o hábito religioso na Casa Noviciado em do Marselha, França. Entrou para a Congregação Salesiana em 1884, aos 22 anos, fazendo os votos perpétuos no ano seguinte. Veio para a América em 1889, instalando-se em Montevideú (Uruguai), ordenando-se em outubro de 1889 na capela de N. Senhora Auxiliadora, do Colégio Pio. Em 1894, seguiu para Mato Grosso, acompanhando D. Luiz Lasagna, chefe da expedição fundadora da missão entre os índios Bororós. E em 5 agosto de 1924 tomou posse da recém-criada Diocese de Petrolina na Igreja Matriz Nossa Senhora dos Anjos. Faleceu em 28 de outubro de 1931 em São Paulo (SANTOS, 1995, p. 17).

sagrado, dessacralizando todas as relações entre os homens, num processo lento em seu início, mas vertiginosamente rápido nos séculos XVII e XIX, o tempo de Deus fora suplantado pelo relógio de bolso, os homens não eram mais homens e sim força de trabalho (...) a igreja já não era mais a salvaguarda da sociedade e se tornara a “infame” (MANOEL, 2010 *apud* PACHECO, 2012, p. 33).

Contudo, o interesse dos ultramontanos era defender, veementemente, as diretrizes romanas, sem se importar com outros interesses, de ordens culturais ou políticas de países ou sujeitos, pois primava pela fidelidade a causa. Assim, essa proposta foi abraçada, amplamente, pelos católicos em todo o mundo, e passaram a referenciá-lo como ultramontanismo. A influência do ultramontanismo foi significativa para a criação das instituições de ensino confessional.

Nesse sentido, buscando defender os valores cristãos em detrimento dos valores liberais surgidos a partir do Iluminismo, a Igreja Católica criou as missões religiosas, e por meio de várias congregações passaram a atuar no campo educacional e assistencial: “Para isso, suas ações são justificadas em prol da construção e manutenção de espaços de instrução declaradamente cristãos, ou normatizações oficiais de como deveria ser educado um bom devoto” (PACHECO, 2012, p. 55). Assim, decorreu a implantação de instituições educacionais particulares e filantrópicas, ofertando o ensino masculino e feminino, com a finalidade de preservar e disseminar os valores católicos. Para Silva e Santos (2012), as lideranças religiosas ao perceberem:

[...] a potencialidade da instrução como ponta de lança na afirmação de seus ensinamentos e de seus universos simbólicos, manteve-se coesa na proposta cristocêntrica de seus projetos educacionais. Daí a elaboração de estratégias para sua efetiva divulgação e/ou implantação em dadas épocas e circunstâncias. Decididamente, houve um corpo a corpo prescritivo inclusive para a sobrevivência do dogma católico legitimado pela formação doutrinária, tanto de padres e freiras, quanto do imenso corpo discente espelhado pelo ocidente e pelo mundo a descobrir (SILVA; SANTOS, 2012, p. 6).

Como marco do desenvolvimento da cidade, o bispo colocou como primeira meta a construção de uma catedral esplendorosa de estilo neogótico. Conforme aponta Santos (1995, p. 14), “Dom Malan pensava grande para Petrolina”. Tal pensamento pode ser ilustrado, a partir de sua frase profética: “[...] construindo-se a casa de Deus tudo crescerá em volta” (AQUINO, 2013, p. 63).

Com essa construção, cuja suntuosa catedral contrastava com a paisagem sertaneja, percebemos as intenções do bispo para o progresso de Petrolina, uma cidade situada na ponta do estado de Pernambuco. De acordo com Padilha (1985), a construção demandou esforços do idealizador, que não dispensou auxílios nacionais e internacionais para sua realização. E em 1925 para construir a catedral, o bispo contratou a construtora Odebrecht e Cia, pelo valor de 745.000\$000⁸ (setecentos e quarenta e cinco mil contos de réis).

Visto isso, o bispo apelou a todos os estados do Brasil, a fim de que cada um pudesse contribuir com uma quota correspondente para os vitrais da Catedral, no qual colocaria em cada um, o escudo do estado doador. Seria uma homenagem de todo o Brasil ao Sagrado Coração de Jesus, e assim foi feito. O relógio foi doado por padre Cícero de Juazeiro do Norte- CE, bem como, um ostensório de ouro pelo papa Pio XI. Os vitrais foram comprados na França, e de lá foram doadas duas imagens de bronze de dois metros de altura de São Pedro e São Paulo colocadas na frente da Igreja. A Companhia Ferroviária Leste Brasileira teria doado 100 trilhos para formar o anel de cimento que circunda a parte superior da catedral. Assim, no dia 15 de agosto de 1929 foi inaugurada a Catedral (BRITTO, 1995).

Não foi somente a Catedral que se tornou legado de Dom Malan. A contribuição da chegada da Diocese se efetiva também no campo da instrução. De 1924 até 1931; “[...] a diocese local instalou um seminário e duas escolas religiosas. Com esses feitos o povo petrolinense começou a vislumbrar novas perspectivas de progresso para cidade” (CHILCOTE, 1991, p. 84). Destacaremos a seguir, a relevância dessa contribuição social e educacional deixada como legado de Dom Malan para a cidade. Conforme *O Pharol* (1924), o bispo era uma figura forte, que não poupava esforço para trabalhar em prol do progresso das comunidades por onde passava:

⁸ Conforme informações do Museu da Moeda do Banco Central do Brasil, por e-mail em 26 de dezembro de 2018, os valores expostos quando feito a conversão de Réis para Reais (moeda atual) se tornam insignificantes, devido as muitas mudanças no quadro monetário brasileiro, tornando difícil a compreensão dos valores atuais diante do cenário da época. Assim, todos os valores em Réis citados neste trabalho se enquadrarão nessa informação. E-mail: faleconosco@bcb.gov.br

Figura 3- Dom Malan, primeiro Bispo de Petrolina- PE.



Fonte: Foto – Livreto cronologia de uma história de 80 anos do Colégio D. Bosco.

Dedicado e empreendedor, Dom Malan ganhou notabilidade por sua obra apostólica nos sertões indígenas mato-grossenses. Como líder religioso a frente da Diocese de Petrolina, Dom Malan exercia influência sobre a população e tinha o respeito dos fazendeiros e coronéis da época, em sua curta, porém frutífera trajetória de sete anos, o prelado deixou um grande legado de desenvolvimento para a cidade e região, principalmente na educação ao ser o promotor de escolas confessionais no sertão do São Francisco.

3.1 A EDUCAÇÃO EM PETROLINA NOS SEUS PRIMEIROS TEMPOS

Em 1926, a população petrolinense foi contemplada com a construção de dois colégios: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (CNSA) mantido pela congregação salesiana, e o Colégio Dom Bosco (CDB) pela diocese, ambos fundados pelo bispo

Dom Malan para atender às demandas educacionais do município, principalmente, aos filhos e filhas da elite local (SANTOS, 2015). Segundo Britto (1995, p. 257), até então, o professor e até mesmo o leigo ministravam aulas e procuravam “[...] doutrinar as crianças nas residências”.

Essas aulas domiciliares eram ministradas de forma separada e distintas para as crianças: os meninos, além de aprenderem a ler e escrever tinham aulas de matemática e conhecimentos gerais; para as meninas eram ministradas aulas de leitura e escrita, matemática básica, orientação de civilidades (boas maneiras), bordado, pintura, corte, costura e música, assim, as meninas eram preparadas para as atividades domésticas (BRITTO, 1995).

Esse modelo de separação escolar não era adotado somente na região Nordeste, mas também em outras localidades do país, como na região Sul. Silva (2008) enfatiza que o regime escolar aplicado pela sociedade de Florianópolis- SC era sexista, conforme análise do autor:

[...] esta divisão no espaço escolar dos filhos e filhas das elites planaltinas estava conectada com o ideal da preparação burguesa de homens e mulheres para posições distintas. A menina para ser a “rainha do lar” e o homem “provedor”, na ordem das coisas a partir do imaginário que as percebia como normais e naturais. Naquele espaço escolar elas tinham o preparo para o exercício da maternidade e para tarefas próprias às mulheres de “boa família”. Para além da escolarização formal, em nível primário, essas meninas recebiam ensinamentos indispensáveis à virtude, ao recato, aos bons costumes e à preservação do bom nome de suas famílias (SILVA, 2008, p. 72).

Essas práticas de aulas domiciliares eram comuns na época, adquiridas a partir da implantação das aulas régias no Brasil, em 1772, quando foi legitimada a profissão docente por meio de concurso, causando um aumento considerável do número de professores no país. Porém, com a isenção da responsabilidade governamental em relação à formação docente, sem formação específica para o exercício, os professores concursados não tinham prestígio com a população, causando uma ínfima adesão de alunos nas aulas régias, que resultaram em uma quantidade significativa de professores particulares (BEZERRA, 2015).

A maioria dessas aulas era voltada para a instrução dos filhos das famílias mais abastadas, como grandes fazendeiros, que contratavam esses preceptores para ensinarem aos seus filhos os saberes necessários para sua formação

(BEZERRA, 2015). Nesse sentido:

[...] além da educação doméstica, em que os mais abastados pagavam preceptores para seus filhos, reuniam-se as crianças nas igrejas, em salas das prefeituras de lojas maçônicas ou na casa dos professores, que podiam ser nomeados pelo governo ou contratados por particulares (BEZERRA, 2015, p. 64).

Nessa perspectiva, a primeira cadeira de instrução primária em Petrolina foi criada em 1870, voltada para educação feminina, de acordo com a Lei nº 921 de 24 de outubro 1870 (BRITTO, 1995). De acordo com informações de *O Pharol* entre 1903 e 1917, já havia quatro escolas públicas no município de Petrolina, duas estaduais e duas municipais, sendo duas do sexo masculino e duas do sexo feminino. Em funcionamento regular, havia duas municipais e uma estadual, pois uma permanecia fechada devido a falta de professor (O PHAROL, 1917).

No início do século XIX e meados do século XX, o termo cadeiras públicas de instrução estava relacionado às “escolas isoladas” (FARIA FILHO, 2000). Podemos compreender melhor o termo cadeiras associadas ao termo escolas isoladas trazido pelo autor supracitado, quando Britto (1995) enfatiza que as professoras nomeadas para as cadeiras de instrução pública deveriam ensinar antes em escolas do interior durante um período probatório, para então, se estabelecerem nas sedes, visto que Petrolina ainda não tinha *status* de cidade e essas professoras vinham das cidades de Olinda- PE e Garanhuns- PE.

De acordo com Faria Filho (2000), a implantação das cadeiras de instrução requeria permissão das autoridades estaduais em prestigiar:

[...] uma dada região ou pessoa quanto da pressão exercida pelos interessados, principalmente pelas famílias. Estes, muitas vezes, para reforçar seus argumentos, lembravam em seus abaixo-assinados dirigidos ao governo do Estado a importância da instrução e o compromisso, sempre reiterado, dos republicanos com a causa da educação pública (FARIA FILHO, 2000, p. 28).

Além desse número de escolas serem insuficientes para atender à demanda, percebemos outros fatores que afetavam a instrução escolar na cidade, como as condições estruturais das instituições. Essa questão levou o jornal *O Pharol* a publicar, em 1917, o artigo “Pela Instrução Pública”, exclusivamente para tratar desse assunto. Com a manchete “Instrução pública prejudicada, inauguração do

prédio escolar ou reparo no outro prédio”, o jornal pede providências do governador do estado para abertura do prédio construído para funcionar as duas escolas do grupo escolar, porém faltava celeridade na sua inauguração. A nota explanava:

Urge Providências do Dr. José Bezerra

Desde o anno passado, ficou construído e até agora conserva fechado o prédio do Grupo Escolar do Estado, obra cuja construção foi começada no governo do Dr. Manoel Borba e terminada na actual administração do eminente Dr. José Bezerra. O prédio está bem acabado tendo dois amplos salões, destinados as duas escolas do sexo masculino e feminino, além de quatro gabinetes reservados aos respectivos professores e alunos. Situado na praça do jardim público o prédio do grupo escolar oferece muitas vantagens ao ensino, não só sobre o ponto de vista do local, por ser quase no centro da cidade, como ainda pelo conforto que assegura às creanças. Sabemos que somente por falta de mobiliário, não teve logar à inauguração do prédio em 15 de novembro último, conforme notícias que publicamos a respeito. No entanto a sua inauguração faz-se inadiável e imperiosa ante a necessidade premente criada pelo desabamento do aparelho da chamada casa de instrução onde funcionava até sexta feira passada as escolas. Desabamento esse que ia vitimando uma creança. Em consequência disso e devido ao mau cheiro de que ficou impregnado as professoras fecharam as escolas levando o ocorrido ao conhecimento do Dr. Pacífico da Luz, aos comissários do ensino⁹ (O PHAROL, 1917, n. p.).

Nesse sentido, a educação em Petrolina nessa época também contava com iniciativas de particulares e de missionários que se reuniam em prol da instrução das crianças da população, buscando promover o ensino primário, a fim de minimizar a precariedade do ensino público na cidade. Nessa época, destacava-se a associação das Filhas Pia de Maria engajada na instrução de meninas e na União dos moços católicos, que criaram a fundação dos moços católicos para educar meninos carentes. Enquanto que os freis capuchinos criaram o Colégio das Irmãs Ursulinas, uma escola confessional e a escola noturna que funcionava no mesmo prédio da escola Frei Caneca, que cobrava 10 tostões mensais, quantia considerada insignificante, pois seria apenas para ajudar a pagar algumas despesas (BRITTO, 1995).

Além do número de escolas serem insuficientes para atender à demanda, outros fatores afetavam a instrução dos escolares na cidade, como a falta de professores. Em nota publicada em 1917 em *O Pharol*, relatava sobre a desistência

⁹ Reportagem do jornal *O Pharol*. Não foi possível descrever a data da reportagem, devido aos danos no documento. Estima-se que o ano de reportagem tenha sido 1920, tendo em vista a sequência de edição e organização das páginas do referido jornal.

do professor nomeado que não aparecia para tomar posse da sua função. Assim como, expôs a indignação dos petrolinenses em relação ao abandono e a falta de importância que o estado dispensava à educação desse povo, que sequer recebia algum comunicado ou satisfação referente à desistência do professor nomeado ou dos órgãos públicos estaduais da educação. A nota soa como apelo ao governo do estado para urgência em providências na instrução pública da cidade, discorre:

Ainda e sempre o professor da E.P.E. Vem ou não vem?

Já de ha muito tempo, temos falado sobre a escola Publica Estadual do sexo masculino, que até agora ainda não viu professor e continuaremos sempre até que o Sr. Governador se lembre de envial-o para esta cidade e quando este aqui chegar e tiver executando o cargo que lhe for confiado; então deixaremos.

Do imposto da política e de tudo quanto pode encurtar o progresso do Estado, infelizmente se trata com o mais rigoroso cuidado, menos da instrução pública, que vive descurada entre nós.

É preciso de mais escola sr. governador .

Tornamos repetir:- existe em Petrolina, apenas três casas de instrucção, sendo: uma estadual e duas municipais, que não chegam para todos que procuram a luz da instrucção.

É preciso de mais escola (O PHAROL, 1917).

De acordo com a imagem, verificamos o referido cenário da instrução petrolinense na época:

Figura 4- Jornal O Pharol, 1917.

Sumo. Van.
Octaviano de Souza Almeida

ANNO II Petrolina, (Pernambuco) 7 de Maio de 1917 NUM. 16

Assignaturas
Anno 3\$000
Semestre 2\$000
Pagamentos adiantados

O PHAROL
Anúncios e publicações
Mediante contracto previo
PUBLICAÇÃO BI-MENSAL

REDACTOR PROPRIETARIO
João Ferreira Gomes INDEPENDENTE E NOTICIOSO
REDACÇÃO E OFFICINAS:
Rua dr. Miguel Pernambuco n. 26

Pela Patria
Um exemplo edificante que deve ser imitado pela mocidade

Com o coração a transbordar de immenso entusiasmo, por um exemplo verdadeiramente edificante, que acaba de dar um velho patriota, que sabe cumprir fielmente com os deveres impostos pela patria; honramos as nossas columnas com as linhas que seguem, o que são provas irrefutaveis de que, reina no coração do povo brasileiro, o que é de mais nobre e de mais sagrado—o amor da patria.

O nosso ex-professor e velho amigo, dr. Diogenes de Menezes, tendo offerecido seus serviços para a defesa da nossa querida patria, acaba de receber do illustre General Joaquim Ignacio, commandante da 2ª Região, o seguinte e expressivo despacho telegraphico:—

Sr. dr. Diogenes da Silva Menezes—Petrolina.

Recife, 26 de Abril.
Agradeço presado amigo valeroso Republicano, patriótico offerecimento serviços patria, do que dou conhecimento Governo.

Saudades
General Joaquim Ignacio.

Moços, sigam o exemplo deste velho, que apesar da idade, não teme, não vacilla diante das vicissitudes da guerra que nos ameaça.

Uma linha de tiro em PETROLINA

Está animado o projecto da instalação de uma linha de tiro nesta cidade, que vaetomando um certo incremento, devido a boa vontade que todos têm mostrado, principalmente pela mocidade petrolinense, que vê neste plano, uma ideia util e importantissima.

Achamos bem acertada esta ideia, que partiu do sr. Jesuino d'Avila; para a criação da linha de tiro e applaudimos-a com entusiasmo.

Concitando emfim, para que todos sigam esta grandiosa ideia, desejamos veja em breve estabelecida nesta localidade, o que será de grande alcance para todos que quizerem prestar seus serviços à patria.

Petrolina, não está no caso de ficar «muda e queda» diante de outros centros adiantados que têm dado exemplos semelhantes, sobre este assumpto.

Ainda e sempre o professor da E. P. E.

Vem ou não vem?...

Ja de ha muito tempo, temos fallado sobre a escola Publica Estadual do sexo masculino, que até agora ainda não viu professor e continuaremos sempre até que o sr. governador se lembre de enviar-o para esta cidade e quando este aqui chegar e estiver executando o

cargo que lhe for confiado; então deixaremos.

Do imposto, da politica e de tudo quanto pode encurtar o progresso do Estado, infelizmente se trata com o mais rigoroso cuidado, menos da instrução publica, que vive descurada entre nós.

É preciso de mais escola sr. governador.

Tornamos repetir:—existe em Petrolina, apenas tres casas de instrução, sendo: uma estadual e duas municipaes, que não chegam para todos que procuram a luz da instrução.

É preciso de mais escola.

“O PHAROL”
Na Barra

Do nosso distincto confrade «Rebate» transcrevemos o seguinte:—

«O Pharol». Continuadamente recebemos «O Pharol» de Petrolina, Pernambuco, periodico «lll editado sobre a direcção do esperancoso joven José Mariano Gomes.

Permutaremos.

—Quanto a referencia que nos fez o collega, agradecemos, podem fazemos ver ao confrade, que o nosso redactor não é o sr. José Mariano Gomes e sim João Ferreira Gomes, sendo aquelle, irmão do nosso redactor.

“O PHAROL”

Um pequeno desarranjo no nosso prelozinho, impediu-nos de dar «O Pharol» no dia 1º de Maio pelo que damos hoje.

Somente na década de 1920 foi criado o Grêmio Escolar Frei Caneca, a primeira escola a oferecer o ensino secundário, pelo professor Antônio Rodrigues de Macedo. O grêmio funcionava no mesmo prédio que teria funcionado a Usina de Energia, e depois a primeira biblioteca Municipal de Petrolina (esquina com Igreja Matriz). A escola atendia meninos e meninas, com turma e ensinamentos distintos e separados, no qual o prof. Antônio Rodrigues dirigia a parte do ensino masculino e Dona Cizinha Santana dirigia o ensino feminino. Outra escola particular foi criada na época estabelecida na parte de baixo do antigo prédio da 21 de setembro, localizado na Rua 21 de setembro, pelos professores Onésio Leão e o Benevides Prado.

Na década de 1920, Petrolina já possuía oito escolas primárias; três particulares, duas estaduais e três municipais e algumas dessas escolas funcionavam na própria residência do professor. Ressaltemos que o professor com mais idade tinha mais credibilidade.

Contudo, a maioria dessas escolas só oferecia o ensino elementar, com exceção do Grêmio Frei Caneca que oferecia o ensino secundário do 1º ciclo. Porém, no transcorrer da análise documental, encontramos uma nota do jornal *O Pharol*, de 1921, que menciona o Colégio Atheneu, uma escola pública, criada pelo professor Salvador da Rocha, que oferecia o ensino primário e secundário. Também observamos dentre essas instituições uma escola de aprendizado agrícola, a Escola Pereira Lima.

No tocante à instrução, mesmo com a precariedade e carência instrucional, percebemos que esse era um campo de disputa entre escolas particulares e públicas, onde, em vez de procurar agregar, buscava-se suprimir o que já seria escasso, ficando a população à mercê de tal querela. Como expõe Britto (1995), o maior nível que se podia avançar era o ensino secundário do 1º ciclo. Aprendia-se a ler, escrever e fazer conta, sendo que, a exigência era ter boa caligrafia e saber a tabuada de cor para fazer as quatro operações. Posteriormente, os alunos adquiriam a noção de gramática e conhecimentos gerais que seria a junção de história e geografia. Desse modo, aqueles que almejavam avançar nos estudos e tinham possibilidade financeira para isso, estudavam em outras cidades.

De acordo com o jornal *O Pharol*, as escolas públicas e particulares que compunham o cenário educacional de Petrolina entre 1903 a 1926, foram:

Grêmio Polimático Manoel Xavier Paes Barreto (1903);

Escola Frei Caneca (1920);
 Escola Nunes Machado (1920);
 Colégio Nossa Senhora Rainha dos Anjos (1923);
 Escola das irmãs Ursulinas;
 Escola Remigton (1926);
 Colégio Atheneu (1921);
 Externato 15 de Agosto (1926);
 Escola Pereira Lima (agrícola- 1920).

Além desses colégios existiam as cadeiras de instrução de algumas professoras, como por exemplo: a cadeira estadual n. 395 do sexo masculino, dirigido pela professora D. Maria do Carmo da Costa Alves; e cadeira n. 394 do sexo feminino da professora D. Philadelphia Bezerra. Também exercia o magistério os professores Diógenes, João Rodrigues Leal, Manoel Lourenço, Salvador Rocha e Sebastião Soares. Identificamos a presença de professoras mulheres como Maria da Glória e Joana Rafaela que por ser negra, muitas vezes foi discriminada pela classe média e rica da cidade que evitava colocar seus filhos para estudar com ela (BRITTO, 1995).

Os recursos dispensados à educação pelo município eram relativamente pequenos. De acordo com *O Pharol*, os salários eram muito baixos. O professor da escola particular tinha direito a um adicional (subvenção), porém não há dados se esse adicional já comporia o valor declarado abaixo ou seria agregado além da quantia exposta. Como explicado na tabela de valores publicados em *O Pharol*:

Orçamento Municipal para o Exercício de 1923 – Lei n. 162
 Instrução Publica – Anno VIII, n. 13 de 21 de dezembro de 1922.
 Pessoal:

1 - Vencimento do professor da Escola Frei Caneca	1:080\$000
2 - Idem da professora da cidade	960\$000
3 - Idem de 4 professores do interior (por professor)	540\$000
4- Subvenção de professores particulares da cidade	360:\$000

(O PHAROL, 1922, n. p.).

Pelos dados acima, também havia diferença salarial em relação ao salário do professor que atuava no interior (área rural), que ganhava quase a metade do valor daquele que ensinava na cidade (sede). Segundo Britto (1995), apesar da constituição de 1924, conter em seu texto a garantia de educação primária a todos os cidadãos brasileiros, em Petrolina não se validava, pois, o número de analfabetos só aumentava. Nesse contexto, o estado de Pernambuco não nomeava os professores para a cidade, ocasionando o fechamento das escolas.

De acordo com Chilcote (1991), no ano de 1930, a cidade enfrentava uma crise econômica e política e não havia a divulgação do orçamento municipal, situações que levaram o Cel. Otacílio Nunes de Souza, o major Alcides Padilha e o Dr. Pacífico da Luz a protestarem contra o governo do prefeito João Clementino Coelho, que fechou as escolas públicas municipais, alegando uma crise orçamentária. Diante disso, o jornal *O Pharol*, publicou um artigo “Desperta povo de Petrolina”, exigindo que o orçamento fosse divulgado, e que o poder público resolvesse o déficit e pagasse o salário do funcionalismo público, inclusive dos professores que estava muito atrasado.

Por meio da pressão de educadores mais liberais e progressistas, durante a revolução de 1930, o governo federal definiu uma política educacional para todo o país. O governador de Pernambuco Dr. Carlos de Lira Cavalcante nomeou duas professoras diplomadas na cidade de Garanhuns- PE, Adelina Almeida e Maria Augusta Santos. Essas professoras passaram a ministrar suas aulas no estabelecimento chamado Prédio Escolar. Apesar da dedicação das professoras, elas não davam conta de tamanha demanda, pois, quem não podia pagar as escolas particulares recorria a esse estabelecimento de ensino, que situava-se onde seria alocado na década 1990, a Receita Estadual de Pernambuco (BRITTO, 1995).

Apesar de todas as dificuldades, aceitavam matrícula de crianças de todas as idades do ABC¹⁰ (alfabetização na época) à quarta série primária, e as classes eram multisseriadas. As professoras não poupavam esforços para alfabetizar seus alunos e foram importantes para a formação intelectual dos petrolinenses (BRITTO, 1995).

No final da década de 1930, foram nomeadas pelo governo do estado de Pernambuco três professoras para as escolas públicas de Petrolina: as professoras

¹⁰ O ABC foi um método que surgiu no século XVI, como recurso didático, que exigiam novas formas de organizar o aprendizado da língua escrita, pela a necessidade da igreja católica em ensinar a língua da corte ao povo colonizado, devido a ameaça do protestantismo [...]No Brasil, foi bastante utilizado, mesmo quando já se dispunha das cartilhas mais elaboradas, pois diante da crescente expansão das escolas a partir do século XVII, estas não chegavam da Corte em número suficiente para atender a demanda. Sendo um recurso destinado ao ensino elementar, apresentava inicialmente o abecedário maiúsculo e minúsculo em letras bastão, de imprensa e cursiva.[...] As cartas do ABC firmaram uma tradição na história da escola primária brasileira pois, mesmo com a importação de cartilhas portuguesas e editoração de cartilhas nacionais, este manual foi editado até os anos 50 do século XX, principalmente em escolas do meio rural onde ainda era muito comum a existência de professores leigos. Resistiu às inovações promovidas pelos partidários dos “novos” métodos que chegaram para superar a soletração e integra as lembranças de muito brasileiros que, ao relatarem suas “memórias” de escolarização, dizem ter sido alfabetizado por esse “método” (VIEIRA, 2017, p. 71- 76).

Izabel Souza (Professora Belinha), Juracy Ferreira Nunes e Arani Coelho, ex-alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Nessa época, as professoras Adelina Almeida e Maria Augusta já tinham voltado para Garanhuns- PE, terra natal de ambas, ficando a professora Juracy Nunes à frente das Escolas Reunidas Dom Malan também conhecida como Prédio Escolar, que já tinha em seu quadro quatro professoras.

De acordo com a lei estadual vigente toda professora concursada teria que passar dois anos no interior para só depois lecionar na cidade de origem, fato que não aconteceu com as referidas professoras que teriam sido colocadas por indicação política. Porém, como cita Britto (1995, p. 45), “[...] a política sempre tem seus reveses” e as professoras Juracy e Arani foram transferidas para o interior, perseguidas por ser Juracy filha do sr. João Barracão e Arani que era eleitora e amiga íntima da família do político, coronel de muito prestígio na cidade.

Conforme análise feita por Bezerra (2015):

A implantação da Primeira República (1889-1930) coexistiu com o poder do coronelismo, definindo as relações políticas, econômicas e sociais, principalmente, nas regiões nordestinas. Através da prática designada “troca de favores”, era garantido o prestígio econômico e social dos “homens importantes”, bem como assegurado o fortalecimento do poder local e em termos nacionais aglutinação das forças que o coronelismo representava (BEZERRA, 2015, p. 48).

Na década de 1940, o número de crianças já era expressivo e o prédio já não comportava o contingente estudantil, e a escola foi transferida para o antigo palácio episcopal na praça do Centenário, passando a funcionar em dois turnos, um matutino e um outro vespertino e tendo como diretora oficial a professora Auri Coelho. Foi na gestão do prefeito João Barracão que a escola recebeu um terreno na beira do rio para construção do prédio das Escolas reunidas Dom Malan que funcionou até a década de 1990 (BRITTO, 1995).

De acordo com Britto (1995), entre os anos de 1930 a 1961, as escolas eram escassas tanto estaduais como municipais, e avançar de alguma forma nos estudos era privilégio de poucos, geralmente dos filhos da elite. Os que não podiam pagar ficavam sempre à mercê da caridade, e por meio de apadrinhamento de algum coronel que custeava bolsas de estudos nos colégios particulares, destinadas ao

curso ginasial, que por muitas vezes eram trocadas pelos conhecidos votos de cabresto das famílias pobres que almejavam um futuro melhor para seus filhos.

Uma mudança significativa ocorreu na década de 1960 com a eleição do prefeito Dr. Luiz Augusto Fernandes, conhecido como “[...] o pai dos oprimidos na educação em Petrolina” (BRITTO, 1995). Com o apoio do então governador de Pernambuco Nilo de Souza Coelho, e pelo seu sucessor José de Souza Coelho (ambos naturais de Petrolina), foi criada a Fundação Educacional de Petrolina (FEP), dando direito à educação à classe menos favorecida, principalmente aqueles que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos (BRITTO, 1995).

Por meio da Fundação Educacional de Petrolina, outras escolas surgiram como o Ginásio de Petrolina que funcionou no turno noturno atendendo também a classe menos favorecida, e ainda foi fundado o Ginásio Industrial com cursos técnicos. Os dois ginásios foram mantidos pela fundação, com apoio da prefeitura, e em 1966 tornaram-se vinculados ao Estado. O Ginásio de Petrolina passou a se chamar Escola Estadual de Petrolina, oferecendo cursos de 1º e 2º graus e o curso normal, em quatro turnos. O ginásio industrial também foi ampliado e denominado Escola Marechal Antônio Alves Filho - EMAAF (QUEIROZ, 1983).

Até então, os cursos ginasial e secundário na cidade estavam sob domínio das instituições de ensino privado: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora que atendia a educação para o sexo feminino e Colégio Dom Bosco para o sexo masculino, cuja trajetória será descrita no capítulo seguinte.

4 COLÉGIO DOM BOSCO: ENTRE O RIO E A HISTÓRIA

Fundado em 18 de outubro de 1926, o Colégio Dom Bosco funcionava em regime de externato e internato, localizado na parte superior do prédio do Seminário Diocesano, na rua José Mariano nº 05, no Centro de Petrolina. Foi criado a partir da preocupação do primeiro bispo de Petrolina com a precariedade da instrução na cidade, que na época não dispunha de estrutura educacional que pudesse atender à instrução de alunos que almejassem avançar nos estudos. Foi uma instituição que nasceu com o compromisso de valorização da cidade em face ao cenário de aspirações de progresso num tempo marcado pela desesperança e debilidade da política governamental, principalmente, na área educacional.

Uma nota publicada pelo jornal *O Pharol* de 1922, intitulada “Vamos ter Collegio”, referiu-se à instalação de um colégio da congregação marista destinada às crianças de sexo masculino. Porém, tratava-se, aparentemente, de uma especulação da elite que almejava uma melhor educação para seus filhos. À época, havia expansão dos colégios católicos no país, entre os quais o Colégio São Luiz implantado em Recife, em 1910.

No contexto da chegada de Dom Malan à cidade, o jornal retornou a noticiar a possibilidade de criação de novos colégios: “[...] Petrolina vivia em trevas, porém hoje a luz elétrica e não só a luz material, mas também a luz intelectual, porque D. Malan brevemente instalará ótimos collegios em Petrolina” (O PHAROL, 1926, n. p.).

No entanto, a primeira entidade a ser criada foi o Seminário Diocesano, coordenado por seis freiras da Ordem Salesiana, com as atividades iniciadas no dia 19 de março de 1926. Também foi implantado o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora¹¹ inaugurado em 5 de abril de 1926, dirigido pelas irmãs salesianas. Seis

¹¹ O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi fundado em 25 de fevereiro de 1926, sua direção foi entregue a congregação das filhas de Maria Auxiliadora. Foi a primeira instituição educacional confessional de ensino privado: “A princípio era destinado à educação feminina, em regime de internato e externato. Em 1929, o governador Estácio Coimbra assinou o decreto da equiparação do colégio ao Curso da Escola Normal sendo comparada às Escolas Normais Rurais do estado” (CAVALCANTE, 2013, p. 59). Em 1933, formou 14 professoras, e outras 21 em 1937, essas professoras exerciam o magistério nas escolas públicas. Em 1943, o Colégio recebeu um prédio doado pelo prefeito Dr. Pacífico da Luz e a partir de então passou a oferecer o ensino infantil. Em 1965, o Colégio extinguiu o internato, e ampliou suas instalações passando a oferecer novos cursos. Em 1974 foram abertos os cursos de análise clínica, análise química, arquitetura e magistério de nível médio. O curso científico foi suspenso em 1980, permanecendo o magistério, o pré-escolar e o ensino

meses depois, o Colégio Dom Bosco foi instalado (O PHAROL, 1926). Apesar dos colégios terem sido instituições criadas pela Diocese, houve apoio de aliados políticos como o prefeito Pacífico da Luz. Segundo Britto (1995), o prefeito doou um terreno para a construção das futuras instalações do prédio do educandário, bem como teria lutado pela equiparação definitiva do Colégio Dom Bosco na década de 1930.

Dessa forma, notamos o envolvimento da diocese com a política da cidade. Segundo Chilcote (1991), nos idos de 1930, Dom Malan teria buscado uma conciliação política das partes rivais e interferido na composição da chapa dos candidatos a prefeito Antônio Coelho e subprefeito Antônio de Santana Padilha, pedindo o apoio do governador de Pernambuco Estácio Coimbra, com quem teria estreita relação.

Diante desse panorama, também percebemos que, até a chegada de Dom Malan, existia na cidade, uma espécie de revezamento da política local em relação ao cargo de prefeito, no qual a família Padilha exercia a maior influência política e mantinha forte laço com a Igreja Católica, tendo em vista, que quatro membros da família teriam seguido a carreira religiosa: dois padres e duas freiras.

Embora se mantivessem no poder, os Padilha não tinham características políticas, nem traquejo popular, com exceção do Dr. Pacífico da Luz (médico) que entrou para a família casando-se com Bernardina Padilha. O casamento teria se tornado uma porta de ingresso na política da cidade e foi por meio dela que o prefeito se aproximou de Dom Malan, a quem era devoto, e com o qual teria se aconselhado em relação a sua carreira política, pois teria maior identificação com a profissão de médico, pois na sua visão seria mais útil a população petrolinense como tal, levando em conta a escassez de médicos na região. Assim:

Pacífico da Luz [...] ausentando-se da Prefeitura, em 1934, para assumir a função de Médico de Higiene do Estado, sendo

fundamental, o primeiro sendo suspenso em 1988. Até 1978 todos os cursos eram oferecidos apenas para o sexo feminino e nesse mesmo ano, foram criadas turmas do pré-escolar para atenderem alunos do sexo masculino (QUEIROZ, 1983). O Colégio N. S. Auxiliadora funciona até os dias atuais, é uma instituição tradicional, genuinamente salesiana, onde mantém turmas do pré-escolar ao ensino médio. O Colégio tem um grande contingente de aluno, chegando em torno de 3.000. Possui um quadro de funcionários com cerca de 200 integrantes. Por ser uma instituição de ensino privado até os dias de hoje e sendo uma das mais caras da região, continua oferecendo seus serviços em maior número para aqueles que podem pagar, no caso aos filhos das famílias com um maior poder aquisitivo da região (SANTOS, 2015).

substituído, primeiramente, por seu secretário José Pombo e, depois, pelo seu colega de partido, José Cardoso de Sá. Suas principais realizações foram voltadas para as questões de saúde pública, o que o aproximou da população petrolinense (AQUINO, 2013, p. 72).

Essa decisão de Dr. Pacífico teria sido reforçada por Dom Malan, que sustentaria como sua maior missão dar orientação espiritual aos fiéis que se achavam perdidos e carentes. O bispo também demonstrava sua inquietação quanto a educação do povo petrolinense, e assim, buscava preparar a população para a nova era que ele anunciava para Petrolina.

Segundo Chilcote (1991), a relação da igreja com a classe dominante petrolinense era um tanto conflituosa, existiam divergências políticas entre a igreja católica e alguns coronéis, mesmo em razão disso o patriarcado da cidade sempre estava à frente dos projetos da Igreja, visto que alguns coronéis contribuíam com quantias generosas para os projetos da igreja, entre os quais o Centro Paroquial, que funcionava como um centro social e tinha entre seus diretores os coronéis João Clementino de Souza Barros e José Rabelo Padilha. Tais conflitos teriam continuado após a constituição do bispado, como no caso do rompimento de Dom Malan e o Coronel Clementino de Souza Coelho (Quelê) por questões políticas em 1930. Situação essa, que teria levado o coronel a se mudar para a vizinha cidade Juazeiro, retornando a Petrolina somente após a morte do bispo em 1931.

É nesse contexto que, inicialmente, o Colégio Dom Bosco ofereceu o ensino primário e ginásial e, posteriormente, o secundário, atendendo ao público masculino. Antes do CDB, os jovens se deslocavam para as capitais Recife, Salvador e Rio de Janeiro para concluir os estudos e os filhos dos mais abastados se deslocavam até mesmo para a Europa (BRITTO, 1995). Também era comum se deslocar às cidades de Januária, em Minas Gerais, e Alagoinhas, na Bahia, como mostra propaganda que circulava no jornal *O Pharol*. De acordo com o anúncio, essas escolas funcionavam em regime de internato, semi-internato e externato:

Figura 5- Propaganda do Colégio Mineiro publicada no *O Pharol* em 1925.



Fonte: Arquivo *O Pharol* – acervo – GEPHESF – UPE- PE.

Nessa mesma época, conforme outro anúncio publicado em *O Pharol* também estaria sendo implantado em Juazeiro o Colégio Americano Dr. Geraldo Rocha, pertencente à Rede Instrucional, instituição particular em regime de internato, externato e semi-internato. Ele tinha a proposta de implantar o ensino secundário galgado no pressuposto da moral e cívica. Seu diretor J. Lúcio Pereira teria sido ex-diretor do Colégio Americano de Castro Alves- BA, e contava com a professora primária Josefa Silva, diplomada pelo Colégio Americano de Ponte Nova, e com a auxiliar professora Adalgiza Araújo (O PHAROL, 1927).

Escolas como a Remilgton tinham estabelecimentos nas cidades de Petrolina e Juazeiro e alguns professores prestavam serviços em ambas as escolas. Conforme Rodrigues (2009), as escolas de Juazeiro preparavam os alunos para os exames dos colégios Dom Bosco e Maria Auxiliadora, visto que a instrução da cidade não atendia às demandas educacionais da época. Segundo o autor (2009), o primeiro ginásio de maior expressão que oferecia o ensino ginásial e secundário teria sido fundado em 1947, o Colégio particular Dr. Edson Ribeiro.

Outro aspecto importante a se ressaltar é a parceria entre as instituições educacionais das duas cidades nas comemorações de atos cívicos, como aconteceu nas festividades do dia 2 de julho de 1927, quando alunos dos colégios Dom Bosco e Aprígio Duarte, escola pública de Juazeiro, celebraram a data cívica da independência baiana no centro de Petrolina (O PHAROL, 1927). Essa proximidade poderia estar atrelada ao fato dos colégios petrolinenses terem um número

expressivo de alunos juazeirenses.

Na fase de implantação dos Colégios, em janeiro de 1926, em busca de compor um quadro docente de peso para ambas instituições, D. Malan viajou para o Rio de Janeiro e trouxe professores, provavelmente, padres, conforme telegrama enviado pelo prelado ao Mons. Costa, divulgado no *O Pharol* (1926, n.19) “D. Malan, regressará breve, trazendo optimos pessoal docente. Levai aos meus queridos diocesanos affectuosos votos felicidades (...) firmarei brevemente nossa partida ahi com optimo pessoal docente”.

A partir do surgimento das duas escolas, além das instituições na cidade baiana, como já citado, chegaram estudantes de várias localidades, como Piauí, Ceará, outras cidades de Pernambuco e da Bahia. Diante disso, Britto (1995, p. 269) expõe que, embora “[...] fosse um pequeno número de alunos que completava os cursos primário e secundário relativos a outras cidades do Nordeste, especialmente, as do interior, Petrolina apresentava grande número de diplomados”. Essa tese é confirmada em Chilcote (1991) quando cita:

Essa base educacional fortaleceu-se nos anos seguintes, e Petrolina passou a ser considerada “a capital intelectual do São Francisco”. Ainda que artigos publicados na década de 1920 afirmassem que Petrolina dependia economicamente de Juazeiro, não há dúvida de que nos anos trinta, Petrolina dominava no campo educacional por falta de vagas nas escolas de seu município, os estudantes de Juazeiro há muito tempo iam estudar em Petrolina (ou em Salvador, quando tinham recurso para isso) [CHILCOTE, 1991, p. 84- 112].

O Colégio Dom Bosco foi considerado um importante marco no desenvolvimento da cidade e dizia respeito à instrução na sua maioria dos filhos da elite. A instituição se assentava sob o ordenamento confessional, em que se destacava no processo de equiparação, tendo como premissa oferecer uma educação sólida, fundamentada nos preceitos cristãos e da pedagogia moderna em prol de uma cultura intelectual. Conforme Estatuto, parágrafo 1º:

[...] o colégio tem por finalidade ministrar a mocidade a instrução primária e secundária e a boa educação de acordo com as exigências pedagógicas, seguindo os princípios da religião católica e as normas decretadas pelo departamento nacional de ensino.

Assim, de acordo com Santos (1995), o CDB foi fundado:

[...] na certeza de que a sua criação transformaria as gerações para o exercício de importantes papéis que a história lhes reservaria. [...] essa escola escreveria uma das mais generosas páginas da história educacional do sertão nordestino (SANTOS, 1995, p. 17).

Dom Malan não poupou esforços em seguir esses conceitos. Além de trazer professores do Rio de Janeiro, convidou para comandar essa importante instituição e colocar em bases sólidas, o uruguaio Pe. Ezequiel Fraga, salesiano, homem douto, poliglota, pianista, musicista, orador fluente e membro da Academia de Letras de Montevideu- Uruguai. Portanto, todas essas qualidades atribuídas ao primeiro diretor do Colégio já eram um prenúncio de excelência no seu nível de ensino (SANTOS, 1995).

Para dar continuidade à investigação sobre a trajetória escolar do Colégio Dom Bosco, analisamos aspectos da cultura escolar relacionados às práticas educacionais, métodos, normas e regimentos. Para tanto, investigamos esses aspectos a partir da trajetória destes gestores, conforme a documentação encontrada nos arquivos utilizados nesta pesquisa.

4.1 PADRE FRAGA E OS PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS DO COLÉGIO DOM BOSCO

Padre Ezequiel Fraga foi responsável pela implantação e organização do Colégio, situado nos seus primeiros anos no prédio da antiga Câmara de Vereadores, que já não existe mais, pois foi demolido e construído no local um prédio residencial moderno, o Edifício João Paulo II. Na sua gestão, também foi implementado os Estatutos do Colégio.

Figura 6- Primeiro diretor do CDB, Padre Ezequiel Fraga.



Fonte: Revista Edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina- PE, outubro de 2006.

Em 17 de fevereiro de 1927, o resumo dos primeiros estatutos do Colégio foi elaborado e publicado no *O Pharol*. Conforme o art. 1º, o regime de externato teria quatro horas de duração: das 7h30 até 12h30. As aulas ocorriam no turno da manhã; já o turno vespertino seria para que os alunos estudassem as lições em casa. Os alunos tinham às quintas-feiras livres, exceto quando algum feriado (santo ou nacional) caísse nas quartas-feiras ou sextas-feiras.

De acordo com o Estatuto, os compromissos religiosos faziam parte das atividades dos alunos. Segundo os artigos 2º e 6º, os alunos deveriam comparecer ao externato nos domingos e dias santos, paramentados com uniforme exclusivo para a missa paroquial no horário de 9h, e às 14h para assistirem ao Oratório Festivo. Também deixa evidente o art. 3º, que o comparecimento do aluno nas missas e oratórios era tão necessário quanto às aulas, pois aqueles que faltassem teriam que apresentar uma justificativa por escrito dos pais ou responsáveis. Essas

práticas determinadas são aspectos da cultura escolar explicadas por Julia (2001), como:

[...] um conjunto de *práticas* que pertencem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 12).

Conforme propaganda no jornal, a nova instituição funcionaria com regime de internato, semi-internato e externato. Contudo, nos resumos dos primeiros estatutos publicados, as normas divulgadas são apenas referentes ao regime de externato, não fazendo nenhuma menção aos outros regimes. Entendemos que o Colégio deu início as suas atividades atendendo apenas turmas do externato (O PHAROL, 1927). Assim, por causa do atraso nas obras do prédio, as aulas que começariam em 7 de março de 1927 foram adiadas, sendo iniciadas apenas em 15 de março de 1927, atendendo crianças do ensino primário. Podemos verificar na imagem a seguir o prédio do Seminário Diocesano, primeiras instalações do CDB:

Figura 7- Primeiro Prédio do Colégio Dom Bosco, Rua Dr. José Mariano n. 05,1927.



Fonte: Arquivo digital - GEPHESF- NEPHEL- UPE – Campus Petrolina- PE.

Conforme aviso publicado no *O Pharol*:

Este estabelecimento de educação abrirá as suas aulas no dia 7 de março próximo, funcionando no prédio N. 5, à rua Dr. José Mariano – (Petrolina). A matrícula abre-se para a inscrição dos alunos à secretaria do Paço Episcopal, em qualquer dia da semana, de 8 a 10 hs. da manhã. A Directoria (O PHAROL, 1927, p. 3- 4).

A primeira turma foi constituída, e no segundo semestre de 1927, o resultado dos exames foi publicado no jornal *O pharol*, podemos observar:

Obtiveram os resultados dos primeiros logares na primeira quinzena de julho, os seguintes alunos:

Curso Complementar-Primeiro Nelson Fialho – segundo Alberto Mendes terceiro Walter Fialho - Segundo Curso Elementar – Primeiro Ruy d’Avila – segundo Curso Afranio Lima – terceiro Caio Coelho. Primeiro Curso Elementar – Primeiro José Bento de Araújo – segundo Francisco Athayde – terceiro Synesio Medeiros. Curso Infantil – Primeiro José Renato – segundo Renato Macedo (O PHAROL, 1927, n. p.).

Quanto às suas atividades e avaliações de acordo com o art. 3º do Estatuto, era entregue ao aluno uma caderneta que registrava a presença e as notas relativas às atividades diárias, bem como, era exigido dos pais ou responsáveis a fiscalização contínua dessas cadernetas. Percebemos, assim a importância desse instrumento escolar, pois ela esboçava o cotidiano escolar do aluno, e funcionava como um tipo de agenda, um mecanismo de controle diário, visto que, também fazia a ponte entre a família e a escola. A adoção da caderneta se seguiu até a década de 1980. Na figura abaixo podemos compreender como funcionava esse instrumento pedagógico.

Figura 8 e 9- Caderneta escolar utilizada no Colégio Dom Bosco até a década de 1980.



Fonte: Acervo Terezinha Teixeira.

Conforme a norma expressa no referido artigo, podemos notar as práticas e métodos aplicados pelo Colégio. As notas eram postas em cadernetas, espécie de boletins uma prática da cultura escolar do CDB, bem como, por algumas escolas da região, inclusive públicas até a década de 1990.

As normas dos estatutos evidenciam aspectos da cultura escolar do Colégio que foram implementadas conforme a especificidade do contexto local, e conforme os preceitos da ordem religiosa. Nesse sentido, para Viñao Frago (1995), pode existir uma cultura escolar que abranja todas as instituições de ensino escolar em termos regionais e temporais, no entanto cada instituição educativa tem uma cultura escolar própria, construída a partir das suas particularidades.

É o que podemos observar em relação à frequência e os métodos de ensino. No art. 8º, é expresso o rigor quanto à frequência. Era determinado que os alunos nunca faltassem as aulas, bem como, deveriam apresentar seus deveres escolares preparados e as suas lições decoradas. Podemos verificar que esse método de ensino exigia que o aluno estudasse os conteúdos de forma mecânica. Esse modelo de educação predominava nas escolas católicas, defendida pelos jesuítas a partir do *Ratio Studiorum*:

O Ratio tornou-se lei, com o objetivo de sistematizar o processo educativo. Tinha-se como pressuposto que as repetições das aulas, as disputas e interrogatórios formavam o espírito do homem. No entanto, estes interrogatórios tratavam especificamente dos pontos ensinados em sala de aula. As repetições foram ressaltadas em diversas regras comuns aos professores no objetivo de que se tornassem constantes em sala de aula. Todo trabalho do professor tinha o intuito de formar o homem erudito, que fosse capaz de defender as ideias da Igreja [...] (RATIO STUDIORUM *apud* LACANALLO, 2018, p. 4).

Podemos compreender essa conduta pedagógica no art. 7º, que explícita que, ao final de cada mês, era entregue um certificado de “aplicação e bom procedimento” para os alunos que se destacavam com maior desempenho escolar e bom comportamento. Os que não obtivessem bom rendimento escolar não teriam direito ao certificado. Também recomendava-se aos pais e responsáveis que exigissem dos filhos esse atestado e questionassem a causa do desmerecimento do mesmo. Os certificados eram entregues na primeira segunda-feira do mês. Nesse sentido, como explica Julia (2001, p. 10) “[...] a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas

que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências”.

Diante do exposto, é possível observar a rigidez disciplinar na qual era fundamentado o método de ensino no Colégio. Esse rigor se estendia à família que tinha a responsabilidade de acompanhar o desempenho dos filhos, assim buscava-se o sucesso escolar por meio de ações conjuntas envolvendo a escola, a família e o aluno.

Conforme dissertação de mestrado em história da educação realizado por Fernando Leocino da Silva intitulado “Projetando Varões: o Ginásio diocesano e a educação secundária masculina da serra catarinense (1931-1942)”, compreendemos que esse método de ensino fazia parte da cultura escolar no início do século XX e foi adotado em cidades como Florianópolis- SC pela maioria das escolas, principalmente, católicas que não utilizavam mais castigos físicos como forma disciplinar, substituindo por outro tipo de punições que iam além do corpo e feriam a alma (SILVA, 2008). No tocante a isso, podemos fazer uma relação entre os artigos 1º e 2º dos estatutos do referido Ginásio com o art. 7º do Colégio Dom Bosco, o qual expõe:

1º Posto em rigorosa, disciplina será fundada nos santos princípios da caridade e da justiça, sendo os castigos quando se tornarem necessários, tais que não ofendam nunca a dignidade do aluno e visem só o seu aperfeiçoamento moral e intelectual.

2º Quando for necessário, serão empregados os meios coercitivos:
a) remoção das tarefas descuidadas (SILVA, 2008, p. 126).

Nessa relação segundo Aragão e Freitas (2012), os castigos físicos era uma prática natural utilizados na educação de crianças até o século XIX, tanto por professores nas escolas, como pelos pais para disciplinar seus filhos/filhas, método disciplinar adotado das congregações lassalistas no século XVII. [...] em 1827, foi instituída uma Lei Imperial que proibia o castigo corporal nas escolas. Porém, esse modelo de educação católica adotado na educação brasileira se estende por muito tempo. Em contrapartida em 1837, os castigos físicos são legalizados nas escolas na Província da Paraíba, conforme decreto da Assembleia Legislativa pela a Lei 20, de 6 de maio de 1837.

Conforme os autores supracitados, em Minas Gerais, de acordo com a regulamentação provincial de 1835, prescrito no artigo 39, permite o uso de correções moderadas por professores com o aluno, sem a utilização de “expressões

grosseiras e de tratos aviltantes e que longe de os chamar à obediência, tendam a fazer-lhes perder o pejo” (VEIGA, 2003, p. 505).

No entanto em 1872, na província do Mato grosso é instituído o Regulamento da instrução Pública, que estabelece à aplicação de castigo morais nas escolas, com o argumento de que os castigos físicos não surtiam efeitos corretivos, apenas causavam humilhação para o aluno. Apesar da lei, algumas escolas particulares do Mato Grosso continuavam aplicando castigos físicos com a autorização dos pais.

Conforme os autores:

[...] extinguir uma prática cultural que por séculos foi utilizada como caminho eficaz tanto para ensinar quanto para disciplinar não era tarefa simples. A lei foi criada para regular, porém outros meios são necessários para promover a mudança cultural. Meios e pessoas dispostas a lutarem contra castigos corporais (ARAGÃO; FREITAS, p.18).

Contudo os castigos físicos se estenderam como práticas, ao longo do século XX, eram aplicados concomitantemente com os castigos de cunho moral, que tinham como propósito provocar sentimento constrangimento e desonra nos alunos, “[...] com maior frequência, eram imputados pontos negativos na caderneta escolar, aplicada arguição na frente dos colegas, chamada a atenção de forma grosseira perante o grupo, lidas cópias de trechos de livros ou de frases moralistas, por exemplo” (ARAGÃO; FREITAS, p.27).

Em relação às disciplinas ministradas no Colégio Dom Bosco, não estão explicitadas nos estatutos, nas séries e nem nos cursos oferecidos pelo educandário, porém no art. 9º há indicação de oferta de cursos complementares com aulas de música teórica, canto, piano e datilografia, bem como, curso noturno com aulas de comércio voltado para adultos (O PHAROL, 1927).

O Colégio Dom Bosco recém-inaugurado no primeiro semestre do ano letivo em 3 de julho de 1927, conforme artigo no *O Pharol*, sobre o comando do diretor Pe. Fraga foi realizada uma festa do CDB no Teatro Independência. Segundo o jornal, foi uma festa infantil com pompas e circunstâncias, composto por discursos, apresentações culturais como recitais e músicas. O teatro teve a participação das famílias dos alunos, do bispo Dom Malan e de pessoas ilustres da sociedade petrolinense como o prefeito da época Dr. Possídio Nascimento, que fez um discurso substancial de homenagem ao Colégio e honroso agradecimento a D.

Malan, seu idealizador.

Esse tipo de evento possui um aspecto educacional efetivo da cultura escolar, pois demonstra uma preocupação da gestão em construir uma identidade própria para CDB, buscando promover ações junto à comunidade, contando com autoridades locais em ambiente público fora dos limites do Colégio. Podemos também supor um propósito do diretor em enaltecer a imagem da escola, tendo em vista as expectativas que permearam sua implantação, bem como fazendo uma divulgação da cultura escolar junto à comunidade. Nesse sentido para Viñao Frago (1995, p. 69), “[...] a cultura escolar é toda a vida escolar da instituição: [...] neste conjunto há alguns aspectos que são mais relevantes que outros, no sentido que são elementos organizadores que a formam e definem”.

Contudo, notamos que a figura do diretor do CDB tinha uma conotação política, além de representar os ideais católicos na região, assim como, buscava atender aos interesses das famílias dos alunos que ansiavam financiar uma boa instrução para seus filhos. O ato público reforçava, ainda, o poder da Igreja Católica que se reestruturava por meio da escolarização em expansão no país. Segundo Bourdieu (1998):

Embora apresentada de forma muito reduzida estas informações são significativas para compreender a preocupação da Igreja e dos grupos abastados com a formação das futuras gerações. É por meio do espaço social da escola que as famílias transformam o capital econômico, adquirido anteriormente, em capital cultural e social – elementos esses importantes para a manutenção do seu status (BOURDIEU, 1998, p. 78).

Como já exposto, percebemos que a maioria dos alunos era proveniente das classes abastadas da região, seja os que possuíam rendimentos financeiros elevados- coronéis, fazendeiros, políticos-, mas também pelos que possuíam capital simbólico pertencentes ao grupo de capital mais reduzido (classe média) como comerciantes, funcionários públicos (juízes, promotores), agricultores medianos, profissionais liberais, como citado por Chilcote (1991), que buscavam proporcionar avanço instrucional para seus filhos.

Esse investimento educacional poderia estar atrelado ao domínio social no qual alguns grupos tinham interesse em perpetuar por meio de seus herdeiros. Assim, a escolarização seria um meio para atingir esse propósito.

Nessa análise:

[...] a estratégia de reprodução social que famílias privilegiadas produzem, muitas vezes de maneira subjetiva, sem combinar e deliberar, cujo efeito é contribuir para a reprodução das posições adquiridas e da ordem social. São mecanismos objetivos da ordem social, dentre eles o campo escolar. É um sistema de estratégias de reprodução e uma sequência objetivamente ordenada e orientada de práticas que todo grupo social deve produzir para se reproduzir enquanto grupo (BOURDIEU, 2007, p. 73).

Nesse sentido, é importante observar que, apesar de toda expectativa que permeava a vinda do Colégio, a primeira turma é composta apenas por nove alunos, os quais poderiam pagar mensalidades, cujo valor exposto no art. 5º dos estatutos aponta o valor de dez mil réis (10\$000). Quanto a isso, não foi possível mensurar quanto equivale esse valor para os dias atuais, assim, tiramos por base a tabela de preços comerciais (mercadoria) publicada no *O Pharol* em 1927, que estimava o preço da saca (60kg) de milho em 10\$000 réis, o mesmo valor que a mensalidade do Colégio. Infere-se, portanto, que o acesso à educação do CDB exigia recursos que poderiam ser mais acessíveis às classes mais abastadas da população.

Podemos explicar essa problemática, a partir do pensamento de Bourdieu (1998), que cita a estrutura social como sistema que se configura num tripé de relações econômicas, simbólicas e culturais determinantes entre os sujeitos, no qual diferença de posição dos grupos na esfera social causada pela má distribuição de recursos e poderes, e os privilégios ou a falta deles adquirida por cada grupo ou sujeito na sociedade durante a vida será determinante, de acordo com o volume do capital cultural obtido. Nessa conjuntura, para aqueles que tinham acesso aos bens culturais, como o caso dos alunos do CDB, estariam sempre a frente daqueles que não poderiam custear suas mensalidades.

Em 1930, o Pe. Fraga faleceu e, para a sucessão, D. Malan convidou o Pe. Sidrack Vallarino, que assumiu como segundo diretor do CDB em 1931.

4.2 PADRE SIDRACK VALLARINO E A EQUIPARAÇÃO GINASIAL

O padre Sidrack Vallarino era salesiano, também colaborador das obras de D. Malan e conduziu a instituição dentro da qual foi idealizada: na formação de bons e

honestos cristãos¹². De acordo com a bibliografia local e análises dos arquivos, não encontramos informações que nos possibilitassem compor a biografia do padre Sidrack e de outros ex-diretores. Diante da pesquisa de visitas ao acervo, percebemos que o cuidado em conservar e preservar a memória do Colégio foi algo particular da gestão da ex-diretora prof.^a Terezinha Teixeira, que, ao assumir o educandário, verificou que os arquivos da instituição estavam desorganizados e criou o memorial, visando a preservação da história do Colégio.

Vemos na imagem abaixo, o único registro que temos do segundo diretor do CDB, padre Sidrack Vallarino.

Figura 10- Segundo diretor do CDB, padre Sidrack Vallarino.



Fonte: Revista edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina-PE, outubro de 2006.

Em sua gestão que correspondeu aos anos de 1929 a 1931, o Colégio, que até então, só oferecia o ensino primário, buscou dar mais um passo para o avanço instrucional. Em 1930, vários alunos fizeram testes para o curso ginásial, de acordo com a Lei nº 19.404 de novembro 1930¹³, sendo aprovados conforme as frequências e médias exigidas. Assim, em 1931, o curso ginásial foi instalado no educandário.

¹² Revista: Edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina- PE, outubro de 2006.

¹³ Dispõe sobre a promoção escolar nos institutos de ensino subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Diário Oficial da União. Seção 1. 15/11/1930. p. 20827.

Essa iniciativa pioneira foi interrompida, abruptamente, em 28 de outubro de 1931, com a morte de Dom Malam. Devido à influência do bispo, o Colégio suspendeu suas atividades. Contudo, a tristeza tomou conta da cidade, que se tornou órfã do seu líder religioso e figura de grande relevância no avanço da cidade, que por meio de suas iniciativas no âmbito social, político, religioso, cultural e educacional, ganhou um novo direcionamento de progresso e modernização (BRITO, 1995).

Petrolina ficou de luto, uma onda de desalento tomou conta dos petrolinenses e de toda a região. Essa tragédia atingiu, principalmente, a instrução da cidade, ocasionando o fechamento do Colégio, acabando com o sonho daqueles que buscavam avançar nos estudos e depositaram nessa instituição grande esperança de dias melhores na instrução local (SANTOS, 1995).

No entanto, em 30 de novembro de 1932, em Campinas- SP foi sagrado um novo bispo para Petrolina, Monsenhor D. Idílio José Soares, empossado em 15 de janeiro de 1933. A primeira ação foi reabrir o Colégio Dom Bosco, em 15 de janeiro de 1933, dirigido, provisoriamente, pelas freiras salesianas até a nomeação do próximo diretor. “A reabertura do Colégio Dom Bosco foi obra do novo pastor, que dispensou esforços insanos para reequipar Petrolina com sua já querida instituição” (LUZ, 1995, p. 42).

Em 30 de outubro de 1935, foi nomeada por D. Idílio a nova direção do Ginásio, sendo convidado o professor Pe. Sebastião Ferraz e como vice-diretor Pe. Manoel de Paiva Neto, cuja gestão foi de 1935 a 1936.

4.3 PADRE MANUEL DE PAIVA NETO E A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

O padre Manoel de Paiva Neto nasceu em Serrita- PE em 22 de março de 1906 e estudou no Colégio dos Franciscanos em Canindé- CE. Chegou à Petrolina em 15 de março de 1926 por intermédio de D. Malan e foi aluno do seminário, no qual cursou o ensino secundário. Diplomado em teologia e filosofia, consagrou-se sacerdote em 30 de novembro 1934 em Petrolina, pelo bispo D. Idílio. Tinha conhecimento de Pedagogia e Psicologia, bem como, era autodidata em línguas estrangeiras (SANTOS, 1995).

Em 9 de março de 1936, por ato do bispo D. Idílio, Pe. Paiva Neto, que antes

ocupava o cargo de vice assumiu a direção do CDB, durante 33 anos (1936-1969). Sua gestão foi marcada por realizações que contribuíram para o avanço do educandário como a implantação do curso secundário (1935) e do curso científico (1959), e a construção da nova sede do CDB (1946).

Figura 11- Quarto diretor do CDB, Padre Manuel de Paiva Neto.



Fonte: Revista Edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina- PE, outubro de 2006.

A missão educativa do Pe. Paiva Neto se mostrava tão forte quanto a evangelizadora. Isso pôde ser observado por meio de uma crônica do egresso Chico Tim (sem data)¹⁴, na qual afirmava que o Pe. Paiva Neto evangelizou suas ovelhas para os mandamentos do estudo, da decência e da conduta, para ele tão precioso quanto os Dez mandamentos.

O ex-aluno rememorou a contribuição do padre para a formação dos alunos do Colégio, e denominou o mesmo como um matemata e enxadrista, com grande senso de humor e humanidade “[...] Costumava brincar com os alunos e chamava quem não gostava de livros de bestalhão, e aqueles que tentavam tapiá-lo no momento da arguição em sala, mandava sentar e dizia que não sabia sequer usar o sanitário” (TIM, sem data, p. 1).

¹⁴ Citação retirada de um texto feito pelo ex-aluno Chico Tim, em homenagem ao Pe. Manoel de Paiva Neto, encontrado nos arquivos da professora Terezinha Teixeira. Sem data.

No tocante à gestão, quando o Pe. Paiva Neto assumiu a direção do CDB, o Colégio já havia passado por processo de equiparação com o Colégio Pedro II¹⁵ para o ensino ginásial durante a segunda gestão em 1930. Posteriormente, o Colégio passou por inspeção federal para implantação do ensino secundário, para tal, teria que novamente ser equiparado ao Ginásio Nacional (Colégio Pedro II), maior referência de ensino secundário na época, responsável por fornecer as normas para o funcionamento desse nível de ensino.

A equiparação era uma exigência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores como normatização do Ensino Superior e Secundário para as instituições escolares que almejassem implantar os referidos cursos. Conforme disposto no Decreto 3.890 de 01 de janeiro de 1901¹⁶:

As Instituições de ensino superior e secundário fundadas pelos Estados ou por particulares.

Art. 362. Para que esses institutos possam ser reconhecidos e gozar de taes privilegios, deverão satisfazer as seguintes condições:

- I. Constituir um patrimonio de 50 contos de réis pelo menos, representado por apolices da divida publica federal e pelo proprio edificio em que funcionar ou por qualquer desses valores;
- II. Ter uma frequencia nunca inferior a 60 alumnos pelo espaço do dous annos;
- III. Observar o regimen e os programmas de ensino adoptados no estabelecimento federal (BRASIL, 1901, p. 447).

A oficialização do Colégio Dom Bosco foi efetivada por ato de 18 de outubro de 1935, de acordo com a reforma de Francisco Campos e pelo Presidente da República Getúlio Vargas. Em ato de 17 de novembro de 1935 foi decretada a

¹⁵ Primeiro colégio de instrução secundária, criado para ser referência de ensino no Brasil. Sua origem remonta ao Colégio dos Órfãos de São Pedro, criado em 1739 pelo Bispo D. Antônio de Guadalupe, posteriormente chamado Seminário de São Joaquim (1766). Por iniciativa do ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, o Seminário de São Joaquim foi transformado no Imperial Collegio de Pedro Segundo, por meio do Decreto de 2 de dezembro de 1837. O nome dado à instituição foi uma homenagem ao Imperador Dom Pedro II, que naquela data completava 12 anos de idade. Fonte: <http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1631-per%C3%ADodo-imperial.html>.

¹⁶ Referente ao ensino secundário, serão utilizados os Decretos 3.890 de 01 de janeiro de 1901 que aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário; Decreto nº 19.404, de 14 de novembro de 1930, que dispõe sobre a promoção escolar nos institutos de ensino subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932 que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências (BRASIL, 1901-1930-1931-1932).

inspeção preliminar para instalação do Ginásio pelo ministro da Educação (SANTOS, 1995). Podemos constatar, por meio de uma nota publicada em *O Pharol*, ressaltando a aprovação da inspeção federal pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Ver figura abaixo:

Figura 12- Nota do jornal *O Pharol* sobre a equiparação do CDB ao ginásio Nacional, para instalação do curso secundário.



Fonte: Arquivo *O Pharol* - Ana Clara Farias Brito UPE- Petrolina- PE.

Essa imagem mostra o telegrama emitido em 19 de outubro de 1935 pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, atestando a inspeção preliminar do Ginásio. Percebemos que esse ato foi muito esperado pelo povo petrolinense e repercutiu na imprensa regional. Podemos notar, logo abaixo ao lado direito da folha,

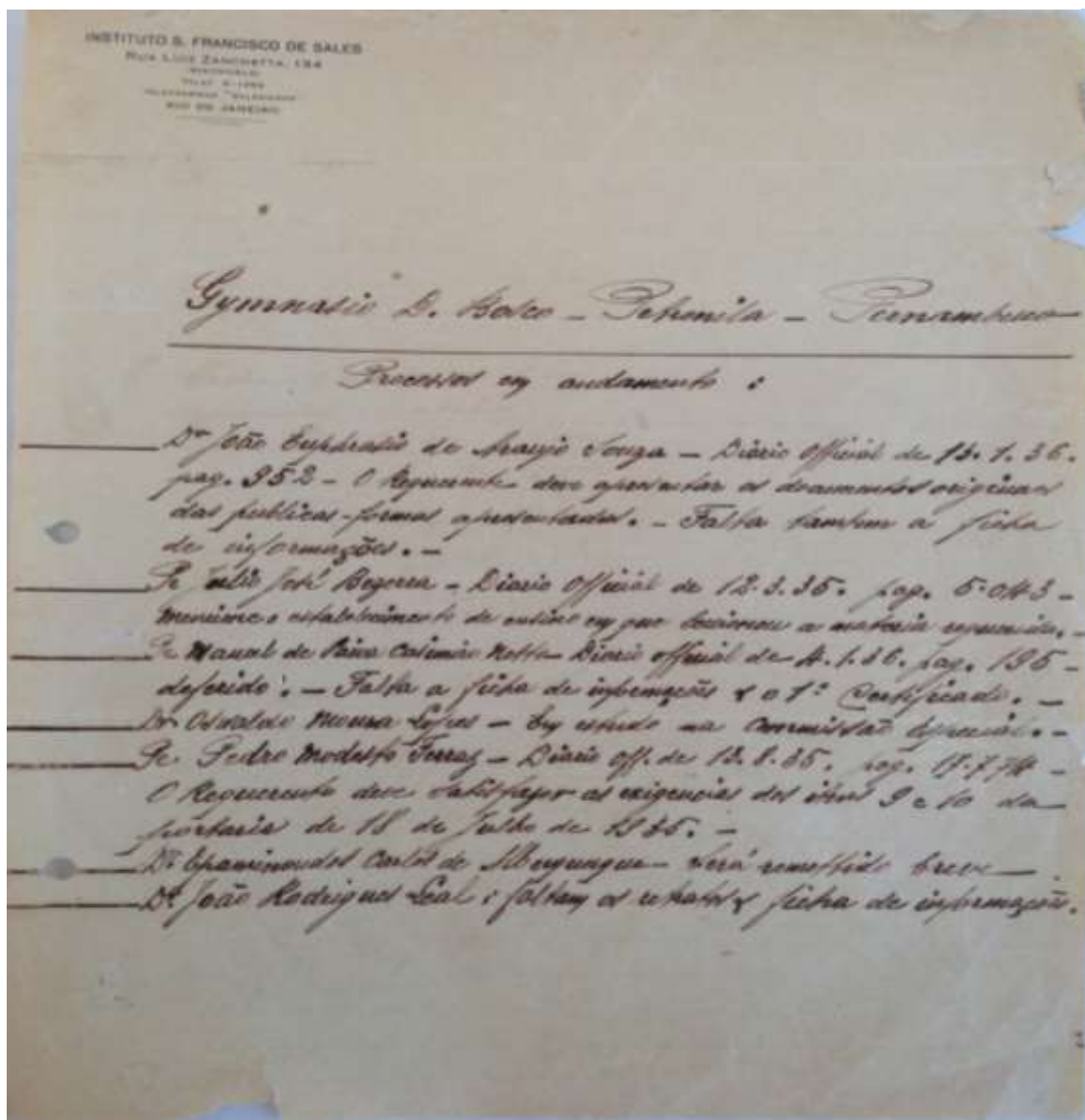
congratulações ao Ginásio pelos jornais *Diário da Manhã*, de Recife- PE, *A Tarde*, de Salvador- BA, entre outros telegramas enviados por políticos, professores da cidade, da região e de outras localidades.

Nesse contexto, a proposta de modernização do ensino secundário brasileiro realizada pela Reforma Francisco Campos estabeleceu uma reestruturação do ensino secundário e superior, sendo oficializada pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1932, complementada pelo Decreto nº 21.2141, de 04 de abril de 1932. A reforma definiu estratégias curriculares como: a seriação mais exigente das disciplinas-saber, frequência obrigatória, sistema regular de avaliação discente, bem como a reestruturação do sistema de inspeção federal (DALLABRIDA; SOUZA 2014).

Outro aspecto importante nesse processo foi a nomeação de um inspetor federal para acompanhar a equiparação. Para isso, foi nomeado o monsenhor Ângelo Sampaio, vulgo Pe. Anjinho. Constituído pelo então Decreto nº 21.241, nos artigos 63 e 67, o inspetor fiscalizava as exigências documentais e realizava averiguações do estabelecimento de ensino, a fim de, constatar a adequação exigida, inclusive da estrutura e instalações do estabelecimento escolar que deveria atender aos padrões determinados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública ou pelo Departamento Nacional do Ensino (BRASIL, 1932).

Conforme exposto nos seus estatutos, o CDB cumpria as exigências relacionadas às instalações físicas: Possuía um prédio confortável, com salas grandes e arejadas, gabinetes de física e química, pátios amplos, banheiros e aparelhos sanitários. Podemos averiguar, a partir de uma carta encontrada no acervo do Colégio, emitida em 19 de janeiro de 1935 pelo Colégio Pedro II, que o educandário passava pelo processo de equiparação. Como observamos na imagem a seguir (figura 13):

Figura 14: Continuação da carta do Colégio Pedro II para o Colégio D. Bosco em vista da equiparação pelo ensino secundário.



Fonte: Arquivo digital - GEPHESF- NEPHEL- UPE – Campus Petrolina – PE.

De acordo com o conteúdo, trata-se de uma carta endereçada ao diretor do Colégio Dom Bosco Sebastião Ferraz Campos, por um membro do Colégio Nacional, referindo-se ao andamento do processo de equiparação do Educandário ao Colégio Pedro II, dando orientações de enquadramento da lei vigente, bem como, solicitando agilidade no envio da documentação do corpo docente que estaria pendente. Conforme escrita da carta:

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1935

Ilmº Srn. Sebastião Ferraz Campos,

Cordeais saudações

De volta do retiro espiritual de Lorena, comecei a ocupar-me do

processo do Sr. José de Almeida Pernambuco.

Mandei reconhecer a firma em três documentos, o requerimento, a prova do exercício no magistério, atestado de idoneidade moral.

Devolvo a V.s. o título de eleitor e o diploma, para previamente mandar reconhecer as firmas pelo tabelião do Recife ou... (palavra ilegível).

Tornando a remeter-me esses papeis, V. s. não esqueça de juntar o documento faltando, isto é, o exigido pela letra A, do art. 69 do decreto 19.890 de abril de 1931.

a) Prova de identidade

Cumpra-me lembrar a V. s. que cada atestado anexo ao processo deve ter a firma reconhecida no lugar de proveniência e depois no tabelião do Rio.

Sempre as hordens, subscrevo-me com estima de V.s. Arc^a. Jorge Tyfgal.¹⁷

Na segunda parte da carta lista o nome dos docentes do colégio Dom Bosco e a documentação solicitada para andamento do processo de equiparação do mesmo como: prova do exercício do magistério, prova de identidade, diplomas, título de eleitor, cópias dos documentos com firma devidamente reconhecida, fichas de informações com os dados profissionais dos professores (ou seja, uma espécie de currículo vitae). Conforme o conteúdo da carta:

Gynasio D. Bosco - Petrolina – Pernambuco
Processo em andamento:

Dr João Euphrasio de Araújo Souza – Diario Official de 13. 1. 36. Pag. 952 - O requerente deve apresentar os documentos originais das publicas – formas apresentadas – falta também a ficha de informação.

-Pe. Julio José Bezerra- Diario Official de 12.3.35. pag. 5.043 – mencione o estabelecimento de ensino em que lessonou a matéria requerida.

-Pe. Manoel de Paiva Casimiro Netto – Diario oficial de 4.1.36. pag. 195.- deferido. Falta a ficha de informação e o primeiro certificado.

- Dr. Oswaldo Moura Lopes- Em estudo na comissão especial.

- Pe. Pedro Modesto Ferraz – Diario Off. 13. 8. 35. Pag. 17.7.74.

O requerimento deve satisfazer as exigências dos itens 9 e 10 da portaria de 18 de julho de 1935.

- Dr. Epaminondas Carlos de Albuquerque será remetido breve.

- Dr. João Rodrigues Leal, faltam os retratos e ficha de informação.

Portanto, o Colégio D. Bosco já se organizava dentro das normas do Colégio Federal, quanto a documentação e aos estatutos do curso secundário e a quantidade mínima de alunos, visto que, em 1930, quando ainda oferecia os cursos

¹⁷ O sobrenome do assinante da carta não fica claro, visto a falta de legibilidade da caligrafia. Supomos ser Tyfgal.

primário e ginásial seu corpo discente já era composto por 79 alunos, com 65 alunos externos e 14 internos. É interessante destacar que uma das prerrogativas do processo de equiparação se referia à direção do Colégio, conforme art. 51 inciso III, cuja instituição deveria “[...] manter na sua direção, em exercício efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral”.

Em relação ao quadro docente do CDB, esse era composto por padres, mas também por professores e geralmente, figuras que se destacavam na sociedade petrolinense, como médicos, advogados, políticos, entre outros, uma vez que, de acordo com as normas federais, só era exigida a inscrição do docente no registro da escola. Citamos alguns nomes que faziam parte desse quadro: padres João Leal, Osmar Novaes, Manoel de Paiva Neto, Sebastião Ferraz e os Drs. Epaminondas C. Albuquerque, Humberto Costa, Pacífico da Luz (BRITTO, 1995).

Contudo, a tão esperada oficialização estaria a poucos passos de se concretizar e, em novembro do mesmo ano, foi marcada a inspeção federal do educandário. Podemos constatar na publicação de *O Pharol*, intitulada “Oficializado o Gymnasio D. Bosco”, no qual discorre:

O Exmo. Snr. Ministro de Educação num acto de justo patriotismo, vem decretar a inspecção preliminar para o Gymnasio D. Bosco. Bençam fecundíssima de Deus para Petrolina, para zona san-franciscana e para os nossos sertões, esta solução. Havia muito, tão ansiosamente esperada, foi o escopo colimado pelos nossos anhelos e sacrifícios. Foi a concretização das aspirações de todo este pedaço do imenso berço nacional não fora ainda plenamente satisfeita nos ideais da inteligência e do coração. Petrolina jubilosa e agradecida está de parabéns. Mas não é somente ella. Desta alegria e gratidão comunga toda a imensa zona batida e banhada pelas aguas desse caudal volumoso de riqueza e progresso - o S. Francisco - toda a região sertaneja, onde paralela á improdutividade das terras pelas agruras do analfabetismo e da ignorância. Eis nos, agora, de posse de um estabelecimento, precursor dos foros de cultura de que somos dignos. Instalado sob os auspícios da Autoridade Diocesana, dentro das possibilidades do meio e até, digamos, ultrapassando-as, solidamente fundado, sobre a normativa pedagógica do perfeito cultivo da inteligência a par acrisolamento do coração, nosso educandário afirma-se, talhado a preencher as aspirações coletivas, com uma formação que oriente norte e aperfeiçoe a juventude - o amanhã da Pátria. Solidificando as tendencias chistãs da mocidade no amor das letras e na prática das virtudes (...) tudo até aqui alcançado são meios de ascensão áquellas culminâncias demandadas pelas nossas abnegações, nossas lutas. Está oficializado o Gymnasio D. Bosco! (O PHAROL, 1935, n. p.).

Até então, a única escola que oferecia curso com grau maior de instrução era

o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, destinado à formação de professoras. Assim, após a inspeção federal em 1935, o curso secundário foi implantado no CDB (BRITTO, 1995). Esse feito foi considerado um acontecimento significativo na cidade como registrado pela imprensa local.

A oficialização foi comemorada com uma grandiosa solenidade, juntamente, com o encerramento do ano letivo do Colégio, contando com a presença de membros da comunidade local e região. O evento foi registrado e, posteriormente, divulgado pela imprensa local em primeira página do *O Pharol*, que no artigo “Solemnizando o maior acontecimento da história de Petrolina” relata:

Incontestavelmente depois da sagração da Cathedral que atraiu as vistas do mundo para Petrolina - o maior e mais importante acontecimento que se registrou na história de nossa terra, em nossos dias, foi o que vimos de comemorar no domingo passado- a officialização do Gymnasio D. Bosco. Problema de magna relevância para um povo - a instrução- base fundamental do seu verdadeiro desenvolvimento e da sua grandeza, precisa de ser encarado como o principal fator do aperfeiçoamento humano, infelizmente, em nosso paiz, o ensino superior é privilegio dos ricos ou poderosos...Foi compreendendo a necessidade imperiosa de educar os nossos filhos e de vencer as barreiras insuperáveis como lutam os paes, pela deficiência de recursos para preparal-os, que uma plêiade de homens de boa vontade patrocinada pelo Exmo. Sr. D. Idílio Soares e tendo a frente o dr. Pacífico da Luz, empenhou-se nessa campanha heroica e gloriosa de conquistar para o Gynasio D. Bosco 03 favores de equiparação ao Collegio Pedro II do Rio de Janeiro. Foi esse acontecimento que Petrolina comemorou solemnemente, no dia 24, juntamente com o encerramento do anno letivo do Gymnasio (O PHAROL, 1935, n. p.).

De acordo com o jornal, no dia 24 de novembro de 1935, foram realizados eventos alusivos à equiparação com o ginásio: às 7h, houve uma missa de ação de graças na Cathedral com a presença das famílias dos alunos, dos corpos discentes e docentes; uma sessão Magna no auditório do Colégio, que se encontrava decorado com as cores das bandeiras de Pernambuco e do Brasil e fotos do seu idealizador, o bispo D. Malan e do primeiro diretor Pe. Ezequiel Fraga. O evento contou com o discurso do padre Manoel de Paiva Neto, que convidou o bispo D. Idílio Soares para presidir a solenidade, o qual designou o prefeito em exercício Dr. Pacífico da Luz e Dr. Cardoso de Sá para secretariá-lo. Assim, as comemorações foram exitosas, e mobilizaram a sociedade petrolinense, os pais, os alunos, os professores, e todos os participantes foram envolvidos pelo clima de euforia e realização por tamanha

conquista (O PHAROL, 1935).

No momento do encerramento letivo, houve a exposição oral das notas dos alunos por um professor da turma e a premiação dos mesmos de acordo com a classificação. O aluno Bernardino Padilha da Luz que depois se tornou padre, recitou a poesia “O livro e a América”, houve, ainda, declamações de poesias por outros alunos, inclusive em francês, bem como, discursos de políticos presentes, fazendo exaltações ao Ginásio e a grandiosidade da instituição para a cidade e região.

Por fim, o bispo D. Idílio encerrou com vibrante oração e discurso de agradecimento aos relevantes serviços prestados ao Gymnasio D. Bosco por todas as pessoas que trabalharam pela sua equiparação,

[...] deslocando o concurso inestimável e valiosíssimo dos seus professores, dos Revmos. Mons. Ângelo Sampaio fiscal federal, ao ministro, ao governador de Pernambuco, a população petrolinense, juazeirense e das localidades vizinhas, solicitando confiança à educação dos seus filhos ao Colégio. Complementa: para o Bispado seria materialmente útil e vantajoso enviar seus sacerdotes às freguesias, que, com grande sacrifício os conservam aqui, com a nobre e patriótica intenção de educar a mocidade. As palavras foram calorosamente aplaudidas por todos os presentes (O PHAROL, 1935, n. p.).

Após o discurso foi servido espumante aos convidados embalados ao som da Philarmônica 21 de Setembro. Logo após, foi servido “lauto almoço” para o bispo, e somente para aqueles envolvidos diretamente no processo de equiparação do Ginásio, como autoridades, imprensa local, professores. No discurso final, D. Idílio agradeceu, especialmente, ao Dr. Pacífico da Luz, atribuindo-lhe o pioneirismo na oficialização do Educandário.

O curso secundário foi implantado, e os estatutos do Ginásio D. Bosco deveriam seguir o regimento do Ginásio Pedro II, que determinava:

Art. 382. Em relação aos estabelecimentos de ensino secundario se observará mais o seguinte:

I. São de rigorosa observancia nestes estabelecimentos as disposições do regulamento do Gymnasio Nacional, relativas ao numero e seriação das disciplinas, á sua distribuição pelos annos do curso e ao numero de horas semanaes consagradas ao estudo de cada materia.

II. A organização dos programmas de ensino é da exclusiva competencia da congregação do Gymnasio Nacional, sendo, todavia,

permitted to the congregations of institutes equipped to submit, before the expiration of the term of those programmes, for the consideration of the Government, through intermediaries and with information from the respective fiscal delegates, modifications or measures advised by experience in the teaching, on which the same Government, after hearing the congregation of the Gymnasium.

Em vista dessa questão, segundo Dallabrida e Souza (2014, p. 187) o controle sobre os Colégios foi coroado pela implantação do serviço de inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário, que prescrevia “inspeção preliminar” e “inspeção permanente ou equiparação”. Assim, em 03 de março de 1937, os estatutos do Ginásio Dom Bosco foram elaborados de acordo com as normas nacionais de equiparação. Assim como podemos ver, nos seguintes artigos, que expressam sobre a organização dos níveis de ensinos primário e secundário:

Art. 1º O Gynasio D. Bosco, fundado nesta cidade de Petrolina, em 1926 sob os auspícios de autoridade Diocesana, e officializado pelo governo Federal, por acto de 18 de outubro de 1935, tem por fim ministrar á mocidade e instucção primária e secundária e a boa educação de acordo com a exigência pedagógica, seguindo os princípios da religião catholica e as normas decrectadas pelo Departamento Nacional de Ensino.

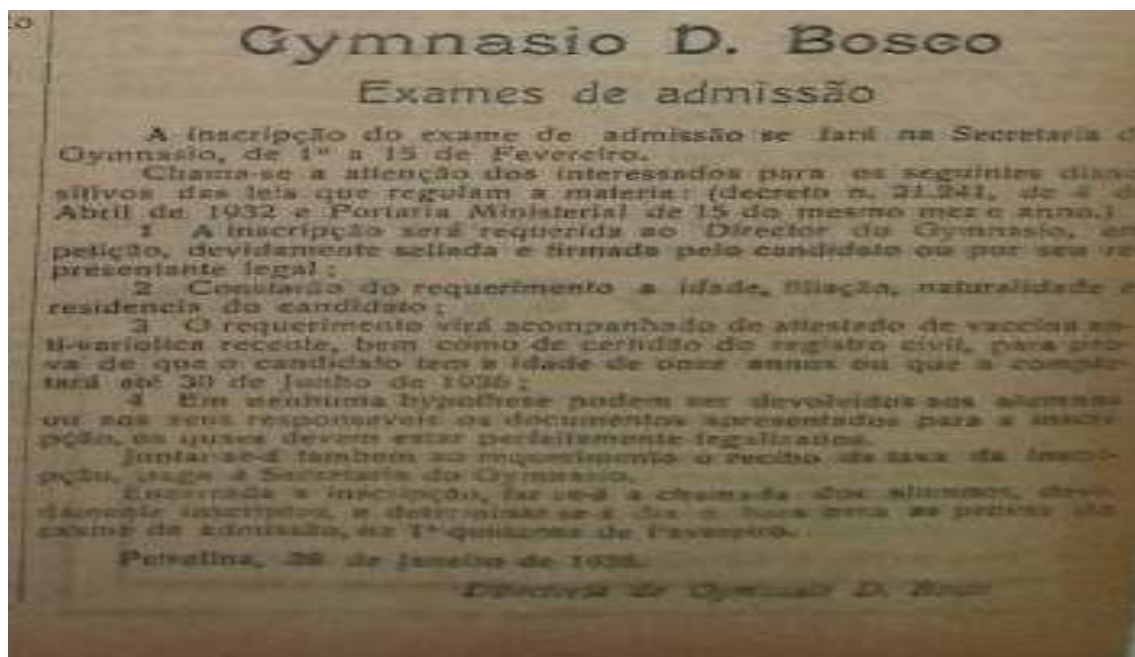
Art. 6º o curso secundário, dividido em cinco séries, segue o programa oficial do Colégio Pedro II.

Conforme a Reforma Francisco Campos, o ensino secundário que antes tinha duração de cinco passou para sete anos, sendo dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo referente ao fundamental, que compreendia a formação secundarista geral, ficou composto de cinco anos; e o segundo ciclo, o ensino complementar com duração de dois anos, o qual proporcionava uma divisão tripartite para os candidatos matriculados nos curso jurídico, medicina, farmácia, odontologia, engenharia ou arquitetura (BRASIL, 2007, p. 1- 2). Nessa perspectiva, conforme explica Dallabrida e Souza (2014):

[...] Essa configuração curricular, com cinco anos de cultural geral, sublinhava o caráter elitista do ensino secundário, distanciando-o ainda mais o ingresso imediato no mercado de trabalho. Assim, o ensino secundário redesenhado pela Reforma Francisco Campos instituía o que Lucien Febvre chamou de “o todo-poderoso império do meio”, aproximando-se da estrutura dominante no mundo ocidental (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 15).

Em 1936, foi divulgado no *O Pharol* os exames de admissão para o curso ginásial, de acordo com a portaria Ministerial e o Decreto n.º. 21.241, de 4 de abril de 1932. Conforme imagem a seguir:

Figura 15- Primeiros exames de admissão do Colégio Dom Bosco em 1936, publicação do jornal *O Pharol* do mesmo ano.



Fonte: Arquivo *O Pharol* – Ana Clara Farias Brito UPE- Petrolina- PE.

Os exames de admissão eram instituídos pelo Ginásio Nacional, respectivamente, acatados por todos os estabelecimentos de ensino secundário equiparados ao mesmo. Conforme o art. 382 do decreto n.º 3.890, de 1º de janeiro de 1901, inciso III, “[...] são de estricte observancia as regras estabelecidas no regulamento do Gymnasio Nacional para a execução dos programmas, bem como o disposto com relação aos exames de admissão, de promoções sucessivas e de madureza”.

Eram exames eliminatórios e probatórios que os alunos prestavam para cursar o ginásio (secundário), de acordo com a Reforma Francisco Campos. Esses exames eram prestados na segunda quinzena do mês de fevereiro em todo o país, cujo sistema perdurou durante quarenta anos entre 1931 a 1971. Durante esse período, as crianças do ensino primário recebiam aulas particulares para prestarem esses exames e serem bem-sucedidas diante das provas. Também era tido como um tipo de ascensão para a classe média (PESSANHA; DANIEL, 2002).

Para ser aluno do colégio, as famílias deveriam seguir as recomendações do

Decreto n.º 21.241, de 04 de abril 1932:

Art. 20. O candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.

§ 1º A inscrição neste exame será feita de 1º a 15 do referido mês mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2º Constarão do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residência do candidato.

§ 3º O requerimento virá acompanhado de atestado de vacinação anti-variólica recente e do recibo de pagamento da taxa de inscrição.

Art. 21. O candidato a exame de admissão deverá provar, por certidão do registo civil, ter a idade de 11 anos ou que a completará até 30 de junho do ano em que requerer inscrição.

Art. 22. Não será permitida inscrição em exame de admissão, na mesma época, em mais de um estabelecimento de ensino secundário, sendo nulos os exames realizados com transgressão deste dispositivo.

Art. 23. O exame de admissão se realizará no estabelecimento de ensino em que o candidato pretender matrícula.

A inscrição exigia certo rigor no que diz respeito à documentação, por meio de petição enviada para o diretor do Colégio, requerimento, devidamente, preenchido com os dados do candidato, como: filiação, idade, naturalidade e endereço, anexado atestado de vacinação ante-variólica, certidão de nascimento, bem como o recibo de pagamento da taxa de inscrição.

Os resultados dos exames de admissão eram divulgados na imprensa local. Podemos observar no Boletim publicado em *O Pharol*, demonstrado na imagem a seguir:

Figura 16- Publicação Boletim (resultado) do Primeiro Exame de Admissão do Colégio D. Bosco em 1936 no jornal *O Pharol* do mesmo ano.

O PHAROL 3

GYMNASIO D. BOSCO

Boletim geral de exames de admissão para o anno lectivo de 1936

NOME DO ALUMNO	PORTUGUES			ARITHMETICA			Historia	Geometria	Ciencias	MEIA GERAL
	Oral	Escrit	Média	Oral	Escrit	Média				
1º Lourival Novaes Leitão	93	100	96	95	100	97	90	89	100	94
2º Acetides de Oliveira	90	100	95	85	100	92	90	100	90	93
3º João Antonio Filho	86	80	80	80	100	90	90	83	85	86
4º Prospero Callé de Siqueira	67	70	68	95	70	82	87	87	100	85
5º Dante Jacobina	66	80	73	75	100	87	83	83	75	80
6º Venício Pombo Padilha	66	60	63	50	100	75	70	77	50	68
7º Renato Boson de Macedo	90	80	85	30	100	65	63	40	67	64
8º João Lustosa de Carvalho	53	50	51	65	100	82	40	47	82	61
9º Orlando Coimbra Sampaio	57	50	53	70	100	85	27	57	75	59
10º João Baptista Pinto	40	60	50	65	50	57	23	74	65	54
11º Humberto Freitas de Andrade	43	60	51	70	40	55	40	43	70	53
12º Olivar Uzeda Luna	50	60	55	65	65	65	30	40	60	50

Sebastião Ferraz de Campos
Pe. Osmar de Novaes Lima—Oswaldo Moura Lopes
 Banca examinadora

Mons. Angelo Sampaio
 O Inspector

Fonte: Arquivo *O Pharol*- Ana Clara Farias Brito UPE- Petrolina- PE.

Segundo a imagem, observamos um quantitativo de aprovados pouco expressivo. Segundo investigação realizada por Maria Helena Câmara Bastos e Tatiane de Freitas Ermel citadas em Dallabrida e Souza (2014), os exames não favoreciam o avanço da instrução, sendo durante muito tempo obstáculo para continuidade dos estudos, sobretudo, para muitos estudantes, principalmente, das classes populares, em vista que, tanto certificava os resultados do ensino primário quanto selecionava para o acesso ao ensino ginasial (ensino médio).

Para efetuação de matrículas eram respeitadas as normas nacionais do regime escolar vigente, fazendo-se cumprir:

Art. 26. A matrícula no curso secundário será processada de 1º a 14 de março.

Art. 27. O requerimento de matrícula virá instruído com os seguintes documentos:

- a) Certificado de habilitação no exame de admissão, para a matrícula na 1º série, ou certificado de habilitação na série anterior para a matrícula nas demais séries;
- b) Atestado de sanidade, especificando que o candidato não sofre de doenças contagiosas da vista;
- c) Recibo de pagamento da taxa de matrícula.

Parágrafo único. No caso de transferência, o documento referido na alínea a será substituído pela guia de transferência (Diário Oficial - 9/4/1932).

Durante sua gestão, Pe. Manoel de Paiva Neto manteve o Colégio em regime de internato e externato por vários anos. Em 1939, o Colégio teve a primeira turma de concluintes do 1º grau uma turma formada por nove alunos: Alberto Léda Palhano, Antenor Zeferino Consenza, Francisco Artur S. Câmara, Halley de Sá Alencar, José Campos de Menezes, José Ivo Bedor Sampaio, Luciano Salazar Câmara, Luiz Lustosa Cantarelli e Sebastião Luiz de Carvalho.

Após a equiparação, o CDB oferecia o ensino primário e o secundário, de acordo com o art. 5º dos seus estatutos. O curso primário funcionava no período de quatro anos, ministrando as disciplinas de Religião, Civilidade, Instrução Moral e Cívica, Leitura, Lições de “cousa”, Rudimentos de Aritmética, Gramática, História do Brasil, Geografia, Desenho, Ginástica e Canto.

E o ensino secundário era composto por cinco séries, seguindo o programa oficial do Colégio Pedro II. Nessa premissa, a organização do curso era constituída em consonância com o art. 2º que compreendia o ensino do primeiro ciclo do ensino secundário; o fundamental; e o art. 3º composto pela seguinte seriação e disciplinas:

1ª série: Português - Francês - História da Civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico).

2ª série: Português - Francês - Inglês - História da Civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico).

3ª série: Português - Francês - Inglês - História da Civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História Natural - Desenho - Música (canto orfeônico).

4ª série: Português - Francês - Inglês - Latim - Alemão (facultativo) - História da Civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História Natural - Desenho.

5ª série: Português - Latim - Alemão (facultativo) - História da Civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História Natural - Desenho.

Parágrafo único. Além das disciplinas constantes da seriação instituída neste artigo, os estabelecimentos de ensino secundário poderão ministrar o ensino facultativo de outras, uma vez que não seja alterado o regime de horas semanais referido no art. 34.

Art. 34. Cada turma não terá menos de 20 nem mais de 28 horas de trabalho letivo por semana para as disciplinas da série, excluídos desse tempo os exercícios de educação física, as aulas de música e os estudos.

Apesar de ser um Colégio voltado para uma camada mais abastada, e seguir as regras do ginásio nacional, observamos que o CDB tinha certa autonomia de gestão, e buscava uma proximidade da instituição com a comunidade, propiciando o acesso dos filhos das camadas mais pobres. Conforme exposto no art. 9º dos seus estatutos, indicava a oferta dos cursos complementares com aulas de datilografia e curso noturno com aulas de comércio voltado para adultos, curso profissional gratuito para os meninos da classe baixa, bem como, escola noturna para os filhos dos operários.

De acordo com Britto (1995) após a equiparação para o ensino secundário, o Colégio D. Bosco aumentou, significativamente, seu alunado interno e externo. Vale salientar, que apesar das propagandas publicadas no jornal *O Pharol*, no qual expressava o funcionamento do CDB, em regime de internato, externato e semi-internato, o regime de internato só é citado nos estatutos de 1937, especificamente, no art. 15º, no qual ressalta que, por não possuir ainda estrutura adequada para abrigar os alunos internos, o Ginásio dispunha de um pensionato sobre os cuidados e vigilância da direção. Quanto a esse regime, conforme analisa Julia (2001) os estabelecimentos que ofereciam o regime de internato buscavam ter certo conhecimento psicológico minucioso a respeito do aluno, para conhecer seu nível intelectual e sua natureza para poder saber agir de forma adequada com esses educandos.

Desse modo, podemos supor que o motivo da demanda pode ter sido pela implementação dos outros regimes e expansão da estrutura do ginásio.

Conforme o ex-vice-diretor do CDB, Honório Rocha,¹⁸ quando chegou em

¹⁸ Honório de Queiroz Rocha foi vice-diretor do CDB na administração de Pe. Manoel de Paiva Neto,

fevereiro de 1939 em Petrolina, o Dom Bosco estava firme sobre a direção do Pe. Paiva Neto. Na época, o Ginásio e o Auxiliadora eram os únicos na região a oferecer o ensino secundário. Havia outros colégios secundários no Crato- CE, Pesqueira- PE, e Barra Grande - BA. O internato funcionava no antigo prédio da Câmara de Vereadores e as aulas eram ministradas, na primeira residência do bispo, o palácio episcopal (Palacinho)¹⁹. Os dois imóveis teriam sido doados à diocese por particulares (ROCHA, 2001):

Figura 17: Palácio Episcopal.



Fonte: Revista Edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina- PE, outubro de 2006.

Sobre as instalações do Colégio, é exposto no art. 16º conforme disposições gerais do Estatuto: “[...] o Gymnasio D. Bosco de Petrolina, em tempo oportuno aumentará o estabelecimento com novas instalações modernas para pleitear a inspeção permanente”. Em outubro de 1944, foi construída a nova sede situada na Rua Coronel Amorim, Centro da cidade a qual está estabelecido até os dias atuais.

deputado estadual por Pernambuco e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Revista Edição comemorativa 80 anos D. Bosco Diocesano, 2006).

¹⁹ Algumas instituições de ensino da cidade funcionaram nesse prédio: as cadeiras públicas, as escolas reunidas, o início do colégio Dom Bosco, a Escola Doméstica e as escolas Reunidas Dom Malan.

Com modernas instalações, a inauguração da nova sede aconteceu, concomitantemente, com as comemorações do cinquentenário de Petrolina, em 23 de setembro de 1945 (SANTOS, 1995):

O esforço e a tenacidade do Padre Manoel Neto não conheciam limites. Batalhou e construiu o prédio novo do Dom Bosco, na Rua Coronel Amorim [...] O limite do seu crescimento é a força do ideal dos que tem, na sucessão do tempo, empunhado a bandeira de sua caminhada, com o apoio, a ajuda, o entusiasmo, a dedicação de um corpo docente, de grande qualificação e de alunos compenetrados de manter a tradição, que significa a causa da educação e promove Petrolina, valorizando a juventude, apontando-lhe caminhos de novos horizontes (ROCHA, 2001, p. 3).

Convite de inauguração das novas instalações do Educandário:

Figura 18- Convite da inauguração da nova sede do Colégio Dom Bosco 1945.



Fonte: acervo GEPHESF- NEPHEL- UPE- Campus- Petrolina.

Vemos na imagem, as novas instalações do Colégio Dom Bosco.

Figura 19- Novo prédio do CDB, Rua Cel. Amorim nº 483, Centro, Petrolina- PE em 1945.



Fonte: Acervo Terezinha Teixeira - Cronologia de uma história de 80 anos, 2006.

É importante salientar que logo após a inauguração do CDB, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, e Anísio Teixeira fizeram uma visita para conhecer as novas instalações do Colégio. Os dois elogiaram o CDB, dizendo que era diferente dos colégios que tinham estudado, tempos em que alunos estudavam sentados em latas de querosene (ROCHA, 2001).

Um registro histórico dessa época é a foto da turma de 1945, sobre a regência do Pe. Manoel de Paiva Neto:

Figura 20- Turma masculina do Colégio Dom Bosco de 1943.



Fonte: Acervo digital GEPHESF- NEPHEL-UPE- Petrolina.

Por ser uma instituição confessional católica de estatuto privado, o CDB instituiu uma dinâmica de organização peculiar que se alinhava aos dois níveis de ensino. O art. 1º do estatuto faz referência ao sistema de educação preventivo, seguindo as exigências pedagógicas orientadas “[...] a partir dos princípios católicos e das Leis Nacionais, seguindo normas próprias e rígidas de comportamento”. Conforme essa proposta, Dallabrida e Souza (2014) declaram que

Embora a oficialização das escolas mediante inspeção e equiparação ao Colégio Pedro II colaborasse para expansão do ensino privado, não deixava de haver, por parte do MES, a intenção de regular esses espaços educativos. Mas há também que considerar a força dos representantes dos estabelecimentos privados de ensino junto ao governo. O Conselho Nacional de Educação, responsável por propor ao governo federal a concessão da inspeção permanente ou equiparação, atuava no sentido de flexibilizar as exigências que condicionavam o reconhecimento legal das escolas (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 43).

No que concernia ao corpo docente, o Colégio seguia as regras de contratação determinadas pelo Departamento Nacional, conforme Decreto n.º 21.241, de 04 de abril de 1932, no qual os professores eram, devidamente, registrados e nomeados pelo diretor “[...] mediante prévio contracto de cuja observância depende sua permanência na regência da cadeira”. Existiam normas

estabelecidas pela gestão para o corpo docente, expresso no art. 14º: “[...] a nenhum professor é permitido dentro do Collegio a propaganda de qualquer credo político ou ataque aos poderes constituídos”.

Essa cláusula apontada nesse artigo é um indicador da rigidez da qual a administração do Colégio era pautada, desde a contratação à permanência dos professores no Colégio. Notamos que não havia muito espaço para contestações ou manifestações que fugissem às normas da instituição e aos ditames nacionais. Esse posicionamento político assumido pela direção do Educandário poderia estar relacionado ao alinhamento político da Igreja Católica com o governo da época. Essa questão é reiterada no art. 17º, do estatuto, que assinala: “[...] o Gymnasio D. Bosco não poderá jamais ligar-se a qualquer organização social política, nem dele fazer dependente o seu funcionamento, acatando sempre os poderes constituídos e as autoridades legais”.

No tocante ao ensino e às práticas pedagógicas e avaliações, infere-se no art. 13º que os professores deveriam se conformar com o regimento interno da casa, no que diz respeito aos castigos a serem aplicados às faltas dos alunos. Para Julia (2001) essas normas e práticas devem ser avaliadas levando em consideração os corpos profissionais dos agentes que eram levados a acatar essas ordens, bem como, a utilizarem dispositivos pedagógicos que possibilitassem a aplicação dos saberes.

Igualmente no art. 3º, as normas determinavam vigilância constante dos diretores e assistentes, para não perderem o controle sobre os alunos. Nessa questão, segundo depoimento do ex-aluno Tim, as lições eram realizadas por meio de arguições, ou seja, provas orais, bem como, provas escritas. Quanto as questões, por não termos tido acesso aos arquivos, nos atemos aos depoimentos de alunos, obtidos nas revistas comemorativas da escola e textos elaborados pelos mesmos, bem como, às normas do Ginásio Nacional. Diante disso, Julia (2001) aponta que

[...] os cadernos de preparações dos educadores, não são escassos na falta destes, pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas. Mas estamos menos equipados para perceber as diferenças – diversas segundo as classes sociais de origem – que separam as culturas familiares ou profissionais da cultura escolar (JULIA, 2001, p. 12).

Conforme normas impostas pelo Ginásio Nacional nos artigos do Decreto nº. 21.241 – 04 de abril de 1932, no que se refere as práticas e métodos para o ensino secundário:

Art. 36. Haverá durante o ano letivo arguições, trabalhos práticos e, ainda, provas escritas parciais, com atribuições de nota, que será graduada, de cinco em cinco pontos, de zero a cem.

Art. 37. Mensalmente, a partir de abril, deverá ser atribuída a cada aluno e em cada disciplina, pelo respectivo professor, pelo menos uma nota relativa a arguição ou a trabalhos práticos.
§ 1º A média aritmética das notas atribuídas durante o mês servirá para o cômputo da média anual, que constituirá a nota final de trabalhos escolares.

§ 2º A falta de média mensal, por não comparecimento, qualquer que seja o pretexto, inclusive por doença, equivale a nota zero.

Art. 38. Haverá anualmente em cada classe e para cada disciplina quatro provas escritas parciais, - nos meses de maio, julho, setembro e novembro, - constituindo a média (BRASIL, 1932).

Essa ação pedagógica determinada pelo Ministério da Educação e Saúde (MES) por Gustavo Capanema seria uma tentativa de organização de um sistema de ensino unificado, regulamentado e supervisionado pelo Estado. Era uma proposta que contemplava a homogeneização de currículos, programas, publicações e metodologias de ensino, um tipo de padronização educacional que abrangeria todo o país, no qual fazia parte de um ideal de construção da nação de forma corporativista e centralizadora do Estado.

Nesse impasse, conforme os ideais do Estado Novo e as novas diretrizes da reforma, a função do professor secundarista era educar o jovem para servir a Pátria (DALLABRIDA; SOUZA, 2014). Conforme os respectivos autores:

A partir de 1931, a função social do ensino secundário não se distingue apenas por ser preparatório à admissão dos alunos no ensino superior, mas pela finalidade de constituir no seu espírito [do alunado] todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 42).

Em relação aos recursos financeiros do Colégio Dom Bosco, o art. 7º do estatuto recomendou a instituição de taxas e mensalidades e “[...] pleiteará auxílio dos governos federal, estadual e municipal em virtudes de suas finalidades e

Os documentos não estão assinados e nem datados, porém, diante da análise documental podemos deduzir que foram feitas na época da efetivação do Colégio na década de 1930, visto que foram encontradas na pasta que acondicionam os documentos inerentes à época, relacionados à gestão do padre Manoel de Paiva Neto. Conforme o estatuto do Colégio, somente o diretor teria poderes para resolver todas as questões financeiras relacionadas ao Ginásio, ou terminantemente, alguém delegado por ele.

Segundo Rocha (2001), o ensino científico era um sonho antigo, porém havia muitas dificuldades e a quantidade de professores não atendia aos critérios exigidos pelo parecer de inspeção específica do curso. Sendo assim, o Pe. Paiva Neto aceitou enfrentar o desafio, realizando algumas reformas, como: incrementou o laboratório, o que era essencial; reformou os sanitários e instalou bebedouros. Os professores eram enviados a capital Recife- PE para se submeter a exames de suficiência, era uma exigência da portaria 501. Em 1951, prestaram esses exames os professores: Pe. Manoel de Paiva Neto, Pe. Bernardino, Dr. Geraldo Estrela e Honório Rocha.

Então, 1957, a gestão de Pe. Manoel de Paiva Neto alcançou mais uma conquista, o Ginásio D. Bosco passa a ser denominado Colégio de acordo com a Portaria 236 de 05 de fevereiro do mesmo ano que rege:

O Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, nos termos do artigo 138, da Portaria Ministerial nº 501, de 19 de maio de 1952, resolve:

Art.1º- Conceder autorização para o Ginásio Dom Bosco, situado a Rua Coronel Amorim, s/n, em Petrolina Estado de Pernambuco, funcionar com o 2º ciclo, condicionalmente, pelo prazo de dois anos.

Art. 2º - A denominação do estabelecimento de ensino secundário de que trata o artigo anterior passará a ser Colégio Dom Bosco.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1957.

Gildesio Amado – Diretor (ARQUIVO D. BOSCO, 1957).

Em 1958, o vice-diretor Honório Rocha foi a Recife para falar com a inspetoria do Ministério da Educação, inspetor Dr. Ranulfo Oliveira Lima para tratar do funcionamento do curso científico (1º ano). Tudo era muito burocrático e dependia do Rio de Janeiro, capital do país no período. Segundo o vice-diretor:

A inspetoria era recém criada. [...] O máximo de concentração sobre a ordem de Dona Lúcia Magalhães, Diretora do Ensino Médio para

todo o Brasil. Era o “império da célebre Portaria 501, que regia a matéria”. Falei com o inspetor, que me recebeu muito bem. Ali mesmo fiz o requerimento, pedindo inspeção para que fosse autorizado o curso. Quem datilografou o requerimento foi a professora Anita Paes Barreto [...] Dr. Ranulfo despachou favoravelmente, designando a Inspetora Maria Angélica da Secretaria da Educação para ir a Petrolina fazer a inspeção de rotina. Assim começou o Científico no Dom Bosco, sempre pioneiro (ROCHA, 2001, p. 5).

O 2º ano do ensino científico só foi implantado em 1961, pela falta de professores, possibilitando o funcionamento de duas turmas, apesar da defasagem docente (ROCHA, 2001). Como podemos ver, a gestão de Pe. Manoel de Paiva Neto foi muito próspera para o CDB. Nos 33 anos em que esteve à frente do Colégio, muitos avanços foram realizados. Em entrevista publicada na revista da edição comemorativa dos 80 anos do CDB, o ex-aluno Valdenor Ramos, atualmente professor universitário e ex-diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE), rememora que veio da zona rural de Cabrobó- PE, cidade circunvizinha, para estudar no CDB em 1959. Ele relembra que o Colégio já era reconhecido em vários estados como instituição modelar e de excelência. Ramos enfatiza que, ao ficar órfão de pai e sem condições de pagar as mensalidades, o diretor Pe. Manoel de Paiva Neto teria lhe ofertado uma bolsa de estudos integral, com a condição de que obtivesse notas altas para a permanência do benefício.

Alia-se a isso, o depoimento de Tim, no qual cita que o Pe. Manoel de Paiva Neto era muito sensível à educação. Sempre dizia que estudar era um direito de todos, e diante de condições financeiras precárias ele sempre dava um jeito para que o aluno não interrompesse os estudos. Em sua crônica, refere-se ao padre como uma espécie de rádio amador que socorreu e salvou vidas.

Alguns desses alunos que ascenderam socialmente reconhecem o auxílio e incentivo do padre como a razão do sucesso. Diante disso, podemos notar que o CDB, apesar de ser um Colégio voltado para educação da “elite”, o diretor, em ato de generosidade com aqueles alunos que apresentavam problemas financeiros durante o percurso escolar, procurava uma forma de mantê-los no Colégio para terminar os estudos.

Muitos egressos do Colégio tiveram ascensão financeira e alguns bolsistas foram cursar o ensino superior nas capitais Recife-PE, Salvador-BA e nas faculdades locais: Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP) e

Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE), fundadas a partir dos anos de 1960. Eles se destacaram em profissões como: médicos, dentistas, arquitetos, empresários, sacerdotes, professores, políticos de ascensão regional e nacional, citamos alguns nomes como: “Geraldo Coelho, Fernando Bezerra Coelho, Dr. Emanuel Alírio Nunes Brandão, Valdenor Ramos, Pe. Bernardino Luz, Djalma Bessa Prosonstásio Oliveira, Sandoval Duarte, entre outros” (SANTOS, 1995, p. 73-74), como Misael Aguilar, Cosme Cavalcante e Chico Tim (Rev. Comemorativas, 2001, 2006, 2008, 2011). As informações sobre egressos foram obtidas no referencial bibliográfico, através das Revistas Ed. Comemorativas de 75, 80, 85 anos do Colégio e edição Especial D. Bosco Diocesano, pois não tivemos acesso aos dados dos alunos.

Figura 23 - Turma masculina do CDB de 1956.



Fonte: foto do acervo Terezinha Teixeira Coelho.

O arquiteto Cosme Cavalcante foi egresso do Colégio da época de Pe. Manoel, e lembra saudoso dos eventos em que toda a comunidade escolar do CDB se envolvia, desde as grandes festas de formatura até as ações sociais realizadas pelos alunos e professores, da euforia dos jogos estudantis, principalmente, as modalidades de handebol e basquetebol. Os jogos eram assistidos pela comunidade. O arquiteto sente saudade dos desfiles cívicos, que eram glamorosos e atraíam a população e neles os alunos usavam os uniformes de gala, indumentária obrigatória que vestiam com muita satisfação.

Em uma entrevista a Revista de Comemoração de 80 anos do CDB, emocionado, Cosme se recorda do orgulho da família diante dos desfiles das datas cívicas nacionais e, principalmente, do aniversário da cidade em 21 de setembro, que eram um dos eventos mais esperados pela comunidade petrolinense.

Figura 24- Desfile cívico da turma masculina do CDB, década de 1960.



Fonte: Acervo digital GEPHESF- NEPHEL-UPE- Petrolina.

Assim, podemos perceber a aproximação da cultura escolar do Colégio com a comunidade, que buscava valorizar a cultura local da cidade em função dos eventos culturais, cívicos, esportivos e sociais do Colégio. A escola participava desses eventos, uma espécie de simbiose cultural entre escola/comunidade. Conforme a fala do ex-aluno supracitado, esses momentos eram marcantes não somente para comunidade escolar que participava eufórica, bem como para a população petrolinense, que esperava sempre com grande expectativa, tanto das famílias dos alunos que assistiam orgulhosos como daqueles que compareciam para apreciar o evento como manifestação cultural. Nesse sentido:

As festas entre outras coisas acabaram constituindo um modo de construir e difundir referências e símbolos nacionais não só entre os estudantes e professores como também a sociedade de modo geral, integrando, assim, a memória coletiva (SILVA, 2009 *apud* GATTI,

2015, p. 155).

Em 1969, após 33 anos, o Pe. Manoel de Paiva Neto deixou a direção do Colégio, que foi entregue a uma nova administração. Dessa vez, quem ocuparia o cargo da diretoria, até então numa sucessão masculina e, totalmente, sacerdotal seria uma mulher. O Colégio Dom Bosco deu mais um passo para a modernidade e escolheu para sua direção a professora Maria Yeda Nogueira, não por acaso, uma mulher de prodigiosa inteligência, ex-aluna do curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que na época de normalista teria representado, brilhantemente, a diocese de Petrolina, em um Concurso Nacional da Congregação Salesiana, conquistando o 1º lugar, e ganhando como prêmio uma viagem para Roma (LUZ, 1995).

4.4 MARIA YEDA NOGUEIRA E A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO MISTA

Figura 25- Professora Yeda Nogueira, primeira mulher a dirigir o CDB.



Fonte: Revista Edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina- PE, outubro de 2006.

Na gestão de Maria Yeda foi feita a implantação das turmas mistas.

Inaugurando uma nova fase e um novo impulso ao Colégio. Conforme depoimento do ex-aluno do CDB, Cosme Cavalcante, essa mudança trouxe um clima de descontração, relembra do hasteamento da bandeira nas quintas-feiras em filas de meninos e meninas, do recreio no pátio, das brincadeiras, conversas animadas, era o momento da paquera; mesmo sobre a vigilância dos padres, podiam conversar, ficar juntos mas beijar, nem pensar! Diz, que a integração teria trazido mais estímulo para os estudos, o Colégio teria ficado mais alegre, mais cheio de vida. Moças de outras localidades foram estudar no Educandário. Essa diversidade cultural dava um novo brilho à escola.

Nesse sentido, Luz (1995) destaca que as

07:00h da manhã. À chegada dos vários pacotes ancorados na margem esquerda, a beira do rio como que se pintava de cáqui e azul e branco, num quadro sonorizado pela algazarra da garotada juazeirense a chegar as aulas [...] as alunas ginásianas do D. Bosco não se davam com as alunas normalistas do Maria Auxiliadora [...] porém os alunos do D. Bosco adoravam as alunas de ambos os colégios [...] o pacote Auxilium era oficial das normalistas do Maria Auxiliadora e os 2 pacotes Jaú e o D. Bosco [...] eram oficiais dos alunos do Colégio Dom Bosco (LUZ, 1995, p. 27).

A professora Yeda ficou na direção até 1974. Conforme depoimento do ex-aluno, citado em Rocha (2001), destaca que a direção da professora Yeda foi conduzida por amor à causa, com educação voltada ao serviço da comunidade, em tempos fecundos na educação, apesar de todas as dificuldades, sempre superadas.

Podemos observar na figura 26 momento cívico, de hasteamento da bandeira do Brasil, no qual rapazes e moças perfilam em lados opostos:

Figura 26- Momento cívico, hasteamento da bandeira brasileira na década de 1970.



Fonte: Acervo digital - GEPHESF-NEPHEL – UPE- Campus- Petrolina.

A figura 27 demonstra a formação da primeira turma mista, sobre a direção da Professora Yeda Nogueira. Contudo, após sua saída, novamente o educandário voltou a ser dirigido por um sacerdote salesiano o Pe. Reginaldo Lins de Aquino e como vice-diretor Dr. José Valter Lubarino dos Santos:

Figura 27- Tuma Mista (sem data).



Fonte: acervo digital - GEPHESF-NEPHEL – UPE, Campus- Petrolina.

Conforme Dallabrida e Souza (2009) a Reforma Capanema, que se apropriou da doutrina católica, fundamentada pela encíclica papal de Pio XI, *Divini Illius Magistri* publicada em 31 de dezembro de 1929, que proibia a coeducação, durante a adolescência. De acordo com encíclica, a educação de meninas nessa idade deveria acontecer em instituições exclusivamente com frequência feminina, bem como recomendava aquelas que ofereciam o ensino misto à educação das meninas em classe separadas, alegando o perigo provocado pela as transformações biológicas da fase juvenil, período que corresponde ao estudo do ensino secundário.

Essa segregação de gênero era exposta na Lei orgânica do ensino nacional, no inciso III do art. 25 que determinava nas disciplinas-saber, a inclusão da terceira e quarta séries do curso ginásial e em todas as séries tanto no curso clássico como no científico, a disciplina de economia doméstica voltada para as meninas, no intuito de preparar a mulher para a vida doméstica. DALLABRIDA; SOUZA, 2014).

A Reforma Capanema oficializada pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, criada pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, integrava as leis orgânicas do ensino geradas no período do Estado Novo, que reformaram arbitrária e parcialmente os diferentes níveis de ensino no Brasil, fazendo oposição a Reforma Integral de Ensino proposta pelos os pioneiros da Educação Nova (DALLABRIDA; SOUZA,2014). Segundo os autores:

Nesse momento histórico havia um pacto entre a ditadura getulista e a igreja Católica, o qual no campo educacional, era realizado por acordos entre Alceu Amoroso Lima – principal liderança do laicato católico – e Gustavo Capanema, considerado o “homem de confiança da Igreja”. A pauta católica será traduzida na Lei Orgânica do Ensino Secundário especialmente por meio da tonificação das humanidades e pela segregação de gênero (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 17).

No entanto, o ensino secundário foi rediscutido com a redemocratização do estado brasileiro em 1945, por meio do anteprojeto da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN), mas teria sido embargado no Congresso Nacional por Gustavo Capanema deputado na época, só vindo a ser rediscutido em 1958, pelo seu substituto Carlos Lacerda, através da pressão realizada pelos defensores do ensino público e privado, sendo aprovada a primeira LDBEN- Lei 4.024, de dezembro de 1961, festejada por Anísio Teixeira como meia vitória, por representar avanços expressivos para o ensino secundário. Segundo os autores Dallabrida e

Souza (2014):

Em oposição à Reforma Capanema, a LDBEN de 1961, flexibilizou o currículo em nível estadual, dando margem de definição de disciplinas aos nascentes conselhos estaduais de educação bem como aos estabelecimentos de ensino. No entanto, consideramos que o maior ganho se deu com a equiparação efetiva do ensino secundário e os cursos técnicos/normais por meio da criação do “ensino médio”, superando formalmente o dualismo escolar dos cursos entre os ensinos primários e superior (DALLABRIDA; SOUZA, 2014, p. 18).

4.5 PADRE REGINALDO LINS AQUINO E O ENSINO MÉDIO

A nova administração do Colégio Dom Bosco se mostrou inovadora pelo perfil progressista da sua nova gestão que elaborou regimento e novas propostas curriculares para implantação da profissionalização do 2º grau, em cumprimento à Lei 5692/71; oficializou os cursos de auxiliar de laboratório de análises químicas e desenho arquitetônico (o curso de desenho durou apenas um ano e de análise química durou nove anos). O currículo passou por mudanças a partir da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências, expostas nos parágrafos:

§1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau (BRASIL, 1971).

Aproveitando a nova fase do Educandário, com a inserção das turmas mistas, a atual administração buscou mais uma conquista. O educandário que já havia passado por tantos desafios e mudanças desde a sua implantação, aspirou implantar mais um nível de ensino. Essa gestão também deixou seu legado, e procurou preparar o Colégio para tal.

Figura 28- Padre Reginaldo Lins Aquino sexto diretor do CDB 1974.



Fonte: foto – revista Edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina/PE outubro 2006.

Em 1975, foi implantado o 2º grau, de acordo com a portaria n.º 3.358 publicada no diário oficial de 25 de dezembro do mesmo ano. Em relação ao quadro docente, nessa época o CDB, conforme expõe Rocha (2001, p. 5), contava com certo contingente de professores:

Professores	Disciplinas
Odorico Medrado	Português
Edson Cantarelli	Francês
Odete Sampaio	Português
Aracy Madeira	Geografia
Olímpio Costa Junior	Português

Nabuco da Estrada de Ferro	Matemática
Francisco de Paiva Neto	Contabilidade
Anésio Leão	Português
Amercina Sá e Silva	Música
Dr. Antônio Hermano	Matemática
Morgan Duarte	Matemática
Mery Belgiun	Artes
Maria Angelita Souza	Português
Hélia Siqueira	Canto orfeônico
Yeda Nogueira	História e Geografia
Eliete Borges	Música
Marta Luz	Português
Manoel de Sá Ferraz	Química
Geraldo Estrela	Ciências
Terezinha Menezes	Geografia
Pe. Gonçalo Pereira Lima	Português
Humberto Soares	(vice - Diretor)

Esse foi o último feito da gestão do Pe. Reginaldo. Assim foi encerrado mais um ciclo da história do CDB. O padre entendeu que seria tempo de inovação, novos ares estavam chegando para a cidade e o Colégio seguiu seu destino, cumprindo sua missão de educar, contribuindo sempre para o crescimento e desenvolvimento da região do Vale do São Francisco. Segundo Santos (1995)

[...] todos que construíram para sua história até então, com as mãos generosas de quem planta com amor para o futuro, são reconhecidos, hoje na qualidade e perpetuação dos seus frutos. A grandeza dos nobres ideais humanistas do Colégio Dom Bosco se concretizou pela firmeza destas personalidades que, durante décadas estiveram na sua condução, consolidando o sonho de um percurso glorioso da educação em Petrolina (SANTOS, 1995, p. 22).

E nesse clima de inovação, mais uma mulher assumiu a direção do CDB: a professora Terezinha Teixeira Coelho (SANTOS, 1995).

Figura 29- Professora Terezinha Teixeira Coelho, elencou a sétima posição na lista de sucessão de diretores do CDB (1976).



Fonte: Revista edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano. Petrolina- PE, outubro de 2006.

4.6 TEREZINHA TEIXEIRA COELHO: JUBILEU DE OURO E A MODERNIZAÇÃO

Hino em homenagem ao Cinquentenário do Colégio Dom Bosco.

Petrolina celebra, nest'hora
De Dom Bosco as grandes vitórias
São triunfos, lauréis, são as glórias
Que lhe dão um soberbo esplendor!

Refrão

Neste ano do cinquentenário,
Salve, salve, Dom Bosco querido!
No combate tu és aguerrido
para as almas dos jovens em flor!

II

Dom Malan mensageiro divino
te plantou neste agreste serão,
te plantou, qual, qual mimoso botão
p'ra cresceres e sombra fazer.

III

Da cultura ciência e saber
te fizeste soberbo padrão

estes jovens de imenso rincão
tu preparas às lutas sem igual!

IV

São triunfos de um cinquentenário
que formou juventude pujante,
do ensino, na luta gigante
da beleza, do bem e do amor!

V

Todos cantam com grande alegria
neste instante solene, divino.
Teus alunos te erguem um hino
de esperança, de glória e louvor!

VI

Hoje, as árvores lindas, tão lindas
os teus galhos pendentes são braços
que os jovens envolvem em abraços
para dar-lhe virtudes e saber!

VII

São os homens que formas p'ras guerras
dum futuro não muito distante...
É o homem no arrojo constante
a quem vibra um sublime ideal!

Letra e música: Pe. Bartolomeu de Almeida
Petrolina, de junho de 1976 (SANTOS, 1995, p.10).

Para a celebração dos 50 anos, como símbolo do cinquentenário, foi criado o hino do Colégio, o qual foi executado em todos os eventos em comemoração ao jubileu de ouro, nas atividades literárias muitos alunos participaram e houve concursos de gêneros literários, como texto, paródia, músicas, mensagens, crônicas, etc. Não foram apenas os alunos que participaram, mas o evento reuniu personalidades da cidade, professores, egressos e comunidade educativa, que enfatizaram a história do Colégio, bem como demonstraram o sentimento de pertencimento dos mesmos com o Educandário (SANTOS, 1995).

Figura 30- Solenidade dos cinquenta anos do CDB em 1976.



Fonte: Acervo digital- GEPHESF-NEPHEL- UPE, Campus- Petrolina.

Terezinha Teixeira Coelho, natural de Conceição do Canindé- Piauí, chegou em Petrolina em 1959, ainda criança, começando seus estudos no Grupo Escolar Dom Malan. Fez o curso de administração e o 1º pedagógico no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, concluindo no Colégio Estadual de Petrolina. É licenciada em Letras pela Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP), e em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras de Caruaru- PE. É ex-professora e coordenadora da rede oficial de ensino na Escola Alfa Polivalente e no Colégio Estadual em Petrolina.

Também foi coordenadora da Fraternidade Cristã dos Deficientes, coordenadora de Ensino Religioso das Escolas; secretária da Sociedade Pró-menor; secretária da equipe de coordenação da Diocese de Petrolina; secretária do Conselho Diocesano Pastoral; vice-presidente do Conselho Municipal de Defesa das Crianças e Adolescentes; representante Regional do Sindicato de Estabelecimento de Ensino do Estado de Pernambuco; vereadora por dois mandatos e duas vezes vice-presidente da Câmara Municipal de Petrolina; secretária da Comissão de Educação; secretária da União dos Vereadores do Submédio São Francisco

(UVESF); professora (1974) e coordenadora do Colégio Dom Bosco (1975); presidente da Associação dos Colégios Diocesanos do Nordeste (ACODINE); e apresentou um programa na rádio Emissora Rural- a Voz do São Francisco intitulado “Educação: uma prioridade nacional” de 1992 a 2016a (CAVALCANTE, 2010).

Assumiu a direção do CDB em 18 de outubro de 1976, por ato de Dom Gerardo Andrade Pontes, o quarto bispo na ordem sucessória da diocese de Petrolina. A professora ficou à frente da instituição de 1976 até 2016. Foram 40 anos de atuação e participação ativa na história do Colégio Dom Bosco.

Nos idos de 1970, um novo cenário social estava sendo delineado, configurando-se um reinício para o Colégio Dom Bosco com a chegada do Dom Gerardo Andrade Pontes²⁰, 5º bispo de Petrolina, em 1975. A cidade passava por um fluxo de modernização com novas promessas de progresso com a construção da barragem de Sobradinho e “[...] a implantação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), em 1974, destinada a promover o desenvolvimento da agricultura irrigada” (LUZ, 1995, p. 69). Estimava-se a chegada de investimentos para a região, vindos de outras partes do país e do exterior.

De acordo com Santos (1995), Dom Gerardo:

Adepto de uma igreja mais atuante e mais coerente com a autêntica mensagem cristã foi enérgico na ação de informar as comunidades sobre o posicionamento da igreja face aos direitos do homem, criando a equipe pastoral com objetivo de formar comunidades de Base. À sua ação espiritual, sempre se aliaram resultados práticos na sua assistência aos menos favorecidos. Administrador dinâmico, primou pela organização da diocese, zelando pelo seu patrimônio, a fim de melhor pô-lo a serviço da evangelização, educação, catequese e organização das comunidades. Foi incentivador da modernização do Colégio Dom Bosco (SANTOS, 1995, p. 25).

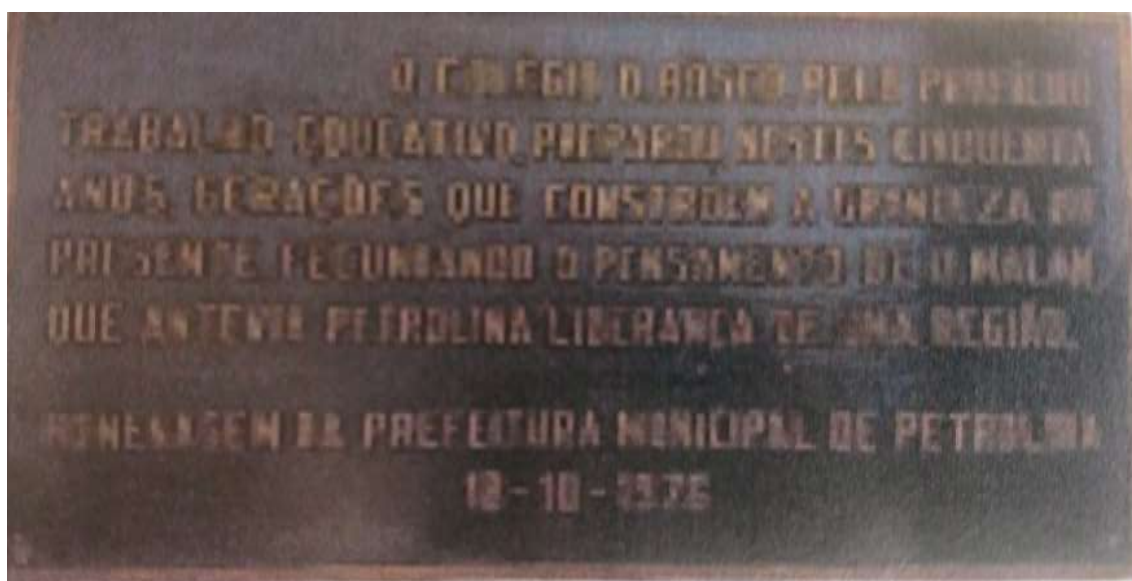
Contudo, a visão administrativa e inovadora da gestão de Dom Gerardo, repercutiu em todos os setores da Diocese e no Colégio Dom Bosco, que completou 50 anos de fundação. Nesse jubileu, muitas mudanças estavam previstas para o

²⁰ Dom Gerardo Andrade Pontes, nasceu em Fortaleza a 1º de dezembro de 1924, ingressando em 1937 no Seminário de Prainha. Foi ordenado aos 24 anos, em 08 de dezembro de 1948, celebrando sua primeira missa na Paróquia de São Gerardo. Foi vigário da Paróquia de N. S. de Fátima, desde a sua fundação em 1955 até 1964, assumiu a Reitoria do Seminário Maior da Prainha, onde permaneceu até 1966. (...) deixou a Paróquia de Fátima em 23 de fevereiro de 1975 para aceitar sua eleição como bispo de Petrolina, por designação do Papa Paulo VI. Sagração episcopal em Petrolina 17.08.75 (SANTOS, 1995, p. 25).

Colégio, começando pela troca de gestão entre Pe. Reginaldo Lins Aquino e Terezinha Teixeira Coelho. De acordo com Santos (1995, p. 27), a primeira providência da nova gestão foi marcar, historicamente, os festejos do cinquentenário do Colégio Dom Bosco, comemorado oficialmente em 18 de outubro de 1976.

Partindo da reflexão unânime da importância do educandário na história regional, integraram as comemorações, ex-alunos e setores das comunidades de Petrolina e Juazeiro. Na ocasião foi concedida ao educandário medalha do mérito educacional pelo governador José Francisco Moura Cavalcante, em ato publicado no diário oficial de 14 de outubro do mesmo ano (LUZ, 1995). A data foi amplamente divulgada pela imprensa local, muitas notas foram publicadas pelo jornal *O Pharol*. A seguir foto da placa em homenagem aos cinquenta anos do CDB homenagem feita pela prefeitura de Petrolina:

Figura 31- Placa comemorativa do Jubileu de ouro do CDB de 1976.



Fonte: Revista edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano.

A placa contém o seguinte escrito,

O Colégio D. Bosco, pelo profícuo trabalho educativo preparou, nestes cinquenta anos, gerações que constroem a grandeza do presente, fecundando o pensamento de D. Malan, que antevia Petrolina liderança de uma região.
Homenagem da Prefeitura Municipal de Petrolina
18-10-1976.

Para a celebração dessa data tão importante, durante todo o ano foram realizadas diversas atividades comemorativas, como: palestras, debates, concurso

literário entre o alunado com o tema cinquentenário do Colégio Dom Bosco, com várias premiações, sessão lítero-musical; afixação da placa comemorativa na entrada da escola; homenagem da prefeitura de Petrolina com comenda do mérito educativo; ação de graças; entre outras. Em crônica, a coordenadora pedagógica da época Raimunda Teixeira Coelho (Mundica) discorreu sobre a celebração:

[...] A memória pedagógica deste educandário é semelhante a de grandes escolas católicas do país, com todo um trabalho voltado para produção do modelo de homem virtuoso, orientando-se por valores como disciplina, trabalho e religiosidade. Isso por si só, já garantiria a subida às “posições mais altas”. Muitos princípios foram resguardados, desde de 1926 até os dias de hoje, reelaborados. Mas a modernidade impôs ao Colégio Dom Bosco a busca de soluções pedagógicas, nas quais a educação se faça enquanto ação libertadora. Seguindo o caminho de uma sociedade civil em mutação e uma igreja reavaliada, há poucas décadas, a escola buscou seus avanços. Mas é a partir da metade da década de 70 que vai reorientar o seu percurso e afirmar, com segurança, o seu destaque de vanguarda emergente, estabelecendo uma nova relação com a construção do saber. (...) O Colégio Dom Bosco dá os primeiros passos para sua nova concepção. (...) o objetivo é transformar o homem e suas relações, a própria escola, contribuindo para a construção de uma sociedade mais civilizada²¹ (COELHO, 1995 *apud* SANTOS, 1995, p. 35).

Figura 32- Solenidade em comemoração aos 50 anos do CDB 1976.



Fonte: Revista edição comemorativa 80 anos Dom Bosco diocesano.

²¹ Mensagem escrita por Raimunda Teixeira Coelho, coordenadora do Colégio Dom Bosco, na gestão da diretora Terezinha Teixeira Coelho, 1976 (SANTOS, 1995, p. 35).

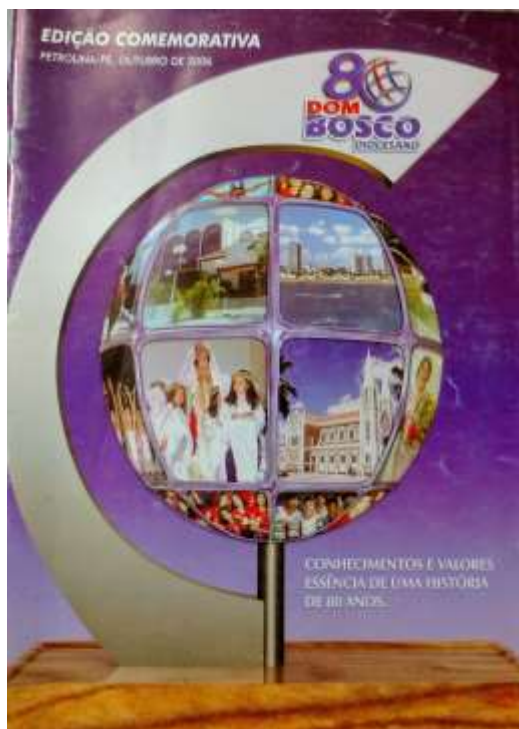
Apesar de todo entusiasmo que permeavam a celebração e a posse da nova direção do Educandário, a professora Terezinha Teixeira, teria muitos desafios pela frente. Segundo o depoimento, da ex-professora e ex-coordenadora Adenilza Maria Coelho Araújo, na Revista Edição Comemorativa 85 anos do CDB, ela explica que durante a gestão do Pe. Reginaldo houve escassez de recursos e o Colégio enfrentou dificuldades financeiras. O diretor estaria à frente da instituição por grande ato de amor. Assim, as expectativas em relação a atual diretora eram imensas, todos confiavam na competência e visão de modernização da sua gestão para soerguer o Colégio D. Bosco.

Desse modo, a gestão da professora Terezinha Teixeira foi galgada no lema “tradição e modernidade”, a mesma busca aliar esses dois fatores com a fé cristã, para promover a abertura do CDB aos novos tempos que estão surgindo na cidade e região, garantindo-lhe autonomia de ação, contemplando suas necessidades de crescimento.

Sobre a orientação do novo bispo D. Gerardo Andrade Pontes, o Colégio tomou novo fôlego. Para essa nova fase da instituição e como prova desse intento, ele colocou nas mãos de uma mulher de pequena estatura, aparência frágil, mas com ares e coragem de gigante, a responsabilidade pelos novos desafios de transformação de um Colégio que seguiria o curso ao qual fora destinado desde sua gênese, o de acompanhar o desenvolvimento de Petrolina. Assim, se prepararia para trilhar junto com a cidade novos caminhos e receber os auspícios vindouros trazidos pela onda tecnológica e cosmopolita que o novo cenário regional se configurava.

Desse modo, na gestão de Terezinha Teixeira muitos avanços foram obtidos e várias mudanças foram realizadas. O CDB permaneceu ofertando a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Sem se distanciar da essência do Colégio, mantendo sua ideologia religiosa, implantou uma política pedagógica modernizada com dinamização do ensino, ações culturais, formação integral, projetos interdisciplinares, ações evangelizadoras, solidárias, foco no esporte, participação em ações, movimentos da comunidade, sempre buscando promover interação do Colégio com a comunidade, primando pela excelência no ensino. Preocupou-se com a preservação da memória escolar e criou a revista educativa com edições comemorativas:

Figura 33 – Revistas comemorativas de 80 anos, 2006.



Fonte: acervo Teresinha T. Coelho.

Figura 34 – Revista edição especial, 2008.



Fonte: acervo Teresinha T. Coelho.

Terezinha Teixeira também procurou ampliar a estrutura da sede. Assim, em 1983, o Colégio Dom Bosco criou uma extensão para o funcionamento do ensino médio situado na Rua Barão do Rio Branco nº 812, Centro- Petrolina; e, em 1996, foi fundado o Memorial D. Bosco, um espaço de memória situado na parte externa do prédio sede (matriz). Algumas das obras realizadas foram: construção do novo pavilhão do pré-escolar (1978); construção do três pavilhões (1980); introdução das aulas de xadrez (1981); construção de três salas de aula e almoxarifado (1982); reurbanização dos jardins; homenagem póstuma ao Pe. Manoel de Paiva Neto; início da construção do ginásio de esportes D. Gerardo Andrade Pontes (1983); criação do Centro Cultural D. Bosco (1984); e reforma do Cine Massangano para o funcionamento do Centro Cultural D. Bosco (1985).

Podemos observar na tabela a seguir, o balanço estrutural realizado na Gestão da diretora no período de 1976 à 2015, que registram as principais mudanças no melhoramento da infraestrutura do Educandário:

Tabela 1: Estrutura do Colégio Dom Bosco Matriz:

Estrutura Externa- Térreo	Portaria
Portaria	Gruta; Entrada do Setor Administrativo
Estacionamento	Recepção, Memorial Dom Bosco
Estrutura Interna- Térreo	Setor financeiro; Setor pessoal; Secretaria; Direção; Pátio de eventos; 33 salas; 02 corredores.
Setor de esportes	Coordenação de esportes; Ginásio de esportes D. Gerardo Andrade Pontes; Parque aquático Pe. José de Castro; Sala de Judô Marcone Barros; Campo de futebol.
Setor de informática	02 salas.
Térreo	06 salas dispondendo banheiros, entre masculinos e femininos.
Pavilhão D. Idílio Soares	06 salas dispondendo banheiros, entre masculinos e femininos.
Coordenação Fundamental	Ensino Sala de professores; Coordenação pedagógica; Sala de Apoio pedagógico; 02 Depósitos.
Educação infantil	Pátio Recreativo; Coordenação; 02 ambientes de banheiros entre masculino e feminino; Sala de leitura; Sala de música.
Patrimônios	Chácara Dom Bosco; Centro Cultural Dom Bosco (prédio independente); Dom Bosco, extensão; 02 Ônibus Mercedes Bens Marcopolo.

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Podemos verificar que as conquistas promovidas na gestão da professora Terezinha estão relacionadas ao quantitativo de alunos que cresceu, sendo necessário aumentar o atendimento e a oferta de ensino. Em 1976, estavam matriculados 895 alunos, sendo ofertado o pré-escolar com três turmas no total de 60 alunos; sete turmas do ensino fundamental I com 243 estudantes; oito turmas do ensino fundamental II com 310 discentes; e cinco turmas do ensino médio com 282

estudantes. Conforme tabela encontrada nos arquivos, realizada em 2010, o CDB tinha 1.620 alunos, e após 10 anos da sua gestão, em 1987, o Colégio já tinha mais de 3.000 alunos matriculados.

A professora Terezinha Teixeira se despediu do CDB em dezembro de 2016, após 40 anos de atuação. Podemos observar na figura a seguir, as instalações do Colégio nos dias atuais, que conserva parte da sua arquitetura histórica, aliando o tradicional ao moderno:

Figura 35: Prédio (sede) do CDB na atualidade.



Fonte: Revista Comemorativa 80 anos do Colégio Dom Bosco, 2006.

É relevante ressaltar que o tempo que a professora Terezinha Teixeira Coelho²², esteve à frente do Colégio Dom Bosco, como já citado anteriormente, foi muito promissor. Conforme análise documental e bibliográfica a sua gestão se destacou pelo dinamismo, espírito de equipe, seriedade, compromisso e dedicação dispensada à instituição durante os 40 anos. Ressaltamos que entre o legado deixado pela ex-diretora para o CDB, o Memorial Dom Bosco é um grande

²² Em 2015 quando realizamos a pesquisa com o GEPHESF no acervo do Memorial Dom Bosco e com o convívio durante a fase final dessa pesquisa, tivemos a oportunidade de conhecer melhor a ex-diretora, e assim, notamos a sua preocupação com a educação, sempre se mostrando disponível para nos auxiliar. Indubitavelmente, essa pesquisa chegou até aqui devido a sua grande contribuição.

patrimônio da história da educação local e regional. Segundo a professora Terezinha Teixeira, o Memorial não pertence somente ao Colégio, mas à comunidade petrolinense, pois esse espaço contém um grande acervo, organizado e conservado. Ademais, a professora tem em seu acervo particular, uma documentação substancial que compila os 40 anos de sua gestão, tema que pode ser explorado por futuros pesquisadores, bem como, para preencher as lacunas deixadas por esta pesquisa, que aborda aspectos da história dessa importante instituição:

Figura 36- Memorial Dom Bosco fundado em 1996 – situado na parte externa do prédio sede do Colégio Dom Bosco. Rua Cel. Amorim, nº 483, Centro, Petrolina- PE.



Fonte: Foto arquivo GEPHESF – 2015.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, procuramos trazer os aspectos históricos relacionados à trajetória do Colégio Dom Bosco, ressaltando a influência predominante de Dom Malan, primeiro bispo de Petrolina, como uma das principais personalidades que trouxe a modernização para a cidade, e contribuiu para a implantação de instituições sociais e educacionais como a fundação dos Colégios Dom Bosco e Nossa Senhora Auxiliadora.

Antes da implantação do Colégio Dom Bosco, a educação em Petrolina estava concentrada na existência de poucas escolas. Havia a existência de professores que ministravam aulas nas residências, com separação por gênero e disciplinas diferentes. Os meninos aprendiam a ler, escrever, tinham aulas de matemática e conhecimentos gerais; às meninas eram reservadas as aulas de leitura e escrita, matemática básica, boas maneiras, bordados, pinturas, corte e costura e música, ou seja, as meninas eram preparadas para o lar.

A educação na cidade também dependia de iniciativas de particulares e missionários católicos como as filhas de Pia de Maria, a União dos moços Católicos e os freis capuchinos que se uniam para atender a população carente, buscando amenizar a insuficiência da educação pública com cursos noturnos e escolas de ensino primário, ainda preservando a separação por gênero. Algumas funcionavam em prédio de escolas públicas.

Após a emancipação política, a cidade procurava se organizar na educação e teria implantado algumas escolas. Nos idos de 1920, a cidade já tinha oito escolas, três particulares, duas estaduais e três municipais, porém não atendia a demanda educacional. Essas escolas só ofereciam o ensino primário, assim aqueles que desejavam avançar nos estudos e tinham condições financeiras, como os filhos das famílias mais abastadas, estudavam em outras localidades.

Desse modo, podemos constatar que os Colégios Dom Bosco e o Nossa Senhora Auxiliadora foram implantados num contexto de deficiência e precariedade educacional, que não atendia as necessidades educacionais da população petrolinense, assim como a dos filhos e filhas da elite local. Um terreno fértil, uma comunidade de maioria católicos e ausência de políticas públicas nas esferas dos Estado e município em oferecer escolas.

Contudo, visto que o catolicismo era a religião de predominância na cidade, e com a expansão da nova ordem educacional vinda da Europa para o país, instituída pelos ideais do ultramontanismo que buscava resgatar e ampliar o poder da igreja, por meio da educação evangelizadora em suas escolas confessionais, o bispo Dom Malan criou os dois Colégios, buscando atender os anseios da Igreja e as necessidades educacionais locais dentro dos conceitos cristãos. A implantação dos Colégios recebeu apoio do poder político local, como do prefeito Pacífico da Luz que se empenhou para a implantação dos Colégios Católicos, quando auxiliou na permanência das irmãs salesiana na cidade após o falecimento da primeira diretora do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, colaborou para efetivação do Colégio Dom Bosco, doou o terreno para construção da sede do Educandário, bem como atuou como professor da instituição. Dessa forma buscou estratégias para amenizar a deficiência de escolas na cidade, principalmente, no que se referia ao avanço instrucional, proposta do Colégio Dom Bosco, conforme seus estatutos.

Devido a importância da instituição de ensino, investigamos a trajetória do Colégio Dom Bosco que foi criada na Primeira República. Ressaltamos que, para investigar os aspectos históricos de uma instituição escolar, é necessário atentar-se para algumas questões: a cultura escolar e a importância dos acervos escolares para atingir os objetivos geral e específicos que foram propostos na pesquisa. Dessa forma, verificamos as influências das relações sociais e políticas presentes no processo de criação, fundação e desenvolvimento do Colégio Dom Bosco em Petrolina- PE; traçamos o percurso de como se estabeleceu a diocese na cidade de Petrolina, resultando na criação do Colégio Dom Bosco; comprovamos as interrelações entre os poderes religiosos e políticos que proporcionaram investimento no segmento educacional numa cidade, recentemente, emancipada politicamente; e ressaltamos as contribuições do Colégio Dom Bosco para o desenvolvimento educacional da cidade de Petrolina.

Portanto, a partir da documentação encontrada, pudemos compreender aspectos tais como: o contexto de fundação do educandário e a sua consolidação; a constituição das primeiras turmas de alunos; as normas disciplinares e os estatutos; a formação docente, as regras de equiparação e inspeção com o Colégio Pedro II para instituição dos cursos ginásial e secundário. Assim como, pudemos verificar a normatização educacional vigente durante esse percurso, os exames de admissão, suas primeiras instalações, a inauguração do prédio sede, a implantação do ensino

científico, as práticas e métodos de ensino, festas cívicas e os sujeitos envolvidos no processo como bispos, professores, inspetores, alunos, gestores, imprensa, personagens políticos, entre outros.

Assim, constatamos que o Colégio Dom Bosco é uma instituição confessional diocesana inspirada nos ensinamentos de Dom Bosco, assentada sobre os conceitos católicos, que seguiam os termos vigentes que dispunham para os institutos de ensino subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios, seguindo as recomendações e diretrizes do Ginásio Nacional. Porém, adotou métodos próprios de comportamento com regime rígido disciplinar, dentro dos preceitos cristãos.

Notamos que o cotidiano do Colégio deixou vestígios e lembranças na vida de ex-alunos que participavam de datas celebrativas, como o Jubileu dos 50 anos, e rememoravam aspectos da história e memória do Colégio, como a colaboração dos professores e gestores, a rigidez disciplinar, a transição do Colégio masculino para misto. Assim como, foram encontrados com ex-gestores alguns materiais que abordavam as datas comemorativas, os desfiles e os períodos de mudanças educacionais.

Para tanto, nossa percepção do passado é de nos apoderarmos de algo que não nos pertence mais, mas que permite ressaltar a memória como o elo vivido no eterno presente, a constituição arrebatadora de um acúmulo material daquilo que é impossível lembrar e um conjunto insondável do que temos necessidade de lembrar.

Observamos que as mudanças significativas no campo educacional nacional trouxeram novas perspectivas para a escola confessional, sobretudo pela implantação da coeducação, período importante para maior ascensão do Colégio que ampliou seu alunado, recebendo moças da vizinha cidade e região, dando um novo impulso ao Educandário, bem como, posteriormente, pela implantação do ensino científico, cursos profissionalizantes e ensino médio.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com diversos desafios, como encontrar documentos que pudessem nos trazer elementos para análise, uma vez que foi impedido o acesso ao memorial do Colégio para esta pesquisa. Assim, tivemos que recorrer às outras fontes e arquivos privados, tais como os acervos particulares da ex-diretora Terezinha Teixeira Coelho e da ex-vice diretora Raimunda Teixeira Coelho, onde localizamos crônicas de alunos e professores, revistas, livretos, panfletos, relatórios. Assim como, recorreremos aos arquivos que já tínhamos em mãos como o Arquivo D. Bosco, localizado no banco de dados do

GEPHESF- UPE, e *O Pharol*, disponível no Museu do Sertão, em Petrolina, e digitalizado pela prof.^a da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina-PE, Ana Clara F. Brito.

Nesses arquivos, foram encontradas fotos, convites, cartas, listas de beneméritos, documentos normativos, boletins de exames de admissão, reportagens diversas sobre a cidade de Petrolina, a educação na cidade e o Colégio Dom Bosco, entre outros inerentes à cultura escolar do Educandário. Esses documentos foram utilizados para identificar aspectos da cultura escolar e verificar as práticas de ensino, como exemplo, os estatutos do Colégio, permitiram identificar a dinâmica organizacional do Colégio como horários de funcionamento, as instalações, os regimes adotados, as práticas e métodos utilizados que se fundamentavam num ordenamento religioso rigoroso, as exigências conferidas às famílias dos alunos em relação as tarefas escolares, o rigor nas frequências, a rigidez disciplinar dos métodos de avaliação que se atrelava ao comportamento do educando, as exigências quanto aos docentes, as ações do educandário diante da comunidade, o posicionamento político do Colégio, supostamente, neutro perante a política nacional, bem como as pretensões de ampliação do ensino e de suas instalações.

A partir da análise dos dados, podemos concluir que o Colégio Dom Bosco contribuiu para o desenvolvimento da educação da cidade de Petrolina- PE, tendo em vista que, desde a sua fundação, pessoas de outras localidades se estabeleceram na cidade, bem como enviaram seus filhos e filhas para nele estudarem do primário até a implantação do científico. Apesar da instituição confessional ser de caráter privado, com cobrança de mensalidades, o Colégio viabilizou o acesso educacional aos alunos das classes mais baixas por meio da oferta de cursos noturnos profissionalizantes.

Também podemos constatar que o Colégio teve o seu crescimento de forma conjunta com a cidade, tendo sido fundado quando o município tinha cerca de 30 anos de emancipação política. Assim, o Colégio Dom Bosco foi se desenvolvendo numa relação simbiótica com Petrolina, compartilhando os avanços da cidade que ajudou a desenvolver, contribuindo com suas ações culturais, sociais, educacionais, bem como, ajudando na formação de sujeitos, entre os quais alguns acenderam nos contextos: social, político, religioso e econômico.

Ao traçar o percurso histórico do Colégio Dom Bosco, no qual se evidencia aspectos da cultura escolar e da memória de uma instituição escolar, ressaltamos

que esse trabalho pretende criar perspectivas futuras de investigação na temática história das instituições escolares. Destacamos ainda, que se trata de um fragmento da cultura escolar do Educandário, pois muitas discussões podem vir a ser evidenciadas como objeto de investigação como: as práticas e métodos, seus sujeitos, suas ações educativas e sociais. Dessa forma, pretendemos que esse estudo possa trazer elementos a serem investigados e explorados por futuros trabalhos científicos como dissertações e teses, tendo em vista a materialidade da cultura escolar.

Assim, essa pesquisa buscou contribuir para o estudo do campo da história das instituições escolares no âmbito regional e nacional, visando a preservação da história da educação local, mostrando a contribuição e importância da cultura escolar contida nos seus arquivos e espaços de memória para a comunidade regional. Como parte da memória desta instituição, concluímos esta pesquisa evocando a poesia Primavera, de autoria da aluna Valbas Araújo de Simas – 2º B – 1976, cuja poesia foi classificada em 1º lugar no concurso de poesia do Cinquentenário do Colégio Dom Bosco:

Primavera

Novamente é primavera
 E os botões abrem-se e os primeiros raios do sol
 Novamente é primavera
 E os pássaros gorjeiam alegremente
 Novamente é primavera
 E os rios correm serenos, acompanhando a harmonia da terra
 Novamente é primavera
 E o sertanejo retorna do trabalho, buscando no entardecer tranquilo,
 alento para sua luta.
 Novamente é primavera
 Para você, Dom Bosco, que numa primavera distante, foi plantado
 aqui.
 Novamente é primavera
 Para você, desabrocham agora botões cheios de sol, da flor que se
 chama gratidão.
 Para você Dom Bosco
 Cantam agora os pássaros ao cair das tardes.
 Para você Dom Bosco
 é o dançar harmonioso das ondas do “velho Chico”.
 Para você Dom Bosco,
 é o nosso sorriso, o nosso abraço
 Por você rezamos hoje,
 e pedimos a Deus,
 que não o tire daqui
 Que seus braços continuem abertos
 buscando a juventude
 Que você continue sendo fonte

onde bebem o forte e o fraco,
o homem e a criança
na certeza de estarem buscando o alto
na convicção de que o saber vence o mundo.
Novamente é primavera
Dom Bosco
Meu Colégio querido
Flor de cinquenta anos do meu sertão.

6 REFERÊNCIAS

6.1 LIVROS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento** [1979]. Tradução de Daniela Kern; Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRITTO, Maria Creusa de Sá e. **Educação em Petrolina: origem, fatos, vida, uma história**. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da História: novas perspectivas**: São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 7- 37.

CAVALCANTE, Carlos. **Teresinha Teixeira Coelho, Uma História de Fé, Educação e Trabalho**. Paulista: Ed. Casa da Imprensa, 2010,

CAVALCANTE, Francisco José Pereira. **Petrolina, Pedros, Pedras**. Petrolina: Prefeitura Municipal de Petrolina e Diocese de Petrolina, 2013.

CAVALCANTE, Francisco José Pereira. **A Catedral de Petrolina, profecia e evocação**. Petrolina, Gráfica Franciscana, 1999.

CAVALIERE, A. M. **O mal-estar do ensino religioso nas escolas públicas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 131, maio/agosto, 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupard, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e classe dominante no Nordeste**. Tradução de Lólio de Oliveira. São Paulo: T.A. Queiroz: EDUSP, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa de Fátima: **Entre o ginásio de elite e o colégio popular no Brasil (1931 – 1961)**, Uberlândia: EDUFUS, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FURTADO, A.C. **Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação**. Ribeirão Preto, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5 edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOLLY, Mary Louise; ALTRICHTER, Herbert. Diários de pesquisa. In: Org. SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JULIA, Dominique. Cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da educação**: Autores associados. n.º1, jan /jun, 2001.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Memória evanescente. In: Org. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARROSA, J. **Linguagem e educação depois de Babel**. Ed. Autêntica, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LUZ, Marta. **Cronologia histórico cultural**. Petrolina. "A terra dos impossíveis". Ano cem. 1995. Petrolina: Prefeitura Municipal, 1995.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: A problemática dos lugares, Tradução: Yara Aun Khoury, Proj. História, São Paulo, 1993.

PADILHA, Antonio de Santana. **Petrolina, no tempo, no espaço e na vez**. Biblioteca Pernambucana de história municipal 10, Centro de Estudos de História Municipal – FIAM, Recife, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUEIROZ, Elza. **Um rio, uma cidade, uma escola**. Recife: Ed. Norcópia, 1983.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 20 ed. São Paulo: Vozes, 1998, p. 147.

SAMARA, Eni de M. TUPY, Ismênia S.S. Truzzy. **História e Documento e metodologia de pesquisa**, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SAMPAIO, Teodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, José Elmo dos. **Colégio Dom Bosco**: 69 anos educando. Edição comemorativa dos 69 anos de fundação. S/editora, 1995.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, set./dez. 1995, p. 63- 82.

6.2 ARTIGOS, MONOGRAFIAS, TESES E DISSERTAÇÕES

AMARAL, Giana. O ensino secundário no Rio Grande do Sul: Desdobramentos da Educação laica e da educação católica em duas instituições de ensino (1930 a 1960). In: Org. DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa de Fátima de. **Entre ginásio de elite e o colégio popular**: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961). EDUFU, 2014.

AQUINO, Thulio André Moura de. **Diálogos com a obra de Maria Isaura de Queiroz**: traços messiânicos no caso do bispo Dom Antônio Maria Malan da cidade de Petrolina- PE (1924-1931). Paralellus, Recife, v. 4, n. 8, jul./dez, 2013, p. 315-322.

BEZERRA, Carmen Lúcia Tomás. **Memórias de professores preceptores em Juazeiro do Norte-CE (1930/1940)**. 2015. 118f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza- CE, 2015.

BITTAR, M. Escola confessional. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. M. C; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Revista de l' éducation**, n°38, tradução Guacira Lopes Louro, Teoria & Educação, 1990, p. 177- 229.

CURY, Cláudia Egler, A instrução na Parahyba do Norte Oitocentista In: Org. PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Claudia Egler. **História da Educação da Paraíba Rememorar e Comemorar**. João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 2012.

COSTA, Rita de Cássia O. Pessanha. A escola como lugar privilegiado de memórias: o caso do Instituto de Educação de Vitória-ES. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, UFES/ PPGE, 2013.

DALLABRIDA, Norberto; SILVA, Fernando Leocino da; ROSA, Murilo de Sousa. O Ginásio Lagunense a e produção de sujeitos letrados e laicos entre as décadas de 1930 e 1960. In: Org. SOUZA, Rogério Luiz de; KLANOVICZ, Jô. **História**: trabalho, cultura e poder. Florianópolis: ANPUH/ SC; PROEXTENSÃO/ UFSC, 2004.

GATTI J. A história das instituições educacionais: Inovações paradigmáticas e temáticas. In: Org. ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira**: Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2015.

JUNQUEIRA, L. de Souza. **A educação como propagadora e mantenedora da fé: Representações das Práticas Educativas Religiosas nos Grupos Escolares José Rangel e Delfin Moreira do Município de Juiz de Fora (1945-1960)**. Dissertação de Mestrado -Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei, 2010.

LACANALLO, L. Figueiredo. **Métodos de Ensino e de Aprendizagem: uma análise Histórica e Educacional do Trabalho - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá PR**, 2018.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: **10º Encontro Nacional de História da Mídia-UFRGS**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros...jornal...fonte.../file. Acesso em: 15 dez. 2018.

LIMA, Márcio Antônio Cardoso. Escola nova, pragmatismo deweyano e formação de professores: algumas (des) considerações. In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.10, set./dez. 2003, p. 69- 92.

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: Org. SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999.

PAIVA, José Maria. Educação Jesuíta no Brasil Colonial. In: Org. FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**, 5. Ed.1. reimp. Belo Horizonte. Autentica, 2015.

PACHECO, Simone Beatriz. **Colégio São José: gêneses e funcionamento da escola Estigmatinos em Ituiutaba– MG (1940-1971)**, Faculdade de Educação de Uberlândia, 2012.

PEIXOTO, Patrícia. R. **O educandário Nossa Senhora Aparecida-Ipameri-GO (1936-1969)**. Universidade Federal de Goiás Campus - Catalão Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

PEREIRA, Jardel Costa. **Grupo escolar Firmino Costa: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907 – 1909)**, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-858MHL>. Acesso em: 22 dez. 2018.

PESSANHA, Eurize C; DANIEL, Maria E. B. História da cultura escolar através dos exames: o caso dos exames de admissão ao ginásio (1939-1971). In: **Intermeio: revista do Mestrado em Educação, Campo Grande**, MS, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/ojs/index.php/intm/article/view/2609/1885>>. Acesso em: 12 de maio 2018.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. Cadernos de Pesquisa, novembro/2001 Cadernos de Pesquisa,

2001.

SILVA, Ramsés Nunes, SANTOS, Tatiane de Medeiros. Tessituras da instrução confessional: inquirição acerca da educação confessional na Parahyba do Norte (1860-1937). In: Org. PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Claudia Egler. **História da Educação da Paraíba Rememorar e Comemorar**. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 2012.

SANTOS, Rafael Pereira dos. **O início do Ensino Privado Confessional na cidade de Petrolina (1920-1930)**. Monografia (Bacharelado em História) – Colegiado de História, Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, 2015.

SANTOS, Gislaine Milca. SANTOS, Andréa Cristiana. O Pharol: **Auto-referenciação nas Edições Comemorativas de 1917 a 1921**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Juazeiro – BA, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA, 2018.

Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0667-1.pdf>. Acesso em 14 de março de 2019.

SILVA, Fernando Leoncino. **Projetando Varões: o Ginásio Diocesano e a educação secundária masculina da serra catarinense (1931-1942)** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Paulo, Julião. A igreja católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas. In: **XI Encontro Estadual de História, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:

<http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346280564_ARQUIVO_textoparaaanpuh-rs.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

VIEIRA, Zeneide P. Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita**. Tese Programa de Pós-Graduação em Memória; Linguagem e Sociedade Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista/BA 2017.

6.3 LEGISLAÇÃO

BRASIL, **Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901**. Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1901. Disponível em: Acesso em: 25 agos. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 19.404, de 14 de Novembro de 1930**. Dispõe sobre a promoção escolar nos institutos de ensino subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19404-14-novembro-1930-513509-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932**. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>. Acesso em: 1 out. 2018.

CAMARA, dos Deputados. **Legislação**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

6.4 DOCUMENTOS

Balanço Estrutura da Gestão Terezinha de 1976 a 2015. 2016.

ROCHA, Honório. **Caminho da Esperança**. Colégio Dom Bosco 75 anos (1926-2001). Recife – PE, 2001.

TIM, Chico. **Pe. Manoel de Paiva Netto**: um educador matemata. Crônica, (sem data).

6.4.1 ARQUIVOS

Arquivo particular: Teresinha T. Coelho.

Arquivo particular: Raimunda T. Coelho.

O PHAROL: **Arquivo Ana Clara Faria Brito** – Universidade de Pernambuco Campus Petrolina – PE, (1915 – 1976).

D. BOSCO. **Arquivo GEPHESF-NEPHEL** – Universidade de Pernambuco- Campus-Petrolina- PE, (1926-1964), 2015.

6.4.2 PERIÓDICOS

O PHAROL, **ano II**, Petrolina, 1916.

O PHAROL, **ano III**, Petrolina, 1917.

O PHAROL, **ano VI**, Petrolina, 1920.

O PHAROL, **ano VII**, Petrolina, 1921.

O PHAROL, **ano VIII**, Petrolina, 1922.

O PHAROL, **ano IX**, Petrolina, 1923.

O PHAROL, **ano X**, Petrolina, 1924.

O PHAROL, **ano XI**, Petrolina, 1925.

O PHAROL, **ano XII**, Petrolina, 1926.

O PHAROL, **ano XIII**, Petrolina, 1927.

O PHAROL, **ano XVI**, Petrolina, 1929.

O PHAROL, **ano XXI**, Petrolina, 1935.

O PHAROL, **ano XXII**, Petrolina, 1936.

REVISTA, edição Comemorativa 75 anos Dom Bosco. **Educar para transformar o mundo Dom Bosco Diocesano (196-2001)**, Petrolina, 2001.

REVISTA, edição Comemorativa 80 anos Dom Bosco Diocesano, Petrolina- PE, out. 2006.

REVISTA, edição Comemorativa. **Especial Dom Bosco Diocesano**, Petrolina- PE, nov., 2008.

REVISTA, edição Comemorativa 85 anos Dom Bosco Diocesano. **Uma prova de amor a educação**, Petrolina- PE, out. 2011.

6.5 ENTREVISTAS

CAVALCANTE, Cosme. **Entrevista concedida a Rozângela do Nascimento Pereira**. Petrolina, 5 out. 2018.

6.6 PORTAIS

COLÉGIO PEDRO II. **Período Imperial**. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1631-per%C3%ADodo-imperial.html>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

INSTITUTO, Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>. Acesso em: 15 set. 2018.

MUSEU, da Moeda do Banco Central do Brasil. **Acesso a informação**. Disponível

em:

<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2FDefault.asp%3Fred-museu>. Acesso em 22 dez. 2018.

PREFEITURA, de Petrolina. **História atual de Petrolina**. Disponível em:

<http://petrolina.pe.gov.br/historia/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

**ANEXOS- Arquivos do *O Pharol*, Colégio Dom Bosco, Terezinha Teixeira
Coelho e Raimunda Teixeira Coelho**

Tabela 1- Arquivo “O *Pharos*- projeto D1 (1923-1925)”. Assunto: História de Petrolina.

ANO - DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO – REPORTAGENS
Ano VI - 21 de outubro 1920	Petrolina de ontem, de hoje e amanhã
Ano VII - 09 de janeiro 1921	Estrada de Ferro Petrolina-Theresina
Ano VII - 03 de julho 1921	Ao povo brasileiro “Alerta”:
Ano IX - 07 de setembro 1923	Bispado de Petrolina
Ano IX- 07 de setembro 1923	Uma Carta do Dr. João Cardoso de Sá
Ano IX - 04 de outubro de 1923	Estra de Ferro Petrolina – Recife
Ano IX- 18 de outubro de 1923	Correios de Juazeiro – Uma reclamação Justa
Ano IX- 18 de outubro de 1923	Primeiro Cartório Coronel João Clementino de Souza Barros
Ano IX - 22 e outubro de 1923	Bispado de Petrolina-Cônego D. Benigno Lyra
Ano IX - 01 de novembro 1923	Bispado de Petrolina
Ano IX - 22 de novembro 1923	Pró Petrolina
Ano IX – 10 de dezembro 1925	Empresa Melhoramentos de Petrolina

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 2 - Arquivo “O *Pharol* - projeto – D1.1 (1916-1924)”. Assunto: Instrução de Petrolina.

ANO - DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO – REPORTAGENS
Ano II - 20 de dezembro de 1916	Pela Instrução Pública
Ano III - 17 de março de 1917	Pela Instrução Pública - E.P. Estadual (1917)
Sem data (dedução -1920)	Instrução pública prejudicada
Ano IV 12 dezembro 1920	Escola Municipal Frei Caneca
Ano VI - 12 dezembro 1920	Escola Nunes Machado
Ano VII - 27 de fevereiro de 1921	Collegio Immaculada Conceição – Alagoinhas
Ano VII - 09 de julho 1921	Funcionamento do Atheneu Petrolina
Ano VIII - 08 de novembro 1922	Vamos ter Collegios
Ano VIII - 21 de dezembro 1922	Orçamento Municipal para o Exercício de 1923 - Lei n. 162 Instrução Publica.
Ano VIII - 21 de dezembro de 1922	A ação dos frades capuchinhos em Petrolina - Collegio das irmans Ursulinas
Ano IX - 30 de março 1923	Collegio N. S. Rainha dos Anjos
Ano IX - 07 de setembro 1923	Associação das Damas de Caridade
Ano X - 20 de setembro 1924	“Ensino”
Ano XI - 10 dezembro 1925	Gymnasio Vera Cruz – Januária-MG

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 3- Arquivo “O *Pharol*- projeto - D1.2 (1926-1936)”. Assunto: Colégio D. Bosco.

ANO - DATA DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO – REPORTAGENS
Ano XII - 07 de janeiro de 1926.	D. Malan. Regressará breve, trazendo ótimos pessoal docente.
Ano XII - 25 de fevereiro de 1926	Pelo Progresso de Petrolina
Ano XII - 21 de agosto 1926	Escola Remilgton
Outubro 1926 (sem data completa)	Aviso: Collegio D. Bosco
Ano - XIII - 17 de fevereiro de 1927	Collegio D. Bosco: Resumo dos estatutos do Collegio Dom Bosco
Ano XIII - 01 de julho 1927.	Collegio D. Bosco- Exames 1º turma
Ano XIII - 19 de outubro 1935	Satisfazendo os anseios do povo Sanfranciscano. Inspeção federal ao Gymnasio “D. Bosco”
Ano XXI - 19 de outubro 1935	Congratulações pela inspeção do Gymnasio D. Bosco
Ano XXI - 07 de novembro de 1935	Officializado o Gymnasio D. Bosco
Ano XXI 30 de novembro de 1935	Solemnizando o maior acontecimento da História de Petrolina
Ano XXII - 28 de janeiro de 1936	Exame de admissão para curso ginásial
Ano XXII - 1936 (data incompleta)	Boletim de exames de admissão 1936

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 4 – Arquivo “Colégio D. Bosco- projeto - D.3 (1926-1957)”.

Nº DOCUMENTO	DATA	IDENTIFICAÇÃO
01	1934	Propaganda do Colégio D. Bosco no “O Pharol”
2.0	1935	Carta administrativa- Colégio Pedro II
2.1	1935	Continuação da carta administrativa
03	Década 1930	Foto turma do ensino primário
4.0	(Sem data)	Lista de beneméritos
4.1	(Sem data)	Lista de beneméritos
4.2	(Sem data)	Lista de beneméritos
4.3	(Sem data)	Lista de beneméritos
5.0	1936	Estatutos página 1
5.1	1936	Estatutos página 2
5.2	1936	Estatutos página 3
06	1945	Convites inauguração da nova sede
07	1942	Fotos professores
08	1969	Fotos turma mista
09	Sem data	Fotos desfiles cívico – Turma masculina
10	Sem data	Fotos hasteamento da Bandeira – turmas mistas
11	1976	Solenidade comemoração do Jubileu de Ouro
12	1976	Solenidade comemoração do Jubileu de Ouro- alunos
13	1976	Missa comemoração do Jubileu de ouro

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 5: Arquivo- “Acervos particulares Terezinha Teixeira Coelho/Raimunda Teixeira Coelho”.

01	1946	Foto - nova sede do CDB – Rua Cel. Amorim
02	1960	Foto – desfile cívico
03	1970	Foto – hasteamento da bandeira
04	1976	Foto - Placa comemorativa cinquentenário do CDB cedida pela Prefeitura de Petrolina
05	1976	Foto comemorativa do 50 anos do Colégio Dom Bosco
06	Década 1980	Foto – caderneta escolar
07	2006	Fotos D. Malan
08	2006	Fotos dos diretores
09	2006	Foto – prédio atual do Colégio Dom Bosco
10	2006	Fotos dos diretores
11	2010	Tabela – Balancete nº de Alunos do CDB de 1976 a 2010
12	2015	Balanco estrutural – Gestão Terezinha de 1976 a 2015
13	Sem data	Foto – Chalé da praça do Centenário (Palacinho) (acervo Cosme Cavalcante)

Fonte: elaborado pela autora.